

militar, para que seja incorporado no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar. Fica proibido modelar a forma, as cores, as proporções, o diâmetro, os acréscimos-lhe extras insígnias; usá-la como roupa, ornamento, guardanapo, revestimento de tribuna, ou mesmo cobertura de pilares, retratos, painéis ou instrumentos a inaugurar, e reproduzi-la em rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda. Toda vez que uma bandeira de outra nação for usada no Brasil, a bandeira nacional deve flutuar a seu lado direito, em posição de destaque — salvo nos emblemas ou selos diplomáticos.

É proibida a execução de qualquer arranjo vocal no hino nacional e não ser o de conformidade com a lei, nem arranjos artísticos instrumentais que não sejam autorizados oficialmente.

Durante a cerimônia de lançamento ou arriamento da bandeira nacional, assim como durante a execução do

hino nacional, é obrigatória, por lei, uma atitude de respeito, observando-se todos os p's e em silêncio. Nesses ocasiões os militares devem prestar continência e os homens descobrir a cabeça. É proibida qualquer outra forma de saudação que não esta.

A violação de qualquer dos artigos desta lei, excetuando os casos previstos no art. 44 do decreto-lei n.º 856, de 29 de outubro de 1960, sujeita o infrator à multa de uma a quatro vezes o maior salário mínimo em vigor, elevada ao dobro nos casos de reincidência. Entre vários artigos e anexos no item de disposições gerais da lei que rege os símbolos nacionais, destacamos alguns de interesse geral: é obrigada o ensino do desenho e da significação da bandeira e o canto e a interpretação do hino nacional em todos os estabelecimentos públicos ou particulares de ensino e em todos os graus; ninguém pode ser admitido no serviço público sem conhecer o hino nacional.

## CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

### SÉCULO IV

1500 Pedro Álvares Cabral avista as terras do Brasil (22/4), tomando posse em nome do rei Manuel (1/6).

### SÉCULO XVI

1501 Primeira expedição exploradora André Álvares. 1504 Introdução no Brasil do sistema de capitania hereditária, com a doação por dom Manuel da primeira capitania a Fernando de Noronha.

### CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Em 1504, dom Manuel já deu ao ar o primeiro sistema de capitania hereditária, a ilha de São João, ou da Queimada (que depois tomou o nome de Ilha do Mel) como capitania, foi até a partir de 1532 que o sistema se impôs de forma ampla. Naquela data dividiu-se o Brasil em quinze quinhões, que iam até os limites do Tratado de Tordesilhas, deixando-se a capitania donatária, que eram as suas maiores porções nobres, cercadas por uma grande parte dependentes do Estado.

O sistema de capitania hereditária, como método de povoamento e colonização, já havia sido utilizado com sucesso por Portugal nas ilhas do norte da África. Mantendo as características das concessões feudais, o sistema se combinava vantajosamente com a expansão mercantilista portuguesa. Alargada das "terras do donatário", a coroa regia as "capitais" (ou "capitais-mor") a jurisdição civil e criminal sobre certos pontos de águas de terra. O capitão tinha o direito de recolher uma série de tributos e rendas de seu território, bem como de administrá-lo de forma quase absoluta, embora a posse legal da terra permanecesse com a coroa portuguesa. Dessa forma o Estado podia desenvolver e ocupar suas colônias sem necessidade de recorrer aos cofres públicos.

No Brasil o sistema de capitania hereditária foi, de um modo geral, mal-sucedido. A maioria das donatárias não tinha fortuna particular suficiente para se despenda de implantação na nova terra, não chegando nem a tomar posse de suas capitania. Algumas outras fracassaram devido aos ataques dos indígenas que habitavam o território. Apenas as capitais mais ligadas aos grupos mercantis conseguiram estabelecer-se com algum sucesso. Tal foi o caso de Duarte Coelho, capitania de Pernambuco, (1534) que exterminou os indígenas e fez crescer a capitania, até torná-la o principal centro econômico da colônia, e o de

Martin Afonso de Sousa (capitania de São Vicente, 1532), que desenvolveu a cana-de-açúcar e introduziu o gado. As demais capitania malograram, cessando o governo português a regatões, ressumando sua posse, a partir de 1549, quando da criação do Governo Geral.

1515 João Dias de Sá, a serviço de Castela, reconheceu o reconhecimento da costa brasileira.

1516 Primeira expedição de defesa da costa contra a penetração de piratas estrangeiros, é comandada por Cristóvão Jacques, que aqui permaneceu até 1519.

1525 Segunda expedição de defesa da costa brasileira, também comandada por Cristóvão Jacques.

1530 Primeiro movimento de colonização do Brasil: a expedição, comandada por Martin Afonso de Sousa, vai de Lisboa ao fim de 1530, com cinco navios, agricultores, militares, escravos, e outros mestres e animais domésticos.

1532 Martin Afonso de Sousa funda a primeira vila brasileira, São Vicente, que se torna o primeiro centro produtor do açúcar (22/1).

Dota prevalece da introdução dos primeiros escravos africanos.

Primeira expedição inglesa ao Brasil, comandada por William Hawkins.

1534 Ampliação do sistema de capitania hereditária; o rei dom João III entrega a capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia a Duarte Coelho.

1537 Fundação da vila de Olinda, que se tornaria a sede da capitania de Pernambuco (12/3).

1548 Chegada da primeira grande leva de escravos africanos.

1549 Instituição do Governo Geral do Brasil (7/1); em 29 de março chega o primeiro governador geral, Tomás de Sousa.

Fundação da cidade de Salvador.

Chegada do padre Manuel de Nóbrega, junto com os primeiros jesuítas.

1550 Chegada a Salvador da primeira partida de escravos para o nordeste.

1551 Origem do primeiro bispado brasileiro.

1552 O primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha, chega de Portugal (junho); é morto pelos índios quatro anos depois.

1553 Duarte de Costa assume o segundo Governo Geral do Brasil.

Martin Afonso de Sousa morre, em São Paulo, o primeiro governador de açúcar.

1554 Fundação do Colégio de São Paulo, pelo padre José de Anchieta e Manuel de Nóbrega.

— futura cidade de São Paulo do Piratininga.

1555 Os franceses invadem o Rio de Janeiro.

### INVASÕES FRANCEASAS

A divisão do mundo pelo Tratado de Tordesilhas beneficiou apenas a Espanha e Portugal. Os outros países europeus, principalmente França e Holanda, nunca aceitaram esse acordo e promoveram diversas expedições comerciais armadas às novas terras. A 12/7/1555, Nicolas Durand de Villegaignon partiu de porto de Havre no comando de uma armada, sob o patrocínio de Henrique II, rei da França. A 10 de novembro do mesmo ano, os franceses desembarcaram na ilha de Sericapa (hoje Villegaignon), na baía de Guanabara, onde fundaram o forte Coligny. Quatro anos depois, vem para o Brasil, com o fim de dar combate aos franceses, Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que convenceu os homens disponíveis e solicita reforços a capitania de São Vicente. A 15/3/1560, os portugueses iniciam o ataque às fortificações, contando com um efetivo de 2 mil homens. Os cem franceses e seus mil aliados tupiniquins resistiram por dois dias. No entanto, face a sua superioridade numérica, os portugueses ocupam o forte de Coligny, dando fim à ocupação francesa do Rio de Janeiro.

Apesar de derrotados na tentativa de instalação da França Amériana no Rio de Janeiro, em 1564 os franceses ocuparam provisoriamente a ilha Grande (hoje São Luís), sob o comando de Jacques Riffault e Charles des Vaux e, em 1612, conseguiram estabelecer na baía de Maranhão uma nova colônia, a França Equinocial, agora sob o comando dos senhores do Raviroire (Dunial de la Touche) e de Auzelles (François de Basilly). O governo luso-espanhol reagiu, enviando Jerônimo de Albuquerque para fundar um forte em Guaxanduba, região próxima de onde se haviam instalado os invasores.

Em 19/11/1614, os franceses atacaram o forte, sendo repulidos e derrotados. Assinam uma trégua, retirando-se para São Luís (fundada por eles a 8/9/1612). Em outubro de 1615, os portugueses atacaram novamente e, no início de novembro, cercam o forte de São Luís por mar e por terra. A 4 de novembro de 1615 os franceses se rendem, encerrando a última tentativa francesa de colonizar o Brasil.

1557 Morte de Sá, torna-se o primeiro governador geral do Brasil.

1560 Os portugueses comandados por Mem de Sá destroem e ocupam o forte Coligny.

1565 Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, sobrinho do então governador geral Mem de Sá (1/3).

1567 Expulsão das francesas do Rio de Janeiro (20/1), seguida pela transferência da cidade de São Sebastião para o morro de Castelo (1/3).

1570 Duas Sebastião assina uma carta régia garantindo a liberdade dos índios.

O navio que traz e restitui-nomando governador geral do Brasil, dom Luís de Vasconcelos, é atacado na altura das Caparias por piratas franceses; o governador morre em combate.

1571 Portugal estabelece o monopólio no comércio das colônias, através de um decreto assinado por dom Sebastião.

1572 Divisão da colônia em dois governos gerais: um, no norte, com sede em Salvador, governado por Luís de Brito de Almeida; e outro, no sul, com sede no Rio de Janeiro, governado por Antônio de Sá. 1577 Abolida a dualidade do governo: Lourenço de Velaz é nomeado governador geral do Brasil, com sede em Salvador.

1580 O Brasil passa ao domínio espanhol; com o morte de dom Sebastião, o reino português, por direito do casamento, integra-se ao da Espanha.

1590 Conquista e colonização de Sergipe por uma expedição comandada por Cristóvão Cardoso de Barros, que vence os castelos (1/1).

1591 O comércio inglês Thomas Cavendish ocupa a ilha de São Vicente (22/12).

1595 Recife é atacada e saqueada pelo capitão inglês James Lancaster (9/4).

Filipe II assina uma lei proibindo a escravidão dos índios, nunca posta em prática efetiva no Brasil.

1598 Conquista e colonização do Rio Grande do Norte, sendo fundada, no ano seguinte, a cidade de Natal (22/12).

### SÉCULO XVII

1606 Início do apreenimento de índios em larga escala, com a bandeira de Diogo Quadros e Manuel Preto.

1609 Trégua entre a Espanha e a Holanda; os holandeses passam a negociar o açúcar diretamente com o Brasil.

1611 Após anos de luta, em que fracassaram as tentativas do Pero Coelho de Sousa e dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, Martin Soares Moreno conquista a região de Ceará, aliando-se aos índios do Jaguaribe.

1612 A expedição francesa, comandada por Daniel de la Touche, ocupa São Luís.

1616 O capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco funda, na baía de Oiapoque, o Forte de Castelo, que mais tarde deu origem à vila de Nova Serrinha de Ilhéus de Vila-Pared (atual Ilhéus).

1621 Filipe III, de Portugal, cria o Estado do Maranhão, que abrange toda a região norte, desde o rio São Roque até o rio Oiapoque, dando-lhe governo próprio; assim, o território fica dividido em Estado do Maranhão e Brasil.

Fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

1624 Primeira invasão holandesa ao Brasil, com o objetivo de ocupar o estado do Ceará.

### INVASÕES HOLANDESES

Privada do comércio do açúcar devido à dominação espanhola no Brasil (1580), os holandeses decidiram estabelecer-se aqui, para garantir a continuidade de uma de suas maiores fontes de renda. Numa primeira tentativa invadiram, em maio de 1624, contra a Bahia, tomando Salvador; mas, em abril de 1625, uma ofensiva luso-espanhola fez os invasores botarem em retirada, após um mês de luta. Em fevereiro de 1630, novo ataque foi feito a Pernambuco. Recife foi abandonada por sua população e ocupada pelos holandeses. No entanto, as guerrilhas comandadas pelos luso-brasileiros Henrique Dias, Martin Soares Moreno e Filipe Camarão, que tinham como base o Arraial do Ban Jesus, a 6 km do Recife, nunca permitiram aos holandeses um completo domínio da região. Em janeiro de 1637, chega o conde João Maurício de Nassau-Siegen, acompanhado de grande contingente militar. Contatado com a adesão de muitos senhores de engenho, dos quais se aproximou com habilidade política e com as boas negociações de exportação de açúcar, Nassau fortaleceu o domínio holandês no litoral, dando o Maranhão até a foz do São Francisco. Até a restauração de Portugal (1640), os holandeses restabeleceram a produção de açúcar e não tiveram grandes problemas.

Em 1644, Nassau retornou à Europa e, entre 3 e 17 de agosto de ano seguinte, as tropas luso-brasileiras, reforçadas por contingentes comandados por André Vidal de Negreiros e Martin Soares Moreno, venceram algumas batalhas no sul da capitania e passaram a atacar o Recife. Com um reforço de 2 mil homens, chegado em 1645, os holandeses romperam parte o domínio luso-brasileiro, sendo per-

manearam um ano (1647-1648). Depois voltaram para o Recife, onde a situação se fazia mais grave. Os luso-brasileiros, com 2 200 homens comandados por João Fernandes Vieira, interceptaram 5 mil holandeses nos Outeiros de Guararapes e os derrotaram graças a hábeis manobras dos capitães de André Vidal e Henrique Dias. No ano seguinte os holandeses sofreram nova derrota no mesmo lugar (1653) e tiveram que recuar para o Recife. Depois de permanecerem um mês cercados por terra e por mar (pois a esquadra portuguesa sob os ordens de Pedro Jaques de Magalhães), capitularam na Campina de Taborda, no dia 26 de janeiro de 1654.

- 1623 Expedição dos holandeses da Bahia.  
1629 Uma grande bandeira, composta de novecentos mamelucos e 2 200 índios, dirigida por Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, ataca e destrói os fortificados aldeamentos dos Guará, escravizando milhares de índios.  
1636 Segunda invasão holandesa no Brasil.

### QUILOMBO DOS PALMARES

As rebeliões de escravos foram bastante frequentes no período colonial. Os negros fugidos costumavam-se reunir em grupos, para sobreviver à hostilidade do ambiente e às investidas dos brancos. Os grupos internamente eram conhecidos e nomeados de quilombos e os aldeões que os compunham, de mocimboes. O mais conhecido dos quilombos foi o do Palmares, pois foi o que mais tempo durou (1630-1695), e que ocupou maior área territorial (cerca de 400 km² das atuais Estados de Pernambuco e Alagoas) e o que resistiu mais bravamente aos ataques dos brancos. Palmares se organizava como um verdadeiro Estado — com a estrutura dos Estados africanos, onde cada aldeia tinha um chefe, ao qual elegiam seu rei — e possuía um verdadeiro exército, além de fortificações em torno das aldeias, que deixaram os comandantes brancos atônitos. Tinha uma produção agrícola bastante avançada, que dava para subsistência das aldeias e ainda produzia um excedente que podia ser negociado com mercadores e lavradores brancos. No entanto, a própria existência de um Estado independente dentro da colônia era intolerável para os portugueses, que consideravam Palmares como um maior inimigo depois dos holandeses. O primeiro rei do Palmares foi Gangaumba, que comandou uma bem-sucedida resistência, repulsa de duas expedições dos brancos. Em 1678, iniciou uma trégua com o governador Aires de Sousa e Castro, atitude que dividiu o quilombo. Em consequência, Gangaumba terminou por ser assassinado. Foi substituído por Zumbi, que já era um líder respeitado e que se tornou o grande herói do Palmares. Várias investidas foram feitas contra o quilombo: duas ainda sob o domínio holandês e outras já sob a tutela de Portugal. Mas a derrota da República Negra do Palmares só se deu em 1695, após três anos de luta, por tropas comandadas pelo paulista Domingos Jorge Velho, que tinha larga experiência no massacre de índios revoltosos. Após o ruído momento dos mocimboes que acompanhavam Palmares, Zumbi ainda conseguiu escapar e manter por mais um ano a luta de guerrilha, até ser capturado e decapitado. A lenda, entretanto, afirma que Zumbi teria se atirado de um penhasco para não cair prisioneiro.

- 1637 Expedição de Pedro Teixeira contra os Aruaques no Rio Negro, em seguida, regressa ao Pará (1640).

- 1640 Restauração da monarquia portuguesa com o aceno do dom João III, da casa de Bragança (1612).  
1641 Tentativa de conquista do Amador Bueno, em São Paulo, por um grupo de paulistas, assim que souberam da notícia da restauração da coroa portuguesa.  
Os indígenas, armados pelos jesuítas das reduções, derrotam os bandeirantes, em Mbororé.  
1643 Criação do Conselho Ultramarino, órgão centralizador das relações entre Portugal e as colônias (1647).  
1648 A bandeira comandada por Antônio Raposo Tavares dirige-se para Oeste, aproxima-se do Peru e percorre o Amazonas até chegar ao Pará em 1651.  
1649 Formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil.  
1653 Padre Antônio Vieira volta ao Brasil como ministro do Maranhão.  
1661 "Paz de Hain", em que os holandeses reconheceram oficialmente a perda do Nordeste brasileiro para Portugal.  
1673 Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva penetra no interior do Goiás, descobrindo riquezas minerais e fundando povoações.  
1674 Início da conquista do Piauí; Domingos Brito, auxiliado por Domingos Jorge Velho, funda muitas fazendas de gado entre os rios Piauí e Caniúba.  
Início da bandeira organizada por Furtado Dias Pais, que parte do São Paulo em busca de ouro e, durante esta aventura, percorre quase toda a interior do Minas Gerais.  
1680 Fundação da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata; no mesmo ano, ela é arrasada e saqueada (1681).  
1681 A Colônia do Sacramento é restituída aos portugueses, através do Tratado de Lisboa (7/8).  
1682 Criação da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão.  
1684 Revolta de Manuel Beckman no Maranhão, que fica no poder até 1685, quando é derrotado pelo capitão-general Gomes Freire de Andrade (1684).  
1686 Decreto do "Regimento das Minas".

### OS JESUÍTAS E AS MISSÕES

Embora os franciscanos e dominicanos tenham sido os primeiros representantes da Igreja Católica a desempenhar missões de catequese no novo mundo, foram os jesuítas que tiveram papel mais destacado na colonização do Brasil. Favorecida em Portugal por dom João III, a Companhia de Jesus pôde se estabelecer na América portuguesa. Juntos com o primeiro governador geral vieram os primeiros jesuítas: Manuel de Nóbrega, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Apolinário Navarro. Nóbrega tornou-se "provincial", com a fundação da província jesuítica brasileira em 1563. Com a propensão de converter os indígenas ao catolicismo, os jesuítas se tornaram, desde logo, responsáveis por um processo de colonização que era "mais racional" em confronto com a forma permanentemente predatória utilizada pelos colonos. As missões geralmente acompanhavam os migrantes dos índios, na medida em que estes fugiam da escravização e os colonos os subjugavam. Organizavam-se, então, em "reduções", onde os aldeões indígenas, embora reproduzindo as formas originais de organização social dos índios, eram minuciosamente administrados pelos jesuítas, gerando excedentes de produtos agrícolas, comercializados pela Companhia de Jesus junto à população branca. Ainda que continuassem a representar uma forma de dominação colonial, as missões preservavam os índios da selvagem dos brancos ocupantes. Em contrapartida, a influência permanente

dos jesuítas contribuiu para diluir a mais rápida assimilação à cultura original, substituída por padrões europeus e cristãos — com mais eficiência do que a ação violenta dos colonos.

As mais importantes reduções se estabeleceram no Estado de Paraná, em regiões do Paraguai, nas províncias argentinas da Missão, Santa Fé, Chaco e Formosa e nos departamentos uruguaios de Artigas, Salto, Pelissari, Rio Negro e Tacuarembó, chegando a reunir mais de 150 mil indígenas. A concentração de índios nas missões acabou por se tornar um strato extraordinário para as bandeiras de apressamento, que visavam buscar mão-de-obra escrava indígena para a colonização. Os primeiros assaltos ocorreram por volta de 1619 contra as reduções da Guairá pelos bandeiras capitaneadas por Manuel Preto. Em 1629, Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares voltam a atacar Guairá com grande número de ataques realizados na época. Entre 1629 e 1631, 60 mil índios foram aprisionados nas reduções. Em vista disso, os jesuítas permitiram que os índios se armassem e se retirassem mais para o interior (o que resultou na incorporação a Portugal de extensas terras antes tidas como de coroa espanhola). Os índios, agora armados, puderam resistir tenazmente a novas investidas dos bandeirantes, do que dá prova a famosa derrota por eles infligida em Mbororé a uma poderosa bandeira chefiada por Raposo Tavares. Embora isto tenha permitido a sobrevivência das missões por mais algum tempo, não impediu que, durante o século XVII, mais de 300 mil indígenas tenham sido aprisionados e escravizados.

A atividade dos jesuítas, tanto junto aos indígenas como junto à população branca, foi interrompida no século seguinte, quando da sua expulsão, em 1759, ordenada pelo marquês de Pombal.

- 1693 Primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais.  
1694 A paz das minas aos paulistas e portugueses é garantida por Afonso Régio.  
Criação, no Bahia, a primeira Casa da Moeda (1710).  
1697 Os brasileiros tomam o forte de Macapá, mas, no mesmo ano, os luso-brasileiros, comandados por Antônio de Albuquerque, retomam o forte.

### SÉCULO XVIII

- 1702 A Casa da Moeda é transferida para o Rio de Janeiro.  
O terceiro Regimento das Minas — o primeiro foi em 1603 e o segundo em 1618 — cria a Superintendência das Minas.  
1703 Assinado o Tratado de Methuen, entre Portugal e a Inglaterra, que constava de dois pontos: Portugal admitiria "para sempre" no seu território os tecidos e quaisquer produtos provenientes da Inglaterra; e os vinhos portugueses entrariam nos portos da Inglaterra com o mesmo direito de importação igual a um terço da que pagassem os vinhos originários da França.  
1705 Início da grande imigração de portugueses para o rio das minas.  
1706 A Colônia do Sacramento é capturada pelos espanhóis.  
1708 Guerra dos Emboabas.

### GUERRA DOS EMBOABAS

No fim do século XVII, os paulistas (habitantes da capitania de São Vicente) descobriam grandes jazidas de ouro no sertão. Com a divulgação dessa notícia, peregrinos de toda a colônia e mesmo muitos índios do Portugal, convergiam para a re-

gião. Os paulistas sentiam-se com maiores direitos sobre as riquezas das minas, seja porque as haviam descoberto, seja porque a herança portuguesa, então, à capitania de São Vicente. Além disso, o modo de vida das vicinidades destas fazendas, nos quais passaram a chamar, inferiormente de "emboabas". O numeroso grupo de emboabas, então, se organizou numa comunidade à parte, mantendo-se em permanente atrito com os paulistas. Enquanto estes eram liderados pelo superintendente das minas, Manuel de Borja Gato, os emboabas escolheram como seu chefe o português Manuel Nunes Viana. Diversos incidentes — entre os quais o linchamento de dois chefes paulistas no Arraial Novo, em 1707, e o linchamento não distante de Nunes Viana, por ordem de Borja Gato, em 1708 — envolveram as relações entre as duas comunidades.

Os emboabas, acreditando que os paulistas preparavam um massacre, passaram a desarmá-los, o que provocou nos dias dos distritos do Rio das Velhas e Ouro Preto. No fim de 1708, os paulistas estavam confinados ao distrito do Rio das Mortes. Nunes Viana foi, então, aclamado "governador" e decidiu atacar os paulistas que estavam concentrados em Sabará. Nas circunstâncias que se sucederam, um grupo de 300 paulistas que pretendia atacar o arraial de Ponta de Moura, após resistência e desarmado foi chacinado; no local que ficou conhecida como Capão da Traição. Enquanto isso, Manuel Nunes Viana era seguido pelo frade Francisco de Menezes como "supremo ditador das Minas Gerais". O governador de Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, interveio, fazendo com que Nunes Viana se retirasse para o rio São Francisco. No entanto, os paulistas organizaram um destacamento e o comando de Amador Bueno da Veiga, para viajar o massacre de Capão da Traição. Situação de Ponta de Moura, onde ocorreu durante uma comemoração, foi retomada de que os emboabas receberam reforços, retiraram-se, encerrando o último episódio militar da Guerra dos Emboabas. Em seguida, com a criação da nova capitania de São Paulo e Minas, para a qual foi nomeado governador Antônio de Albuquerque, veio o período geral e a pacificação.

- 1709 Criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro; Antônio de Albuquerque é nomeado seu governador (1714).  
1710 Guerra dos Mascates, em Pernambuco.

### GUERRA DOS MASCATES

No início do século XVIII, a ascensão dos comerciantes do Recife (conhecidos por mascates) e o consequente crescimento do prestígio da cidade constituíram uma afronta à aristocracia açucareira de Olinda. Quando, a 4/3/1710, por ordem do governador Sebastião de Castro Caldas, Recife foi elevado à categoria de vila, os olindenses se rebelaram. Atacaram Recife, destruindo o palacete, que era o símbolo da autonomia administrativa da vila, e a 9 de novembro, expulsaram o governador, entregando o poder a dom Manuel Álvares da Costa, bispo de Olinda. Os conflitos continuaram, mesmo depois da chegada do novo governador, Félix José Machado de Mendonça Eça e Vasconcelos, em 2/10/1711. Nesse período, os mascates, sob a liderança de João da Mata, libertaram seus companheiros detidos, mas os olindenses organizaram a retaliação. Com o auxílio de grupos vindos do interior, cercaram Recife, travando várias combates, como os de Rua Nova, Alameda, Barrota e Guararapes.

Somente mediante uma ordem real, expedida a 7/4/1714, os luso foram expulsos, e Recife manteve um caráter de vila, embora o conflito con-



deviam alternar com residências, passando seis meses em cada uma das cidades. Em 1716, com a chegada de um novo governador, a situação se normalizou definitivamente.

- O pirata francês Jean François Duclerc ocupa a cidade do Rio de Janeiro (18/9); entretanto, atacado pelas tropas arrematadas pelo governador Francisco de Castro Morais, os invasores rendem-se; Duclerc em prisão por 4 meses e os seus companheiros são libertados.
- 1711 Expedição do coronel Duguay-Trouin ataca e saqueia a cidade do Rio de Janeiro (12/9).
- Elevação de São Paulo a cidade (11/7).
- Proibida a exportação de ouro, sem prova de pagamento de "quinto".
- 1713 Tratado de Utrecht, pelo qual o rio Oiapoque é fixado como limite entre o Amapá e a Guiana Francesa (11/4).
- 1719 Bandeira organizada pelo alcaide Paulo Mascara Cabral Lima ataca o Mato Grosso e encontra ouro nas margens do rio Coxipó-Mirim.
- 1720 Criação da capitania de Minas Gerais, independente do Rio de Janeiro (12/9).
- Oficialização do Vice-Reino do Brasil.
- Revolta de Vila Rica, chafinada por Filipe dos Santos (20/6); a rebelião, provocada pela criação das casas de fundição, é esmagada e Filipe dos Santos condenado à morte.
- 1721 Decreto de monopólio estatal da extração de diamantes.
- 1724 Instituição da Inconfidência dos Diamantes.
- Saída do vilarejo de Curitiba, os irmãos Artur e Fernando Paes de Barros chegam à boca do Quapó e descobrem ouro (minas de Mato Grosso).
- 1725 Os espanhóis atacam novamente a Colônia do Sacramento.
- 1726 A expedição comandada pelo brigadeiro José da Silva Paes é derrotada e reconquista Montevidéu francesa.
- 1727 Início de uma colonização do Rio Grande do Sul.
- O Pará é elevado à categoria de capitania.
- 1729 Criação da capitania de Santa Catarina, subordinada ao Rio de Janeiro (7/3).
- 1748 Fundação da capitania de Mato Grosso (2/6).
- Criação da capitania de Goiás (3/5).
- 1750 Tratado de Madrid: anula o de Tordesillas e resolve a questão do território das Missões (13/1).
- Dom José I assume a coroa portuguesa; o marquês de Pombal é feito seu primeiro-ministro.
- 1751 Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.
- 1753 Criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (7/6).
- 1759 Expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal (23/8).
- Extinção das últimas capitâncias hereditárias por um decreto do marquês de Pombal.
- Criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (12/6).
- 1761 Tratado de El Pardo: anula o de Madrid, confirmando o domínio português sobre a Colônia do Sacramento (12/2).
- 1762 Os espanhóis, comandados por Pedro Cevallos, tomam a Colônia do Sacramento, que é restituída, no ano seguinte, aos portugueses; em 1777, ela passa definitivamente para o domínio espanhol; Cevallos, morto por doença, ataca o Rio Grande do Sul (1762) e Santa Catarina (1777).
- 1763 Mudança da capital do vice-reino para o Rio de Janeiro.
- 1771 Francisco de Melo Palheta introduz o café no Brasil.
- 1772 Fundação, no Rio de Janeiro, a Academia Científica (18/2).
- Maranhão e Piauí tornam-se capitâncias independentes do Pará.
- 1777, Tratado de Santo Ildefonso (11/10) confirma, com alguns altera-ções, o Tratado de Madrid

• Extinção da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

- Dom Maria I assume o trono português; fim do absolutismo de Pombal.
- 1778 Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiredo, assume o cargo de vice-rei do Brasil (24/4), ocupando-o até 24/4/1790.
- 1780 Extinção da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (8/6).
- 1785 Portugal proíbe atividades fabris e artesanais na colônia.
- 1789 Movimento da Inconfidência Mineira.

## INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Na segunda metade do século XVIII, a oposição colonial portuguesa sobre o Brasil se fazia mais intensa. A proibição da existência de manufaturas no país e o alto preço dos produtos vindos das metrópoles vinham se somar ao restabelecimento das Companhias de Comércio monopolistas. Além disso, os jazidos auríferos de Minas encontravam-se em processo de esgotamento, e que fazia diminuir o quinto pago à coroa. No entanto, o governo português não se conformava com a situação, considerando-a fruto de fraudes, motivo pelo qual decretou que o imposto anual deveria ser de 100 arrobas (1.500 kg) de ouro. Por outro lado, o governador da capitania, dom Luís da Cunha Menezes, nem em 1783, distinguia-se por suas arbitrariedades, empregando abusivamente a violência. Essa situação provocava um descontentamento geral, sobretudo entre as classes mais abastadas da colônia, diretamente atingidas em seus interesses. Sob a influência das ideias revolucionárias vindas da França e com o exemplo próximo da Independência dos Estados Unidos, diversos cidadãos descontentes, incluindo membros do clero, iniciaram um movimento conspiratório. Nas reuniões, discutia-se a necessidade da independência do Brasil, para que se livrasse da opressão colonialista; o estabelecimento de uma república, como melhor forma de governo; e a nova bandeira (a triângulo com a divisa "Libertas que ora tomou"), bem como o estabelecimento de fábricas de tecido de algodão e forjas para ferro, ainda que, por desconhecimento dos conspiradores, não se propunham a abolição da escravidão. A vaga plataforma discutida nas reuniões secretas refletia bem a composição do grupo conspiratório: na sua maior parte era formado por proprietários rurais e ricos mineiros. Tal era o caso de Inácio José de Alvares Paixoto, Cláudio Manuel da Costa, Francisco Antônio de Oliveira, José Lopes de Oliveira, Carlos Correia de Toledo e Melo e Luís Vieira de Silva. Já Tomás Antônio Gonzaga era português, formado em direito, enquanto José Álvares Maciel era estudante de química em Coimbra — quando, em companhia de José Joaquim da Maia, tentou se aproximar de Thomas Jefferson, buscando o apoio dos americanos para a Inconfidência. E embora Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, fosse também filho de um proprietário rural, não tinha fortuna e exercia várias profissões, como tropeiro, mineiro e dentista (donde seu apelido), acabando por tentar a carreira militar, quando se tornou alferes do Regimento dos Dragões (corpo de cavalaria paga) de Minas Gerais. Ainda que não fosse um intelectual, tornou-se rapidamente o líder da conspiração, devido às suas qualidades de agitador.

Em julho de 1788, chegava o novo governador da capitania de Minas Gerais, Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena. Vinha com ordens expressas de, sem fazer a menor "derrota", logo a, a cobrança compulsória do imposto do ouro, e por aplicação sobre "todos" os habitantes de Minas de uma nova taxa sobre os produtos

do ouro no imposto, e já que se havia tornado impossível cobrar os 100 arrobas anuais anteriormente definidos como o quinto devido ao governo português. A missão do visconde de Barbacena era altamente impopular, motivo pelo qual acabaram os conspiradores ser o momento adequado para dar início ao levante, pois contariam com o apoio da maioria da população. Tiradentes encontrava-se no Rio de Janeiro, mas voltou a Vila Rica, e as últimas reuniões, onde se acertaram os detalhes do levante, foram realizadas. Voltando ao Rio, para sondar a receptividade das outras capitâncias no levante, Tiradentes fugiu sem a menor preocupação revolucionária. Uma das pessoas que encontrou no caminho foi o coronel Joaquim Silveira dos Reis. Inicialmente propôs a aderir à conspiração, Silveira dos Reis terminou por delatar tudo o que sabia ao visconde de Barbacena, em troca da permissão de manter o valor de 200.423.044 réis, que devia à coroa. Em consequência, o governador suspendeu a derrama, retirando dos conspiradores seu protesto imediato. Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro, bem como todos os outros conspiradores em Vila Rica e proximidades. No processo que então se instaurou (a devassa), a maioria dos conspiradores se acovardou, lançando a culpa da conspiração sobre Tiradentes. Este, depois de se recusar a falar nas primeiras interrogatórias, acabou por assumir toda a responsabilidade, incriminando os outros. Mesmo assim, três anos depois, em abril de 1792, a sentença ainda levanta continuação sobre os acusados à morte e outros ao degredo perpétuo, permanecendo secretos a sentença contra os acordados. Dos condenados, Cláudio Manuel da Costa morreu em circunstâncias duvidosas dentro da sua cela; outros tiveram a pena de morte comutada para degredo perpétuo e apenas Tiradentes foi executado por enforcamento, no dia 21 de abril de 1792. Em seguida foi esquilado e teve um cabalo enfiado em Vila Rica. Sem documentos foram declarados infames e seus bens confiscados.

A importância do abortido movimento da Inconfidência Mineira está em que foi o primeiro, dentro de vários outros ocorridos no período, que colocou com plena clareza a independência do Brasil como objetivo, ultrapassando um reivindicar o período dos demais levantes e conspirações, que sempre colocavam em questão as relações coloniais com a coroa portuguesa.

1794 Desobediência a Conjuração do Rio de Janeiro, movimento de intelectuais influenciados pelas ideias europeias do Iluminismo, acusados de conspirar contra as autoridades locais.

1798 Desobediência a Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates que, influenciada pelas ideias da Revolução Francesa, pretendia instalar um regime democrático no Brasil (12/6).

## SÉCULO XIX

- 1807 O Rio Grande do Sul é elevado a capitania (25/2).
- 1808 Fuga da família real para o Brasil devido à invasão de Portugal por Napoleão (22/1).
- Abertura dos portos a todas as nações amigas (28/1).
- Imprensa e primeiro periódico no Brasil: Gazeta do Rio de Janeiro, publicado pela Imprensa Real (10/6).
- Criação em Salvador, por ordem de dom João VI, a primeira escola superior: Escola Médico-Cirúrgica.
- 1809 Ocupação de Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras, em represália à invasão francesa a Portugal (junho).

- Primeira tentativa, do Brasil, de invadir o Prata.
- Abertura da Academia Real Militar, no Rio de Janeiro.
- 1815 Elevação do Brasil e Reino Unido ao do Portugal e Algarves, por dom João VI (decree). 1816 Intervenção luso-brasileira no Prata.
- Fundação da Academia de Belas-Artes, no Rio de Janeiro (12/8).
- 1817 Revolução Pernambucana.

## REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

No final do século XVIII e começo do século XIX, a situação em Pernambuco evoluiu para a criação de condições revolucionárias. A influência da Revolução Francesa se fazia sentir nas diversas elites e sociedades secretas que eram fundadas, muitas das quais de fundo maçônicas. Uma das mais conhecidas foi a "Aréopago de Hamburgo", fundada em 1793, pelo padre Acácia Câmara e cuja finalidade era a de "difundir a instrução e as ideias liberais". Houve suspeitas de que o Aréopago tivesse envolvido numa conspiração em 1801, que ficou conhecida como a Conjuração dos Cavaleiros. Em todo caso, mesmo após a dissolução do Aréopago, sua influência persistiu, através de outras sociedades secretas. Esta fermentação acabou-se a uma situação de seca e de crise de avaria, já em 1817, criando um clima de insatisfação popular, que se dirigia contra o domínio que os portugueses tinham do comércio e de outras atividades econômicas. Dentro desse quadro formou-se a conspiração que envolvia militares, membros do clero e proprietários rurais, além de comerciantes. Entre os conspiradores da maior destaque estavam os capitães Domingos Teófilo Jorge e José de Barros Lima (supernomeado "Lede Corado"), o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro e Domingos José Martins.

Em março de 1817, o governador Cristiano Pinto recebeu uma denúncia da conspiração em andamento e ordenou a prisão dos envolvidos. Os líderes civis não ofereceram resistência, mas o capitão Barros Lima, ao receber ordem de prisão do brigadeiro português Barbosa de Castro, pegou a espada e o matou. Os demais oficiais solidarizaram-se ao "Lede Corado" e a fortaleza das Cinco Pontas, onde ocorreu o incidente, se amotinou. Os rebeldes entraram na rua, libertando os civis presos. O governador refugiou-se no forte de Ilum, em Recife, e capitulou no dia 7, embarcando em seguida para o Rio de Janeiro. Os rebeldes, de posse da cidade, organizaram um governo baseado na representação de classes e que veio a ser o primeiro governo independente brasileiro. O Governo Provisório elaborou uma Lei Orgânica, que deveria vigorar até a convocação de uma Assembleia Constituinte. Nela se estabelecia o regime republicano, garantiam-se os direitos individuais, a liberdade da imprensa e de opinião, bem como a liberdade de culto, embora o catolicismo permanecesse como religião oficial. Foram enviados emissários para o exterior (Estados Unidos, Inglaterra e região platina) para tentar obter o reconhecimento da nova república. O Governo Provisório tentou articular o movimento revolucionário em todo o Nordeste, enviando emissários para a Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Na Paraíba, o movimento saiu vitorioso, sob a liderança de Amaro Gomes Coutinho. Mas na Bahia, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte sofreu reversos, com seus líderes presos ou mortos. O governo de dom João VI organizou então uma severa repressão, enviando tropas por terra e por mar. Combates foram travados em Vitória de Santo Antão, Pau d'Alho, Brejo de Areia, Maranguape, restabelecendo o domínio da monarquia restaurada que

Governo Provisório e enfraquecimento enquanto alianças ligadas ao comércio nativo, como Domingos José Martins, eram favoráveis à abolição da escravidão, bem como Francisco de Paula, ligados à propriedade rural, colocavam-se contra esta medida, temendo que os negros se revoltassem como havia ocorrido no Haiti. Isto impediu a utilização dos combatentes negros na resistência, não permitindo o aproveitamento de libanções importantes como a do malote capitão Pedro Pedrosa.

O enfraquecimento provocado por uma dissensão permitiu que as tropas repressivas triunfassem a 19/5/1817. A repressão subsequente foi severíssima. A maioria das impedições foi presa e a liderança exercida por enfraquecimento ou fustigamento.

- 1810 Revolução Constitucionalista no Porto, que pôs o trono no retorno de dom João a Portugal.
- 1811 O Reino Unido Brasil-Portugal anexa a Banda Oriental (Uruguai), que passa a denominar-se Província Cisplatina.
- Retorno de dom João VI a Portugal; dom Pedro decide permanecer como príncipe regente (26/4).
  - As capitâncias recebem, oficialmente, o título de Províncias (28/2).
  - Primeira eleição de deputados no Brasil para a constituinte de Lisboa.
- 1822 O Brasil é declarado oficialmente independente (7/9); dom Pedro torna-se imperador com o título de Pedro I (12/10).

#### DOM PEDRO I

Primeiro imperador do Brasil, dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon nasceu em 1798, no Paço da Real Quinta da Queluz, em Portugal, quarto filho (segundo na linha de sucessão) de dom João VI e dona Carlota Joaquina. Em 1801, com a morte do seu irmão mais velho, recebeu o título de Príncipe da Beira. Quando a família real veio para o Brasil em 1807, ele também o fez. Aqui casou-se com dona Maria Leopoldina Joaquina Carolina de Habsburgo-Lorena, arquiduquesa da Áustria, filha de Francisco I, com quem teve sete filhos. Em 1818, recebeu o título de Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Quando dom João VI pôde voltar para Portugal, aqui deixou o filho, que nomeara Príncipe Regente do Reino de Brasil (26/4/1821).

No período da regência de dom Pedro, o Brasil estava numa época de sérias inquietações. Divergências políticas já haviam tomado a perspectiva da independência e a consciência nacional era mais afiada. Não obstante, a coroa portuguesa mantinha a presença no sentido de reduzir a autonomia já existente. Dom Pedro recebeu ordens de voltar para Portugal, mas, diante da interposição de seus legados do Rio de Janeiro e São Paulo, comprometeu-se a ficar no país (31/1/1822 — Dia do Fico). No dia 7 de setembro de 1822, um ultimato da coroa portuguesa para que voltasse a Portugal lhe foi entregue por um correio, na colina da Ilhabela, quando ele viajava do Rio para São Paulo. Em resposta, dom Pedro declarou definitivamente rompimento com o laço que unia o Brasil a Portugal. Aclamado imperador constitucional (12/10/1822), foi coroado a 1.º de dezembro. No entanto seu reinado não foi tranquilo. Tive de enfrentar revoltas (como a de 1824) e guerras (como a da Independência e a Cisplatina). Além disso, agravaram-se os dissensos políticos em seu governo com a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e sua outorga da Constituição de 1824. A oposição nomeava o imperador como chefe geral do executivo e o comandante da

força de Portugal, ficando na posição ambígua de rei de antiga metrópole e imperador da ex-colônia. Por isso, abdicou do trono de Portugal em favor de sua filha Maria da Glória — então com sete anos — e nomeou seu irmão dom Miguel como seu lugar-tenente em Lisboa. Voltou-se para a tentativa de reorganizar a política brasileira, mas sua posição absolutista (que levou à dissolução da Assembleia do ministério liberal a 5/4/1821) e sua substituição pelo gabinete conservador do marquês de Paranáguá acarretou violenta reação popular apoiada pelo Enxerto. Diante desse situação, o imperador abdicou em favor de seu filho Pedro, que tinha seis anos de idade (7/4/1821).

Voltando para Portugal, dom Pedro encontrou-se diante de um novo problema: dom Miguel apoderara-se do poder e restaurara o absolutismo. Desembarcando no Porto, dom Pedro enfrentou o irmão em prolegada guerra civil (1822-1824) e estabeleceu sua filha no trono, como dona Maria II.

Faleceu um mês depois da vitória, no palácio do Queluz, aos 36 anos, de uma tuberculose contrada durante a guerra civil.

1823 Primeira constituinte, logo dissolvida por ordem de Pedro I.

#### GUERRA DA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

Quando, em Portugal, eclohou a Revolução Constitucionalista de 1820, várias províncias brasileiras organizaram Juntas Constitucionais da época daquela revolução. No entanto, a revolução em Portugal, embora tivesse um caráter liberal na política interna, continuava, em termos externos, a sustentar o colonialismo. Isso fez com que os membros brasileiros e portugueses das Juntas entrassem em conflito, separando o "partido brasileiro" do "partido português". Na Bahia, o tenente-coronel brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que havia sido nomeado Governador da Bahia pela Junta, foi substituído nesse cargo pelo coronel português Inácio Madeira de Melo — por determinação expressa de Lisboa — em fevereiro de 1822. Insatisfeito com a atitude da metrópole, vários regimentos e tropas se sublevaram, apoiadas pela população. Atacaram as forças de Madeira, mas estas os derrotaram e os perseguiram: ocorreu o episódio do sítio de Jona Angélica, no Convento de Nossa Senhora da Conceição.

No entanto, o povo da Bahia não se considerou derrotado e, em junho de 1822, a Câmara Municipal da cidade de Cachoeira proclamou seu rompimento com Portugal. Tropas e povo apoiaram a proclamação e o conflito eclohou quando os portugueses atacaram os manifestantes. Mas a rebelião se propagou rapidamente para Recôncavo Baiano e, logo, esboçava o cerco de Salvador, onde se haviam enfileirado os portugueses. Os brasileiros passaram a ser dirigidos por um Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, e dominaram o Recôncavo através de operações de guerrilha — nas quais destacou-se a figura de Maria Quitéria —, impedindo os portugueses de conseguir reabastecimento para suas tropas cercadas. Depois do dia 7 de setembro, o governo brasileiro enviou reforços, comandados pelo general francês Pedro Lobato. No dia 8 de novembro, os portugueses tentaram atacar Buarque para recuperar um canal de abastecimento. Interrompidos em vários pontos, concentraram forças em Pirajá, onde ocorreu uma das batalhas mais importantes da guerra, na qual foram os portugueses derrotados, não obstante contarem com vários batalhões e apoio de artilharia.

A 24/5/1823, os bairros marcenários como chefe geral do executivo em operações e comandante da

comando do Lobato. A 3/11/1823, Lima e Silva iniciou um ataque geral contra os portugueses. Debitados pelo prolongado cerco, estes não têm mais condições de resistir e abandonam Salvador, por mar, no dia 2 de julho. O "Teatro Pacificador" entra na cidade no mesmo dia e a Junta de Cachoeira assume o poder. Finalmente, no dia 10/7/1823, a Câmara Municipal de Salvador reconhece o imperador, conservando definitivamente o conflito.

1824 Primeira Constituição brasileira, outorgada pelo Carta Outorgada (18/3).

#### CONSTITUIÇÃO DE 1824

Outorgada por D. Pedro I, a Constituição de 1824 foi influenciada pelo misto de conteúdo absolutista e formas liberais que caracterizam o constitucionalismo europeu da época da Restauração. Além dos três poderes clássicos, ela criou um quarto poder, o Moderador (inspirado na obra do filósofo francês Benjamin Constant), exclusivo do imperador, que também detinha o poder Executivo. O conteúdo absolutista era reforçado pelo fato de o Senado vitalício, por nomeação pelo chefe de Estado, instituir o voto censitário, excluía a imensa maioria da população das eleições para a Câmara, que era temporária e que podia ser dissolvida pelo imperador, após ouvir um Conselho de Estado nomeado por ele próprio. Durante seus 67 anos de vigência, manteve o catolicismo como religião oficial e sofreu, como alterações principais, a Ato Adicional de 1834, e a criação da Presidência do Conselho de Ministros em 1847.

- Os Estados Unidos da América são o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil.
- Ecloha, em Pernambuco, a Confederação do Equador.

#### CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Movimento republicano e separatista iniciado em Pernambuco, em 27/1824. Estendeu-se às províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Em fins de 1823, os líderes republicanos dominavam o Nordeste e se acantonaram em fazendas longe das centralizadoras de dom Pedro I, que, com a Constituição outorgada em 1824, impôs ao país uma Constituição unitária. Pernambuco não aceitou uma Constituição e, a 27/1824, o presidente da província Manuel de Carvalho Pais de Andrade, proclamou a Confederação do Equador. O Rio Grande do Norte integrou-se à Confederação em 3/8; e Ceará, em 30/8. A Paraíba aderiu quase imediatamente, pois já havia, lá, um movimento de rebelião. No Piauí, o movimento teve pouca repercussão.

A repressão, organizada pelo poder central, logo se fez sentir. Forte contingente de tropas foi enviado para o Nordeste, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva (forças terrestres) e de Luís Cochrane (forças navais). Aproveitando-se das dissensões que surgiam entre os revoltosos — sobretudo entre os proprietários rurais, que eram liberais e escravistas, e os setores populares mais radicais, favoráveis à abolição da escravidão — as tropas lealistas conseguiram dominar a rebelião em pouco tempo: em 17/9, Recife e Olinda já estavam nas mãos das tropas imperiais, embora as guerrilhas no interior, comandadas por Frei Caneca e Agostinho Bessa, tenham resistido até o dia 29/11/1824.

A repressão subsequente foi extremamente violenta e dom Pedro não mudou sua atitude para

Todas as principais líderes do movimento foram encarceradas à morte pela força. O mais famoso dentre elas foi, sem dúvida, frei Joaquim de Amor Divino Caneca (frei Caneca), fuzilado em Cinco Pontas, porque o carroço encarcerado de enfermeiros recusou-se a levá-lo ao patíbulo.

1825 Início da luta pela independência do Uruguai; Lavalleja desbarbaram com 32 homens as margens do rio Uruguai e atacou os brasileiros, de surpresa, em Sarandi; era, naquela, a Argentina do clara guerra ao Brasil.

Portugal e Inglaterra mantêm a Independência do Brasil.

1826 Como recompensa pelo reconhecimento de sua independência pela Inglaterra, o Brasil revê partes do Tratado de Comércio e Navegação de 1810.

Instauração da primeira Assembleia Geral Brasileira, composta de um Senado vitalício e de uma Câmara temporária, que exerceria as funções legislativas do país.

1827 Batalha de Ituzaingó: os brasileiros lutam com tropas argentino-uruguayas pela posse da Província Cisplatina.

1828 Tratado de paz entre Brasil e Argentina reconhece a independência do Uruguai.

1831 Morte dos Garrafões (13-143).

Abdicação de dom Pedro I (7/4).

Constituição da primeira Regência Trina Provisória, composta pelos senadores Carneiro de Campos e Campos Vergueiro e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (8/4).

Eleição da Regência Trina Permanente, composta de Brásílio Muniz, Costa Carvalho e do brigadeiro Lima e Silva (17/6).

Lei de 7 de novembro que declara livres todos os escravos que entrassem no Brasil depois daquela data (outra morte).

1832 Abolição da escravidão no Brasil.

#### REVOLTAS DO PERÍODO DA REGÊNCIA

Durante o período da regência, que corresponde, em nossa história, ao período de organização do Estado brasileiro, ocorreram dissensos e disputas político-partidárias entre os grupos dominantes, que buscavam o controle do poder. Além disso, a abdicação parecia ter aberto a possibilidade de participação no processo de decisões para a camada mais pobre da população, constituída de homens livres brancos, mulatos, mestiços, pardos e negros livres, ocupados nas mais diversas atividades agrícolas e urbanas, mas marginalizados politicamente. Com a regência, essa camada, estimulada pelas lutas da elite, explodiu em revoltas que, eventualmente, chegaram a pôr em questão os fundamentos da sociedade brasileira da então: o latifúndio e o escravismo. De modo que, para consolidar o Estado brasileiro jurídico e institucionalmente, foi-se necessário, para os setores dominantes, reprimir violentamente as camadas mais populares. As revoltas do período da regência, ocorridas em praticamente todo o território nacional, refletem esse processo de consolidação do Estado.

Em 1831, eclodiu no Maranhão a *Semana Revolucionária*, que exigia a expulsão da província dos portugueses e dos padres franciscanos. A rebelião começou no quartel de Ourinhos, comandado por João Cândido, e estendeu-se à população civil. O presidente da província, Araújo Vianna, protestou a decisão até que, no dia seguinte, a tropa rebelou-se novamente, ainda sob a liderança de João Cândido, à qual aderiram Francisco de Alencar e Eriberto Leal. A repressão veio chocada por Felício de Paula, esse apoio de uma força geral. O



mas João Cândido e Lemos escaparam, fugindo para o norte.

Ainda em 1831, na noite de 15 de novembro, eclodiu em Pernambuco a insurreição que ficou conhecida como a *Noventinha*. Liberais radicais e republicanos, que defendiam posições federalistas, sob o comando do capitão Antônio Afonso Vianna e do segundo-tenente João M. Magalhães, tomaram a fortaleza de Cinco Pontas e receberam várias adesões. O presidente da província, Francisco de Carvalho Pais de Andrade, refugiou-se na fortaleza de Brum, enquanto os rebeldes reivindicavam o desarmamento de todos os portugueses e a expulsão apenas dos militares. No entanto, o presidente da província, apoiado pelo coronel Francisco Jacinto, conseguiu reunir tropas legalistas que, rapidamente, dominaram a situação.

Em 14/4/1832, ocorreu, novamente em Pernambuco, a *Abrilada*, quando o coronel Francisco José Martins e o sargento-mor José Gabriel da Moura Maia sublevaram as tropas, pedindo a restauração do dom Pedro I como imperador do Brasil. Este movimento durou apenas um dia, sendo dominado pelo presidente Francisco Pais de Andrade.

Na Bahia ocorreram duas revoltas de cunho federalista. A primeira teve lugar na vila de Cachoeira, em fevereiro de 1832, quando o capitão Bernardo Miguel Góes e Almeida, proclamou a instalação de "sistema federal" e constituiu um governo provisório. O presidente da província, Honorato Paiva, bloqueou a vila por terra e por mar, empregando tropas vindas de outras cidades baianas. Depois de uma semana de luta, Góes e Almeida foi preso e a vila de Cachoeira ocupada. No ano seguinte, populares atacaram o quartel dos Fomentos Municipais, no Arraial de São Félix. Os rebeldes foram dispersados, mas, no dia 26 de abril, eclodiu a *rebelião no forte de Mar*, na baía de Todos os Santos. Chefiaram a revolta Góes e Almeida, Carlos Sampaio e Daniel Gomes da Freitas. Durante quatro dias houve combates violentos, mas os rebeldes se renderam a 29 de abril.

Os sobris de Pernambuco e Alagoas foram polvos de mais um movimento pela restauração de dom Pedro I, que ocorreu de 1832 a 1834 e que foi uma continuação da *Abrilada*. Os restauradores, apoiados por escravos fugidos, camponeses e pelos índios do Jacuípe, foram comandados por Vicente Ferreira de Paula, Manoel Afonso de Melo, Antônio Timóteo, João Batista de Araújo e Alexandre Gomes de Oliveira. Utilizavam táticas de guerrilha e resistiram em contingentes militares mobilizados pelo governo. Mesmo depois da morte de dom Pedro I a luta continuou até que, em 1835, o bispo dom João da Purificação Marques Partidão convenceu os rebeldes a se renderem.

Em 1833, houve em Ouro Preto outra revolta objetivando a restauração de dom Pedro I. As tropas rebelaram-se, aproveitando a ausência do presidente da província, Manoel Inácio de Melo e Sousa. Embora o vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos tivesse assumido o governo, os rebeldes já haviam tomado Ouro Preto. Pediram a demissão do presidente, mas, como houve de demora na solução do problema, nomearam um dos seus chefes, Manoel Soares de Couto, como vice-presidente da província. Várias cidades se mostraram favoráveis ao governo legal e a resistência rebelde restringiu-se a Ouro Preto, Mariana e Caeté. Um mês depois chegou a Minas o comandante Pioto Pinto, que, com o presidente, organizou uma tropa para combater os rebeldes. A 23 de maio, conseguiram retomar Ouro Preto; Mariana e Caeté renderam-se.

Em Pernambuco, os irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado lideraram três levantes — que ficaram conhecidos como a *Carneirada* —, visando instaurar um regime liberal. Os três levantes — o primeiro em 18/1/1834 e os outros dois em janeiro e março de 1835 — fracassaram.

Em 1837 eclodiu na Bahia um movimento que visava à instauração de uma república independente, a *"República Baiana"*. Foi liderado por Francisco Balduino Álvares da Rocha Vieira e recebeu o nome de *Sabinada*. A revolução começou com uma sublevação no forte de São Pedro; as autoridades fugiram para o Recôncavo Baiano, onde organizaram a resistência legalista. Grande parte da população aderiu aos rebeldes, mas, a 18/3/1838, forças legalistas sob o comando do marechal Alexandre Gomes de Argolo Ferrão iniciaram o ataque, reconquistando a capital da província. Depois de violentos combates, os rebeldes, refugiados no forte de São Pedro, acabaram por se render.

No Maranhão ocorreu, a partir de 1838, um movimento popular que tinha como objetivo a luta contra o poder e os privilégios da aristocracia rural da região. Foi liderado pelo mestiço Raimundo Gomes, pelo ex-escravo Cosme e por Manoel Francisco dos Anjos Pereira, conhecido como *"Balaio"* — dando origem a nome da rebelião, *Sabinada*. Em 12/12/1838, Raimundo Gomes invadiu a prisão da vila da Manga para libertar seu irmão, mas acabou libertando todos os prisioneiros. Fugiram, e passaram a reunir adesões populares por onde passavam, inclusive a do *"Balaio"* e do ex-escravo Cosme, que comandava um grupo de 2 mil escravos fugitivos. Os revoltosos receberam total apoio da população rural. No dia 1/8/1839, tomaram Caxias, organizando uma Junta Provisória para governar a cidade. Tentaram negociar um trégua com o governo, mas este reuniu tropas de outras províncias para atacá-los. Os baianos sofreram vitórias de vários combates. Diante da situação, o governo enviou o coronel Luís Alves de Lima e Silva (mais tarde duque de Caxias), que travou duros combates com os rebeldes. Raimundo Gomes se rendeu. *"Balaio"* morreu em combate e Cosme tomou a liderança do movimento, fugindo para o sertão, onde os baianos começaram a se dispersar. Ainda em 1840, 2 500 *"balaio"* se renderam, diante da ameaça da anistia. A 15/1/1841, os últimos rebeldes se entregaram. Cosme foi preso e morreu na fogueira.

- Criação das faculdades nacionais de medicina, do Rio de Janeiro e Bahia.
- Promulgação do Código do Processo Criminal.
- 1833 Fundação da National Brazilian Mining Association.
- 1834 Ato Adicional à Constituição estabelece a eleição de um só representante e concede certa autonomia às províncias.
- Cabanagem.

## CABANAGEM

De todas as revoltas populares da período da regência, esta foi a que alcançou maior grau de radicalização, seja pelas propostas de algumas de suas lideranças, seja pelo fato de os rebeldes terem mantido o poder durante algum tempo e realizando profundas modificações políticas na região. Embora a Cabanagem propriamente dita tenha início em 1835, situações anteriores já lhe preparavam o terreno.

O poder no Pará, ainda antes da proclamação da Independência, estava nas mãos de juntas favoráveis a Portugal, que protegiam os comerciantes locais da região. Após o 7 de setembro de 1822, a luta eclodiu no Pará, uma vez que as juntas não reconheceram a Independência. Os liberais radicais, encabeçados pelo cônego Batista Campos, e apoiados principalmente por comerciantes brasileiros, conseguiram, em janeiro de 1823, reunir número suficiente de homens para tomar a Câmara

de vereadores. Mas os militares portugueses dissolveram a Câmara de Belém e perseguiram os liberais, que se refugiaram no interior, onde passaram a conspirar, ganhando o apoio das populações locais. Vilas como Cametá, Santarém, Mocapá, Monte Alegre e Vigie se transformaram em núcleos de conspiração. A adesão das mesmas populações às propostas de Batista Campos constituiu o começo de um processo que iria ter seu ponto culminante mais de dez anos depois.

Os núcleos rebeldes assim constituídos iniciaram a luta portuguesa, e que facilitou a tarefa do capitão John Fawcett Grenfell, enviado pelas autoridades imperiais para impor um governo fiel. No entanto, depois a junta, os rebeldes do interior exigiram a formação de um governo popular sob a chefia de Batista Campos. Grenfell desmentiu essas propostas, fustigando muitas pessoas — ficou famoso o episódio em que trançou 284 suspeitos no porão do barco *Palácio*, matando-os por sufocação. Mesmo assim, não conseguiu submeter Cametá, e o presidente da província, José de Araújo Resa, nomeado por dom Pedro I, começou a governar numa situação de extrema instabilidade. Em agosto de 1834, a agitação dirigida por Batista Campos tornou-se aguda e Resa mandou prender o cônego. No dia 28 de dezembro, vários regimentos se sublevaram, no movimento que ficou conhecido como a *Desembrada*, mas foram dominados. Presos Batista Campos e outros implicados, foram enviados ao Rio, julgados e absolvidos. O presidente da província foi substituído e Batista Campos voltou ao Pará, passando a ter influência decisiva nos governos que sucederam a Resa. A agitação liderada por Batista Campos atraiu a população pobre da capital e do interior. A população interiorana contribuiu para dar às revoltas, que culminaram na Cabanagem, um conteúdo social, revolucionário e contra os brancos, mais identificados com a classe dominante. Eram mulatos, mestiços, pretos e muitos índios puros os participantes. Estes últimos, na maioria integrados à força nos núcleos coloniais situados à margem dos rios amazônicos, sobreviventes de massacres, descarregaram durante as rebeliões seu ódio aos brancos puros. Na efervescência da população humilde, formaram-se novas lideranças, cujas posições se radicalizavam, como Félix Antônio Clemente Malcher, os irmãos Vinagre e Eduardo Negreira Angelim.

Em princípios de 1833, Batista Campos impediu a posse do novo presidente da província, José Mariani, e, em dezembro do mesmo ano, a regência nomeou Bernardo Lobo do Sousa. É neste governo que se inicia a revolta das estâncias. Partindo para uma estratégia política de repressão, Lobo do Sousa prende muitos liberais (incluindo Malcher) e incorpora outros, à força, ao exército (como aconteceu com Angelim). Com base nas populações do interior, os irmãos Francisco Pedro e Antônio Vinagre preparam a tomada de Belém, o que acontece na noite de 6 para 7 de janeiro de 1836. O presidente da província foi executado e Malcher, eleito da prisão, assume o governo. No entanto, Malcher negocia com a regência, e que desce para os cabanos mais radicais. Francisco Pedro Vinagre, que exercia o cargo de comandante de armas, chefia nova revolta depondo Malcher e assumindo o governo. Mas também Francisco Pedro entra em negociações com o governo central, propiciando o desmantelamento e a posse do novo presidente nomeado: Manoel Jorge Rodrigues, que chega apoiado por uma esquadra com 800 homens comandados pelo capitão inglês Tuxley.

Obrigados a recuar para o interior, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim iniciam a fase mais radical do movimento. Apoiados pelas populações locais, desencadeiam uma guerra de guerrilha, que vai estrangulando o governo provincial. A 24/2/1835, invadem Belém e, após mais dias de

combates, tomam a capital. É instalada um governo popular e revolucionário, encabeçado por Angelim, que coloca em prática medidas como a expropriação de comerciantes, distribuição gratuita de gêneros e perseguição aos ricos que pertenciam às várias facções das cabanos. Numa de suas primeiras proclamações, Angelim homenageou os parenses pela liberdade conquistada, chamando-os de descendentes de Ajuricaba, chefe índio que no século XVIII simbolizou a luta contra o colonizador. Além disso, a província se manteve, como nos governos anteriores, independente do resto do país. No entanto, o bloqueio externo (principalmente inglês) começou a estrangular a singular experiência revolucionária das cabanos.

Em abril de 1836, poderes legais foram emanados pelo brigadeiro Soares de Andaraí ataca Belém, ocupando-a em 13 de maio. Os cabanos retiraram-se novamente para o interior e resistiram até 1840. A repressão exercida pelas tropas legalistas é uma das mais sangrentas de que se tem notícia na história do Brasil: entre 1837 e 1840 são mortos 2/3 da população masculina do Pará — 40 mil mortos numa população total que não chegava a 100 mil habitantes. A esse preço, o império e o governo central pacificam a província.

• Morte de dom Pedro I em Lisboa.

1835 Regência Uma com o cônego de padre Diogo Antônio Feijó (12/10).

• Início da Guerra dos Farrapos.

## GUERRA DOS FARRAPOS

O desenvolvimento da grande propriedade rural voltada para a criação de gado e o surgimento de uma "aristocracia de fazenda" caracterizaram a formação da província do Rio Grande do Sul. As estâncias e fazendas que nela se desenvolveram permitiram a consolidação de uma classe dominante internamente coesa e que dispunha de considerável força militar, representada pelas "compañias de guerrilha" integradas pelos "gaúchos". O uso em menor escala da mão-de-obra escrava garantia-lhes também o apoio de uma grande massa de homens livres.

Em 20/3/1835, Bento Gonçalves, exilado da fronteira, depois de governador Antônio Rodrigues Fernandes Braga, acesse-o de "independência e facção". No manifesto então divulgado, os rebeldes ainda apelavam a monarquia e a "integridade do império". A rebelião se alastrou de forma ampla e rápida, diante do que o regente Feijó tentou temporizar, nomeando e depois demitindo o gaúcho José de Araújo Ribeiro para a presidência da província. Nesse meio-tempo, o farrapo Antônio de Sousa Neto havia derrotado o legalista Silveira Tavares e proclamado a República Rio-Grandense, com capital em Friburgo. Isso representou uma radicalização do movimento: o manifesto que proclamava a República de Friburgo atacava diretamente o governo central. A nova república, instalada a 6/11/1836, tinha Bento Gonçalves como presidente, embora este se encontrasse preso, depois de ter sido derrotado na batalha da Ilha de Foz de Iguaçu pelo inglês John Grenfell. Em 1837, Bento Gonçalves fugiu do presídio (forte de Mar, na Bahia) e volta para a chefia da revolução. Neste período, os farrapos contam também com o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi que, refugiado no Brasil, adere à luta e neutraliza o apoio de Grenfell na lagoa dos Patos. A "revolução farrapo" já havia, neste momento, as características de plenamente como república e liberal. Obteve novas vitórias, Garibaldi e Davi Canabarro derrotaram, em 1838, Lacerda, em Santa Catarina.

na, provocando a repressão Cabanagem ou de-  
leu.

Com a maioria de dom Pedro II em 1840, é  
afirmada a união a todos os revoltosos. Mas as  
forças não se acalmam e continuam a luta. A re-  
pressão empregada pelo poder central não é, em  
nenhum momento, tão violenta quanto a que foi  
desencadeada, por exemplo, contra a Cabanagem,  
no Pará. Isso se deve ao fato de que, na Guerra  
das Farroupilhas, a classe dominante sulina manteve  
o controle político sobre as camadas mais pobres  
da população.

Em 1843, o gabinete conservador do Império no-  
meia e então barão de Caxias para pacificar o sul.  
Experiência de outras campanhas, ele evita o em-  
prego exclusivo da força, buscando aproximação  
com os farroupilhas moderados para cindir os re-  
volucionários. Ainda que obtendo algumas vitó-  
rias, Caxias só vai conseguir a paz interna quan-  
do o general uruguaio Manuel Oribe se retira pelo  
sul e Rio Grande. Entre dois fogos, os farroupi-  
los assinam um tratado de paz, assinado nos campos  
de Foz de Várzea em 28/2/1845.

Consequentemente, altera-se o equilíbrio impor-  
tante de governo imperial, com a união geral, in-  
corporação dos farroupilhas ao exército, com to-  
das as regularizações, libertação dos escravos que  
haviam participado da revolução e patente de oficial  
para os líderes e chefes farroupilhas.

#### 1837 A Abolição

• Arraio Lima assume a regência do Império em  
substituição ao padre Diogo Antônio Feijó  
(abril).

#### 1838 A Abolição

1840 Golpe da maioria torna Pedro II imperador  
do Brasil aos 14 anos da idade (23/7); ele convoca  
o primeiro parlamento com gabinete liberal (1840).

#### DOM PEDRO II

Segundo imperador do Brasil, dom Pedro de Al-  
cantara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano  
Francisco Xavier de Paula Leopoldo Miguel Ga-  
briel Rafael Gonzaga nasceu no palácio da Boa  
Viagem, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, a  
2/12/1825, último filho de dom Pedro I e da im-  
peratriz Leopoldina. Seria o terceiro na linha de su-  
cessão, mas seus irmãos mais velhos dom Miguel  
e dom João Carlos já tinham falecido. Em consue-  
tude foi o herdeiro do trono desde seu nati-  
vimento. Tinha seis anos da idade quando seu pai  
abdica. Ficou sob tutela de José Benício de An-  
drade e Silva, e, posteriormente, foi entregue à  
responsabilidade do marquês de Itanhém. O pe-  
ríodo da regência (1831-1840) foi marcado por  
múltiplas revoltas e por sérias divisões entre  
liberais e conservadores. A crise, que desde então  
se acentuava, fez com que os governantes brasilei-  
ros aproximassem o processo de maioridade do príncipe,  
com a finalidade de consolidar o poder cen-  
tral. Aos 15 anos, um ano após ter sido declarado  
maior, dom Pedro foi sagrado imperador  
(1840/1841). A partir daí, ocorreu o trono brasilei-  
ro durante 48 anos. A 30/6/1843, casou-se com do-  
na Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de  
Francisco I das Duas Sicílias. Tiveram quatro fi-  
lhos, mas apenas dois chegaram à idade adulta:  
as princesas Isabel e Leopoldina.

O primeiro debate do governo de dom Pedro II  
foi agitado por diversas revoltas, mas, após 1850,  
o país conheceu um período de quarenta anos de  
paz interna, embora continuasse a luta pelo poder  
entre conservadores e liberais. No plano externo,  
o Brasil teve que enfrentar várias guerras: contra  
a Argentina (1851-1852) e o Uruguai  
(1851-1852) e o Paraguai (1864-1870).

Transformações econômicas e sociais marcaram  
o reinado de dom Pedro II: o surgimento das pri-  
meiras empresas industriais, o início da política  
de proteção alfandegária; a implantação das  
estradas de ferro e de telégrafo determinaram o  
começo de uma transformação que aumentou as  
cidades, fazendo crescer a classe média urbana.  
Por outro lado, o declínio do algodão e da cana-  
de-açúcar e sua substituição pela cultura do café de-  
claram o eixo político-econômico do país do norte pa-  
ra o sul.

As divergências políticas internas se intensifi-  
caram, sobretudo com a criação, em 1870, do Parti-  
do Republicano, que refletia os interesses dos no-  
vos grupos sociais em ascensão. A resistência dos  
atores tradicionais, que se encontravam encastra-  
dos no poder, levou ao aprofundamento das divergên-  
cias com o Exército e com a Igreja, pronunciando  
a diminuição da base social sobre a qual se assen-  
tava a monarquia. A abolição da escravatura, as-  
sistida na ausência do imperador pela regente  
princesa Isabel (Lei Áurea — 1888), que retirou da  
presença do Partido Liberal, acelerou a crise eco-  
nômica dos setores tradicionais, agravando o de-  
crédito da monarquia. Dentro desse quadro, a pro-  
clamação da República em 15 de novembro de 1889.

No dia seguinte à proclamação da República,  
dom Pedro II recebeu uma carta do novo gover-  
nante, marechal Deodoro da Fonseca, que lhe pe-  
dia que deixasse o país. A família real embarcou  
para Portugal em 17/11/1889. A imperatriz Ter-  
esa Cristina morreu no dia 28 de dezembro do mes-  
mo ano, na cidade do Porto. Pedro II passou seus  
últimos anos na Europa, visitando bibliotecas,  
museus e instituições acadêmicas às quais era fi-  
liado. Residiu sucessivamente em várias cidades  
francesas: Cannes, Nice, Versailles. Morreu a  
5/12/1891, no hotel Bedford, em Paris, em con-  
sequência de uma pneumonia, com a idade de 66  
anos.

• Em vigor a Lei Interpretativa de Ato Adicional.  
• Dissolução do gabinete liberal e ascensão dos  
conservadores ao poder.

#### REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

No fim do período da regência, o conflito entre os  
partidos Liberal e Conservador já estava em ple-  
no andamento, refletindo as contradições existen-  
tes entre setores das elites dominantes. Depois da  
maioridade de dom Pedro II, os conservadores,  
que formavam a corte do imperador, asseguraram  
o poder para si. As aristocracias provinciais não  
aceitavam de bom grado tal situação e, em alguns  
casos, chegaram a rebelião, como ocorreu em  
1842, em São Paulo e Minas.

Em São Paulo, o governo imperial substituiu o  
presidente da província, brigadeiro Rafael Tobias  
de Aguiar, por José da Costa Carvalho. Quando  
este dissolveu a Câmara eleita, a 17 de maio, a in-  
surreição eclodiu. Tobias de Aguiar foi proclamado  
em Seropédica, presidente interino da província  
e buscou o apoio das diversas municipalidades do  
interior. Costa Carvalho, entretanto, conseguiu  
assegurar a neutralidade de Curitiba, evitando  
com sua separação de São Paulo e conseguindo, no-  
tável, evitar que os farroupilhas ajudassem os re-  
belões paulistas. Liderados por Tobias de Aguiar  
e pelo padre Feijó, os rebeldes avançaram  
com o apoio de algumas vilas como Itapetininga,  
Itu, Porto Feliz e Capivari. Tentaram avançar so-  
bre a capital, mas o barão (futuro duque) de Ca-  
xias, à frente do Exército Pacificador, conseguiu  
surpreendê-los e derrotá-los junto à ponte do rio  
Pinheiros. Partida daí para Sorocaba, onde entraram

no dia 21 de junho, prendendo o padre Feijó. To-  
bias de Aguiar conseguiu escapar.

Minas entrou na luta pouco antes da derrota  
dos paulistas. No dia 10 de junho, em Barbacena,  
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha foi aclamado  
presidente interino da província pelo batalhão  
da Guarda Nacional. No dia 26, os liberais minei-  
ros combateram os legalistas em Queluz, levando  
vantagem, mas desistiram de atacar a capital, re-  
tornando-se da região. No final de julho, Caxias che-  
gou a Minas e, no dia 20 de agosto, foi travado vi-  
lento combate em Santa Luzia. Os principais che-  
fes liberais foram presos. Iniciaram-se negocia-  
ções para a paz, conseguida em março de 1844,  
com a anistia decretada pelo imperador.

#### 1844 Retorno dos liberais ao poder

• Aplicação da Tercia Alves Branco de proteção  
alfandegária.

1845 Promulgada, na Inglaterra, a Bill Aberdeen,  
pela qual os ingleses tinham o direito de apre-  
sionar qualquer embarcação que traficasse com  
escravos.

1847 Com a criação do cargo de presidente do Con-  
selho de Ministros, a monarquia brasileira tor-  
na-se parlamentarista.

1848 Rebelião Praieira em Pernambuco. Os liberais  
e conservadores lutaram pela manutenção do  
poder.

#### REBELIÃO PRAIEIRA

Tal como outras revoltas do mesmo período, a re-  
belião praieira teve início a partir de choques en-  
tre liberais e conservadores. No entanto, nesse ca-  
so particular, a revolta contou com alto grau de  
elaboração crítica e se tornou popular, com rein-  
dicações de forte cunho social.

De 1837 a 1844, Pernambuco foi governado pe-  
lo capitão Francisco de Aguiar Barros, do Partido  
Conservador e muito ligado à família Cavalcanti,  
que dominava a região. Em 1843, liberais contrá-  
rios à oligarquia dos Cavalcanti iniciaram a publi-  
cação do jornal O Diário Novo, dirigido por Luís  
Indício Ribeiro Rosa e instalado na rua da Praia.  
Em torno do jornal, formou-se uma facção liberal  
conhecida como o "Grupo da Praia", sendo a desig-  
nação de praieiros. Nos seus artigos, esse grupo  
era liberal-democrático, mais autêntico e menos  
retórico do que os políticos ligados à aristocracia  
agrária.

Em 1844, os liberais voltaram ao poder com  
Chichorro da Gama, muito ligado ao Grupo da  
Praia. Realizando uma política que favorecia seus  
correligionários, Chichorro chegou, mesmo, a  
usar a polícia contra latifundiários da elite domi-  
nante. Com isso, os praieiros conseguiram grande  
popularidade. Surgiram tumultos, que frequen-  
temente se dirigiam contra os comerciantes portu-  
gueses. Em função de que consideravam a "mar-  
quia" dos praieiros, os latifundiários encerraram  
pressões conseguindo a substituição de Chichorro  
por outro liberal mais moderado, Visconde Pires da  
Mota. Os praieiros ficaram descontentes e aumen-  
taram as agitações. Cinco governadores liberais  
foram nomeados e destituídos em sete meses, até  
que, com a queda do gabinete liberal no Rio e a  
ascensão dos conservadores, foi nomeado para gover-  
nar Pernambuco, o ministro Herculano Ferreira  
Pena. Diante dessa situação, os praieiros mais ra-  
dicais, apoiados pelas forças populares, resolve-  
ram contestar abertamente o governo central. A  
7/11/1848 eclodiu a Revolução.

Os chefes do Grupo da Praia — Nunes Machado  
e Borges da Fonseca — não eram favoráveis à re-  
volta armada. Mas, quando esta eclodiu, viram-se  
na contingência de apoiá-la. Quem, na verdade, a  
comandava era o capitão de artilharia Pedro Ivo  
Veloso da Silveira, muito ligado aos praieiros. O  
movimento armado ocorreu em Olinda e em outros

locais e numa vasta região da Zona da Mata. À fron-  
te de um pequeno exército de 2 mil homens — po-  
queiros arrendatários, boiadeiros, mascates, mole-  
tos e negros —, Pedro Ivo se empenhou em comba-  
tes com as forças da oligarquia, em batalhas como  
as de Maricota, Mansupinho, Cruzangi. Em  
1/1/1849, os praieiros divulgaram nos "Manifestos  
ao Mundo", escritos por Borges da Fonseca, con-  
teúdo das ideias liberais-democráticas bastante ra-  
ciais, onde se percia a influência das ideias so-  
ciais da revolução de 1848 na Europa.

Tentando atacar o Recife, as forças de Pedro Ivo  
conseguiram algum progresso mas foram repul-  
sadas, procurando então atacar a Paraíba. Não tive-  
ram sucesso. Borges da Fonseca foi preso e Pedro  
Ivo prosseguiu numa guerra de guerrilha que du-  
rou dois meses. O governo ofereceu, então, a anis-  
tia, e Pedro Ivo se entregou em 27/1/1849. No en-  
tanto, o governo tratou sua promessa e Pedro Ivo  
foi preso no forte de Lagoa, na baía da  
Guangabara. Com a ajuda de liberais cariocas, con-  
seguiu fugir, embarcando numa nave estrangeira  
que ia para a Europa, com, no entanto, conseguiu  
lá chegar, pois morreu a bordo.

#### 1849 Retorno do Partido Conservador ao poder

1850 Lei Euzébio de Queiroz ordena a extinção do  
tráfico negreiro (4/9).

• Criação da província do Amazonas, independente  
do Grão-Pará (5/9).

#### 1851 Guerra do Prata

#### GUERRAS DO PRATA

A política de intervenção do Brasil na política in-  
terna dos países da região platina está diretamente  
relacionada com o alinhamento de sua diplomacia,  
com os interesses ingleses. Não intervenha  
nem no Brasil nem a Inglaterra que as duas mar-  
guas do Prata (Buenos Aires e Montevideo) es-  
tavam dominadas por uma mesma facção polí-  
tica, pois isso permitiria nas platinas monopolizar  
o comércio que se desenvolvia a partir das rias da  
região, criando ainda problemas para a navega-  
ção entre o Mato Grosso e a rota do prata.

Quando a Argentina foi violentamente invadida  
pelo exército Juan Manuel Rosas — que derro-  
tou a aristocracia marcadamente portenha, a fronte  
dos caudilhos de interior e apoiado pelas "monton-  
erías" (grupos armados populares) —, o Brasil  
apoiou, no Uruguai, o partido que lhe era contrá-  
rio, ou seja, o partido Colorado, dirigido pelo gene-  
ral Fructoso Rivera. Rosas apoiava o general  
"blanco" Manuel Oribe, que cercou Montevideo e  
ameaçava derrotar Rivera. Temendo a hegemo-  
nia de Rosas na região do Prata e Império res-  
olveu intervir a favor dos "colorados", quando o si-  
tio de Montevideo já durava oito anos.

Em 1851, forças brasileiras, juntamente com  
forças argentinas das províncias de Entre-Rios e  
Corrientes — rebeldes contra Rosas — entraram  
em ação contra Oribe. Comandados pelo general  
argentino Urquiza e contando com 24 mil solda-  
dos brasileiros, os aliados invadiram o Uruguai,  
apoiados por uma esquadra comandada por John  
Parker Grenfell. A 12/10/1851, as forças de Oribe  
renderam-se, sendo assinado, no Rio de Janeiro,  
um "Tratado de limites, comércio, amizade e sub-  
sídios entre o Brasil e o Uruguai".

Em seguida, Brasil e Uruguai apoiaram o gene-  
ral Justo José de Urquiza em sua luta pela derro-  
ta de Rosas, na Argentina. O Acordo de 33  
anos deste ditador declinava rapidamente, mas o  
acordo para sua derrota não foi feito, uma vez  
que a Inglaterra não estava convencida da neces-  
sidade deste ato. Mesmo assim, em janeiro de  
1852, Rosas foi derrotado e assassinado.



32/1862, Massé foi derrotado na batalha de Mato Caseros.

Os novos governos da Argentina e do Uruguai tornaram, rapidamente, medidas para garantir a navegação de barcos brasileiros no rio Uruguai e a livre navegação comercial em todo o estômato das rias Paraná e Uruguai. No entanto, após vários anos de agitações, o governo do Uruguai voltou a cair nas mãos dos "blancos", quando Atanasio Cruz Aguirre tomou o poder. Continuando a apoiar seus antigos aliados, o governo brasileiro enviou ao Uruguai a "missão Saravia", chefiada pelo conselheiro José Antonio Saravia, que levou um ultimato relacionado a questões do fronteira, no qual se exigiam indenizações por prejuízos causados por incursões nas fronteiras brasileiras. Tanto rejeitou o apelo político e diplomático do ditador paraguaio Francisco Solano López, Aguirre recusou o ultimato. Diante disso, o Brasil aliou-se ao adversário do Aguirre, o "colorado" Venâncio Flores, e invadiu o Uruguai por terra e por mar. A 21/1/1865, com o apoio de forças de terra, o almirante Tamandaré tomou Foz de Iguaçu, passando a sitiar Montevideo. Aguirre renunciou e Teodoro Villalba, presidente do Senado argentino e governo, negociando a rendição argentina em 20/2/1865. A vitória consolidou a posição brasileira no Prata, mas, em função da aliança de Aguirre com Solano López, fundou o cenário da Guerra do Paraguai.

1862 Mudança e Organização da Navegação a Vapor do Amazonas.

• Inauguração das primeiras linhas telegráficas no Brasil.

1863 Ministério da Conciliação, organizado pelo marquês de Paraná.

• Fundação do novo Banco do Brasil (6/7).

1864 Construção da primeira ferrovia brasileira, no Rio de Janeiro.

1866 Início da construção da União e Indústria, primeira estrada pavimentada do Brasil, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

1868 Inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1869 Criação do Ministério da Agricultura, Criação e Obras Públicas (28/7).

• Regulamentação e oficialização da telegrafia.

1861 Início da Questão Christie, que levou à ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.

1862 Depois da cultura anos de oposição, o restaurador Partido Liberal volta ao poder.

1863 O Brasil ganha a Questão Christie, com o pronunciamento favorável do árbitro, rei Leopoldo II da Bélgica (junho).

1864 O Paraguai declara guerra ao Brasil (dezembro).

## GUERRA DO PARAGUAI

A época da chegada do Francisco Solano López à presidência paraguaia (1862), a situação na região do Prata mostrava-se volátil e perigosa. O Paraguai, um Estado com fortes tons militares, surgiu como uma potência emergente no Sul do continente, após anos de isolamento. Herdeiro de uma tradição autoritária e paternalista iniciada com os missionários jesuítas de período colonial e continuada, após a independência, por Gaspar Rodríguez de Francia (1811-1840) e por seu pai, Carlos Antonio López (1840-1862), Solano López passou a governar um país que, pela primeira vez, tinha condições de se firmar como um Estado independente.

A invação do Uruguai por tropas brasileiras (ver quadro Guerras do Prata) foi levada a cabo a despeito das advertências de Solano López de que tal ação seria encarada como uma ameaça à soberania paraguaia — e questão dos direitos de navegação do rio Prata era crucial para um país mediterrâneo como o Paraguai. Assim, a 11/11/1864, o governo de Assumpção reagiu à invação brasileira capturando o navio mercante *Marquês de Olinda* e, um mês depois, ocupou o sul do Mato Grosso. Em março de 1865, o Paraguai tomava a província de Corrientes, após o governo argentino ter-lhe negado permissão para atravessá-la em direção ao Rio Grande do Sul. Pouco depois, a 16/5/1865, era assinado em Buenos Aires o Tratado da Tríplice Aliança, no qual Brasil, Argentina e Uruguai comprometiam-se, entre outras coisas, a não depor armas após a derrota de Solano López.

A ofensiva paraguaia foi neutralizada em pouco tempo: em 11/6/1865, a Marinha do Paraguai foi posta fora de combate pela Armada Imperial, e três meses depois suas tropas renderam-se aos Aliados em Uruguai. A partir daí, o avanço deu-se com lentidão. Não foi até maio de 1864/1865 que os Aliados entraram no Paraguai. A 24/5/1865, soldados paraguaios atacaram o acampamento da Tríplice Aliança em Tuiuti, sendo rechaçados com grandes perdas para ambos os lados, as que é considerada a maior batalha da história da América do Sul. Bem guardados ao longo dos rios, os paraguaios infligiram uma série de derrotas aos Aliados em Curupaí, em 22/9/1865. Foi somente a 5/8/1865, depois que o comando havia passado de Bartolomeu Mitre — presidente da Argentina — para o futuro duque de Caxias, que caiu a fortaleza de Humaitá. Já então o Brasil tinha conhecido o fim do conflito, uma vez que a Argentina e o Uruguai haviam chamado de volta suas tropas para sufocar rebeliões internas.

Com a queda de Assumpção em 27/12/1865, o comando das tropas passou ao conde D'Elza, que iniciou a perseguição a Solano López e os remanescentes de seu Exército; que haviam se retirado para as montanhas. A 1/9/1870 deu-se a batalha final, quando o presidente paraguaio foi abatido pelo cabo Chico Diabo, do Exército brasileiro, em Cerro Corá. Ao terminar o mais longo e sangrento conflito sul-americano do século XIX, o Paraguai estava completamente devastado e sua população havia sido reduzida à metade. Por sua vez, o Brasil, enervado e desgastado, experimentava as primeiras sintomas do esgotamento da manobra.

1866 O Amazonas é aberto à navegação internacional.

1867 Inauguração da Estrada de Ferro Santos e Jundiaí.

• Tratado do Ayacucho: o Brasil cede à Bolívia o Território do Acre.

1870 A divulgação de uma manifestação no jornal *A República*, do Rio de Janeiro, dá início ao movimento pela implantação da República no Brasil.

• Início da imigração italiana.

1871 Votada e aprovada a Lei do Ventre Livre, libertando os filhos de escravos.

1872 O primeiro recenseamento levado a efeito no Brasil revela uma população de 9 930 473 habitantes.

• O encarceramento e a condenação dos bispos da Autoridade, dom Vital, e Frei, dom Antônio de Macedo Costa, dão origem à chamada Questão Religiosa: os bispos não aceitaram decisão governamental relativa à disputa entre a Igreja e a Monarquia.

• Revolta dos Muckers: movimento dos fanáticos religiosos, no Rio Grande do Sul.

1873 Realiza-se o primeiro congresso do Partido Republicano Paulista, conhecido como o Convênio de Itapetininga.

1874 Fundação do Clube Republicano Federal, com o objetivo de unificar os republicanos.

1875 Editado o regulamento disciplinar do Exército que, entre outras medidas, proibiu aos militares debaterem, pela imprensa, qualquer tema com seus superiores, camaradas e inferiores.

• Falecimento de Bento Manoel.

1877 Início da grande seca no Nordeste; ela se prolongará até 1879.

1878 Os liberais retomam o governo do Império, depois de dois anos de oposição.

1880 Eclipsa no Rio de Janeiro a Revolta da Vitória, contra o imposto de 20 réis por passagem de bondes e condutos ferroviários.

1881 A Reforma Saravia estabelece o voto universal e direto para os possuidores de renda mínima de 200 000 réis; a elegibilidade é também garantida para os não-católicos e os escravos libertos.

1882 A borracha é o terceiro produto na lista das exportações.

1883 Início da Questão Militar. Mossoró, RN, é a primeira cidade a libertar seus escravos.

1884 Libertação de escravos no Ceará.

1885 Lei dos Benfazejantes ou Lei Saravia-Catagip: concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos, sem indenização aos seus proprietários (28/9).

1886 Fundação da Sociedade Promotora da Instrução.

1887 A população escrava no Brasil é reduzida a 700 mil, menos da metade da existente durante o reconhecimento de 1872.

• A oficialidade, em reunião no Teatro Recreio Dramático presidida por Deodoro da Fonseca, decide mandar uma mensagem ao imperador, pedindo a revogação das punições disciplinares.

1888 A Lei João Alfredo, ou Lei Áurea, que declara abolida a escravidão no Brasil, é aprovada pela Câmara e pelo Senado e logo assinada pelo príncipe Isabel (13/5).

1889 O efetivo das Forças Armadas é fixado por lei em 10 500 homens; além das oficiais de diferentes classes.

• O gabinete liberal do visconde de Ouro Preto substitui o gabinete conservador de João Alfredo, provocando a crise política que levaria à República (7/9).

• Atentado contra a vida de dom Pedro II (15/7).

• Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca (15/11); dom Pedro e a família real embarcam, para a Europa; o soberano destrona a recusa um substituto de 5 000 contos que lhe é oferecido pelo governo revolucionário (17/11).

1890 Eleição a Assembleia Constituinte (18/9).

1891 Promulgação da primeira Constituição republicana.

## CONSTITUIÇÃO DE 1891

Promulgada pela primeira constituinte republicana em 24/2/1891 e baseada na Constituição norte-americana, concedia a mais absoluta autonomia aos Estados e insistia no divórcio de poderes. Revogou as principais características da Constituição de 1824, eliminando o poder Moderador, o Senado vitalício e a unidade Igreja-Estado. Criou o sistema presidencialista, o Senado temporário e admitiu a liberdade de culto, entendendo o direito de voto a todos os cidadãos alfabetizados de sexo masculino, maiores de 21 anos. A sua vigência foi perturbada por inúmeras crises que culminaram na reforma de 1934, de caráter centralizador. No entanto, mal foi aplicada em sua nova fórmula, pois foi suprimida pela Revolução de 1930.

• A Assembleia Constituinte elega o presidente e o vice-presidente da República, respectivamente o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto, que disputavam as eleições seguintes (25/2).

## MANUEL DEODORO DA FONSECA

Nasceu a 5/6/1827, na cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), no Estado de Alagoas. Curvou a Escola Militar, no Rio de Janeiro e, em 1866, serviu como capitão na guerra do Paraguai. Promovido a brigadeiro em 1874 e a marechal-de-campo em 1884, foi nomeado no ano seguinte comandante de armas do Rio Grande do Sul, onde chegou a assumir a chefia do governo na ausência do presidente da província. Em 1888, Deodoro voltou ao Rio de Janeiro, onde se tornou o líder da facção do Exército que desejava a abolição da escravidão. Refletindo a insatisfação do Exército com a política imperial, Deodoro acabou por assumir a liderança das tropas que cercaram o quartel-general onde se reunia o gabinete do visconde de Ouro Preto, proclamando a República (15/11/1889). Entretanto, então, o Governo Provisório que convocou as eleições para a Assembleia Constituinte. Devido à sua crescente popularidade, foi também lançado como candidato à presidência da República. Mas não tardaram a surgir dissensões entre Deodoro e seu gabinete, cujos membros, após a destituição do ministério, passaram para a oposição.

De acordo com uma disposição transitória da Constituição de 1891, o presidente para o quadriênio 1891-1894 seria eleito pelo Congresso. Nas eleições de 26/2/1891, Deodoro venceu pela pequena margem de 33 votos, contra Prudente de Moraes. O vice-presidente eleito foi Floriano Peixoto, companheiro de chapa do candidato da oposição. Durante os nove meses seguintes, travou-se intensa luta entre o Executivo e o Legislativo. Votando sempre sobre projetos, Deodoro hostilizava a oposição e era por ela cada vez mais intensamente criticado. A tensão culminou na decisão presidencial de dissolver o Congresso, atitude que desencadeou um movimento legalista, encabeçado por Floriano Peixoto e destinado a depor Deodoro. Isto, acompanhado pelo barão de Lucas, reuniu-se a 23/11/1891, pedindo a reforma da carreira militar. Retirou-se em seguida para a vida privada, vindo a falecer a 23/6/1892, após prolongada enfermidade.

• O marechal Deodoro da Fonseca renuncia à presidência da República, sendo substituído pelo marechal Floriano Peixoto (23/11).

## FLORIANO VIEIRA PEIXOTO

Floriano Peixoto nasceu a 30/4/1839, na vila do Ipoc, Alagoas. Estudou no colégio São Pedro de Alcântara, no Rio, e depois na Escola Militar da Corte. Primeiro-tenente em 1863, participou da guerra do Paraguai, ao fim da qual recebeu o patente de tenente-coronel. Em 1884, foi nomeado presidente da província do Mato Grosso, posto que ocupou durante um ano. Promovido a marechal-de-campo em 1888, Floriano Peixoto ocupou o cargo de ajudante geral do Exército no gabinete liberal de visconde de Ouro Preto no momento da proclamação da República. Recusou, então, a dispor as tropas que vinham depor a monarquia e, a 18/4/1890 substituiu Benjamin Constant na pasta da guerra, no Governo Provisório. Em agosto foi nomeado primeiro vice-presidente e, em setembro, eleito senador pelo Estado de Alagoas. Em janeiro do ano seguinte já formava um quarteto, com Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes e Benjamin Constant.

Eleito vice-presidente em 1891, não tardou a seguir as mesmas orientações entre Deodoro e o Legislativo; no momento da dissolução do Congresso, foi em Floriano que a oposição encontrou apoio entre seus aliados. Depois da renúncia de Deodoro,

de o título de vice-presidente) e revogou as atas do fechamento do Congresso e do suspenso das garantias constitucionais. Além disso, demitiu todos os presidentes da província fidei a Deodoro, provocando grande agitação política que culminou na revolta das fortalezas de Lago e Santa Cruz, rapidamente sufocada. Mas a agitação e o clima conspiratório perduraram; além de tentativas de levante no Rio de Janeiro que levaram vários militares implicados no desastre na Amazônia, desencadeou-se no sul do país a Revolução Federalista, motivada por divergências políticas regionais, à qual se seguiu a Revolta da Armada, liderada pelo contra-almirante Custódio de Melo. A pronta reação do Fluminense fez com que, até agosto de 1894, todas essas rebeliões estivessem abafadas. Transferindo o poder a 15/1/1894 para Prudente de Moraes, retirou-se da vida pública, falecendo a 28/6/1895.

- 1892 - Morte de Dom Pedro II, em Paris (6/12).  
1892 - Sublevação das fortalezas de Lago e Santa Cruz (19/1).  
1893 - Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

## REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Os conflitos oligárquicos no Rio Grande do Sul haviam-se polarizado, perto do final do século, em torno de duas grandes tendências: os federalistas, chefiados por Silveira Martins e pelo general João Nunes da Silva Tavares, e os republicanos, chefiados por Júlio de Castilhos. Enquanto os primeiros, reunidos em torno do recém-fundado Partido Federalista, aglutinavam as repúblicas e outros elementos descontentes com a situação do país, os segundos, reunidos em torno do Partido Republicano Rio-Grandense, agrupavam os republicanos históricos, fortemente influenciados pelo positivismo. Júlio de Castilhos dominava a política local, tendo imposto ao Estado uma Constituição altamente centralizadora; os federalistas pretendiam substituí-la por outra que fosse "representativa, modelada segundo os princípios do governo parlamentar".

Quando da derrubada de Deodoro da Fonseca, Júlio de Castilhos, que o havia apoiado, foi obrigado a renunciar. E embora Floriano Peixoto, em decorrência disso, não o apoiasse, viu-se obrigado a sustentar seus protestos, para evitar que os federalistas dominassem o Estado. Em função dessas divergências, em julho de 1893, os federalistas tomaram posse do governo em Bagé, tendo como presidente o general João Nunes da Silva Tavares, no mesmo tempo que os republicanos empunhavam Júlio de Castilhos em Porto Alegre, quando o poder, em seguida, a Vitorino Meireles (para garantir o apoio do Fluminense). Em virtude dessa dualidade de poder, foi desencadeada a guerra civil.

As forças federalistas foram comandadas pelo general Tavares e por castilhistas que chefiavam grupos irregulares. Entre estes destacava-se Gumercindo Saravia, que desenvolveu táticas de guerrilha e infligiu graves derrotas aos castilhistas. Como o governo central passou a apoiar, com homens e armas, a fogueira de Júlio de Castilhos, os federalistas chegaram a pretender invadir São Paulo e Rio de Janeiro, mas não conseguiram passar do Paraná. Com a derrota da Revolta da Armada, os homens de Saldanha da Gama engrossaram as fileiras federalistas. No entanto, a 24/6/1894, Saldanha da Gama morreu numa batalha em Campo Osório, e, a 10 de agosto do mesmo ano, morreu Gumercindo Saravia num combate em Osório. Uma parte dos federalistas, que ab-

andonaram o Rio de Janeiro, foram para o sul do Brasil, reunindo-se mais tarde para prosseguir na luta. Os combates se estenderam até o ano seguinte.

Em 9/7/1895, já sob o governo do Prudente de Moraes, revoltosos e legalistas se encontraram em Pelotas, para discutir um acordo. Após prolongadas negociações, os federalistas depositaram as armas e o governo central garantiu o poder de Júlio de Castilhos. Em decorrência do acordo de Pelotas, a 21/10/1895, o Congresso Nacional aprovou uma lei anistando os participantes da Revolução Federalista, e, mais tarde, guerra civil da Primeira República.

Revolta da Armada.

## REVOLTA DA ARMADA

A 9/9/1893, a Marinha brasileira iniciou um movimento liderado pelo contra-almirante Custódio José de Melo e pelo almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, que pretendia a deposição do marechal Floriano Peixoto. Entre os revoltosos, circulavam propostas de restauração da monarquia, atribuídas a Saldanha da Gama. Em 32/1894, as tropas rebeldes realizaram um desembarque em Niterói e, sendo vitoriosas das primeiras batalhas, marcharam para o centro da cidade. No entanto, foram derrotadas a 13/3/1894 pelos legalistas. Saldanha da Gama e 825 outros revoltosos buscaram asilo nos navios portugueses *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*. Em consequência, foram rompidas as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. Saldanha da Gama e os outros exilados dirigiram-se para o sul do país, onde participaram da Revolução Federalista, em a qual tinham, até certo ponto, identidade de pontos de vista.

1894 - Prudente de Moraes assume a presidência em substituição ao marechal Floriano (15/11).

## PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS BARROS

Nasceu em Rio, São Paulo, a 4/10/1841. Após formar-se em direito, advogou em Piracicaba, cuja Câmara presidiu de 1865 a 1867, quando foi eleito para a Assembleia Provincial pelo Partido Liberal. Em 1876 aderiu ao Partido Republicano e, após a proclamação da República, passou a integrar o triunvirato designado para governar São Paulo, ao lado de Francisco Rangel Pestana e do tenente-coronel Joaquim de Souza Muras. Em dezembro foi nomeado presidente do Estado de São Paulo, cargo que exerceu até outubro de 1890, quando se candidatou como senador para a Assembleia Constituinte. Eleito presidente daquela casa, reuniu em torno de si os elementos que se opunham ao autoritarismo de Deodoro. Derrotado nas eleições de 1891, voltou de armas ao final do governo de Floriano Peixoto — tendo como companheiro de chapa Manuel Vitorino — e tornou-se o primeiro presidente brasileiro a ser eleito pelo voto popular. Sua eleição, na verdade, representou o início da hegemonia republicana dos grandes proprietários rurais — particularmente dos "barões do café" — contra o radicalismo das camadas médias camponesas, que haviam concentrado, através do Exército, em Deodoro e Floriano, seus representantes.

Lago após um jovem Prudente de Moraes combatu os últimos focos de guerrilha no Rio Grande do Sul e reprimiu a insurreição dos Canudos. No plano econômico, o país enfrentava sérias crises: paro ambulator e inflação. Prudente de Moraes obte-

tuou grandes conquistas legais e constitucionais das diversas extensões do Brasil, mas não teve, a ser amparado a longa prum. No entanto, procurou reduzir as importações, determinar a elevação do imposto sobre os produtos importados, e que provocou brusco aumento no custo de vida. Este fato e a violência da repressão em Canudos determinaram a queda de sua popularidade, além da acusação de ser um instrumento da hegemonia de São Paulo sobre os demais Estados. Nos anos seguintes tornou-se alvo de ataques cada vez mais violentos, principalmente por parte dos adeptos do Fluminense. A 5/11/1897, após escapar de um atentado em que foi morto o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, Prudente de Moraes obteve do Congresso a decretação do estado de sítio. O Clube Militar foi fechado e diversos líderes políticos e militares foram destituídos. No final de seu governo opôs e candidato da bancada paulista, Campos Sales, ao qual entregou o cargo a 15/1/1898. Posteriormente voltou para Piracicaba, onde morreu a 3/12/1902.

Manuel Vitorino Pereira — Vice-presidente durante o mandato do Prudente de Moraes, nasceu em Salvador, Bahia, a 30/1/1843; formou-se em medicina e escreveu na imprensa baiana. Proclamada a República, foi presidente do Estado da Bahia e senador federal. Enquanto vice-presidente, assumiu a presidência quando Prudente de Moraes se afastou por motivo de doença, entre 18/11/1896 e 4/3/1897. Procurando forçar a renúncia do chefe de Estado, reformulou todo o governo, mas não pôde evitar as dissidências entre os que o apoiavam, nem a volta do Prudente de Moraes, que renunciou. Morreu no Rio de Janeiro a 9/11/1902.

1895 - Recuperação parcial favorável dos Estados Unidos, e Brasil panha da Argentina a questão do território dos Misiones (5/2).

Entrada dos franceses no território brasileiro do Amapá (15/5).

1896 - Dissolução do Partido Republicano Federal, que era um agrupamento composto do Partido Republicano Paulista e dos Clubes Republicanos de outros Estados; assim, deixa de existir qualquer partido de âmbito nacional.

Machado de Assis funda a Academia Brasileira de Letras.

O vice-presidente Manuel Vitorino Pereira assume a chefia do governo, com o afastamento do Prudente de Moraes para tratamento de saúde (10/11).

1897 - Prudente renuncia a presidência da República, depois de quatro meses; nesse período correram rumores de seu afastamento e substituição efetiva pelo vice-presidente (4/3).

Rebelião dos alunos da Escola Militar, no Rio de Janeiro (20/5).

As tropas do governo, após uma semana de lutas, ocupam Canudos (1/10), encontrando Antônio Conselheiro morto.

Prudente de Moraes sai ilhado de um atentado cometido pelo soldado Marcelino Dias; o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, é morto em defesa do presidente (5/11).

Inauguração de Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais (15/11).

## CANUDOS

Nos anos de 1896 e 1897, o governo federal empunhou-se na destruição do arraial de Canudos; onde se desenvolvia um movimento messiânico chefiado por Antônio Vicente Mendes Maciel, chamado Antônio Conselheiro. Em várias regiões mais atrasadas do Brasil, principalmente no sertão nor-

destino, existiam comunidades isoladas, que haviam um número considerável de pessoas agrupadas sem a miséria e com a fome que existiam nessas áreas, os habitantes, com freqüência, agiam os bentes e outros propósitos, que prometiam um mundo melhor através de práticas religiosas e de uma vida dedicada à comunidade messiânica. Alguns desses movimentos, na medida em que aglutinavam milhares de pessoas que passavam a viver à margem da sociedade estabelecida, atraíam as iras dos donos da terra, dos políticos e do clero, que viam neles uma subversão da ordem estabelecida. Canudos foi, talvez, o exemplo extremo desse fenômeno.

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixadá, Ceará, a 13/2/1830. Depois de uma vida acidentada, aporou na Bahia, em 1874, seguido por numerosos fidei. De 1877 a 1887, cruzou os sertões, chegando à vila de Canaã, no litoral baiano. Nesse período, o clero começou a hostilizar Antônio Conselheiro, que já conta com grande número de adeptos. Em 1893, o governo central extorziu os municípios a subvertem impetores em Bom Conselho, e Conselheiro arreou os editais e mandou queimá-los. Perseguido por policiais, internou-se no sertão com cerca de dez mil fidei. Depois de desbaratar a força que o perseguiu, Conselheiro e seus seguidores se estabeleceram em Belo Monte, também conhecida como Canaã. Ali construíram um arraial, que se constitui em sua "cidade santa". Para lá convergiam milhares de devotos, formando uma comunidade com pontos comuns da terra, dos rebeldes e dos produtores. O Conselheiro foi pregando onde estava o governo da República; em função disso circulou a versão de que se julgava seriam monarquistas.

Incomodados pela ação dos jagunços, os fazendeiros da região pediram a intervenção do governo. Em novembro de 1896, uma força de sem prapros do governo da Bahia, comandada pelo tenente Manoel da Silva Figueira, dirigiu-se para Canudos. No dia 21, os jagunços surpreenderam a tropa em Usua, obrigando-a a retirar-se após um grande encontro. A segunda expedição do governo baiano, comandada pelo major Felberto do Brito, em janeiro de 1897, também é repulsa, antes de chegar a Canaã. Alarmado, o governo federal prepara a primeira expedição regular. Comandada pelo coronel Antônio Moreira César, era composta por 1.300 homens. Depois de ter sofrido pequenas baixas, conseguiu chegar a Canaã a 28/1/1897, esmagando o arraial. Moreira César é mortalmente ferido, e a expedição obrigada a retroceder, perseguida pelos jagunços. O fracasso da expedição de Moreira César assusta o governo: no Rio ocorrem manifestações antimonarquistas, pois imagina-se que os jagunços estariam recebendo ajuda daquela tendência política. O governo providenciou, então, nova expedição, agora com mais de 4 mil soldados, comandada pelo general Artur Oscar Andrade Gomes. O primeiro combate verificou-se em Cocoró, a 26/4/1897. Dois dias depois a expedição chegou a Canaã. Socorridos os assaltos ao arraial, com enormes baixas, exigiram o envio de reforços. No Alto da Favela, a expedição foi curada, mas conseguiu romper o cerco e sitiar o arraial. Após excepcional resistência dos jagunços e espreitando uma luta de extenuação, os soldados conseguiram entrar em Canaã. Após a morte de Antônio Conselheiro, em 22 de setembro, um último reduto resistiu na praça central de cidade. Remontou no dia 5 de outubro a resistência canudista, com a morte dos últimos quatro defensores de Canaã. Em 6/10/1897, o arraial foi completamente arrasado e incendiado.

1898 - Campos Sales e Francisco Buarque de Lima Silva são eleitos, respectivamente, para a presidência e vice-presidência da República (15).



## MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALES

Nasceu em 1861, em Campinas, São Paulo, numa família de grandes fazendeiros de café. Diplomou-se em direito em 1883, iniciando sua carreira política em 1887, como deputado pelo Partido Liberal na Câmara Provincial de São Paulo. Deputado à Câmara Imperial pelo Partido Republicano em 1888, foi nomeado ministro da Justiça do Governo Prudente em 1890. Exerceu a presidência de São Paulo de 1894 a 1898. Seu nome foi indicado para a presidência da República em outubro de 1897, tendo Francisco de Assis Rosa e Silva como companheiro de chapa.

Após tomar posse, Campos Sales encontrou o país em grave situação financeira, lançando-se numa campanha de saneamento econômico. Mesmo antes de assumir a presidência, já negociara com os credores do Brasil a suspensão do pagamento da dívida externa (*funding loan* de 1895). Conseguiu ainda os compromissos assumidos e estabilizar as finanças nacionais.

No plano político, para fortalecer o governo federal, estabeleceu a chamada "Política dos Governadores", segundo a qual o governo federal reconheceria os deputados e senadores indicados pelos governadores dos Estados, exigindo em troca o apoio desses representantes à política geral do governo. Essa manobra, coordenada por Pinheiro Machado, líder da maioria na Câmara Federal, fortalecia na realidade as oligarquias no poder, restringindo as possibilidades de luta eleitoral e impedindo a oposição para a luta violenta, como se verificou em São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Ao término do seu mandato, Campos Sales retirou-se da vida política, para se voltar a ela em 1908, como senador federal. Morreu a 28/6/1912.

Francisco de Assis Rosa e Silva — Vice-presidente no período Campos Sales, nasceu em Recife, Pernambuco, a 4/10/1856 e formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife em 1877. Jornalista e deputado geral por Pernambuco de 1888 a 1890, ministro da Justiça nesse ano, deputado federal em 1891, foi eleito até 1898. Durante seu mandato como vice-presidente, assumiu interinamente a presidência da República quando da viagem de Campos Sales à Argentina (de 17/10 a 2/11/1903) e, em meados deste mesmo ano, rompeu com o presidente, com o qual colara incompatibilidade devido a intervenção no governo de Pernambuco. Após o término do seu mandato, foi senador por Pernambuco em 1903, sendo eleito em 1915 e 1924. Morreu em 1928, no Rio de Janeiro.

1899 Após uma série de conflitos, o Acre proclamou sua independência (14/7).

1900 Rodrigues Alves, presidente do São Paulo, redigiu a bandeira federal do Estado para apoiar o programa de Campos Sales, conhecido como a "Política dos Governadores" (24/4).

O Brasil ganha a disputa, com a França, pelo Território de Amapá (1/12).

## SÉCULO XX

1901 Arrendamento do Acre, pela Bolívia, a um cidadão norte-americano (11/7).

1902 Início do movimento de Fláclio de Castro (10/8).

## REVOLUÇÃO DO ACRE

Até o início do século XX, a região do Acre era considerada como "terra não descoberta", mas, com a conversão da cartografia da bacia do

seu e seu efetivamente ocupada por brasileiros, principalmente nordestinos. Apesar de existir, desde 1867, o Tratado de Ayacucho, pelo qual o Brasil havia cedido a região do Acre à Bolívia, o Estado do Amazonas estendeu sua jurisdição por toda a área onde existiam brasileiros extrajurisdicionais. Em janeiro de 1899, os bolivianos fundaram Porto Alonso (hoje Porto Acre), onde instalaram sua administração. Em maio desse mesmo ano, os brasileiros do Acre expulsaram os bolivianos. Luís Galvez Rodrigues de Ariza, contando com o apoio dos cartelistas e do governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Júnior, proclamou a República do Acre, no dia 14 de julho, mas esta foi logo desmantelada por uma família brasileira. Os bolivianos reinstalaram-se na região com o apoio oficial do Brasil, sofrendo em dezembro do mesmo ano um massacre de jovens intelectuais de Manaus. Em 11/6/1901, a Bolívia assinou o Tratado de Aramayo, pelo qual arrendava a região ao *The Bolivian Syndicate of New York City in North America* — presidido pelo filho do presidente Theodore Roosevelt. O sindicato tinha autorização para cobrar impostos, comprar as terras de que necessitasse, explorar a borracha e as minas. Além disso, tinha o direito de usar a força para defender seus interesses. Mas os comerciantes e estrangeiros brasileiros do rio do Acre insistiram na expulsão dos bolivianos e entregaram a chefia de uma nova insurreição a José Fláclio de Castro, que iniciou uma série de ataques às forças bolivianas a partir de 6/8/1902. Em 24/1/1903, os bolivianos conseguiram vencer totalmente o inimigo, sendo Fláclio de Castro aclamado governador do Estado Independente do Acre. Diante dessa situação, o governo brasileiro interveio e, a 17/11/1903, assinou um tratado com a Bolívia (Tratado de Petrópolis), pelo qual comprou o território acroense por 2 milhões de libras esterlinas, comprometendo-se ainda a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Além disso, indenizou a *Bolivian Syndicate* com a quantia de 110 mil libras esterlinas. O Estado Independente do Acre foi dissolvido, sendo criada, pela lei de 25/2/1904, o Território Federal do Acre, hoje elevado à categoria de Estado.

Rodrigues Alves e Silvério Brandão são eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República (15/11).

## FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Nasceu em Guaratinguá, São Paulo, a 7/7/1848. Bacharel em direito em 1870, começou uma breve carreira jurídica em Guaratinguá, mas, já em 1872, indicado pelo Partido Conservador, foi eleito deputado provincial à Assembleia Legislativa paulista. Deputado pelo Partido Conservador em 1885, foi eleito em 1888, tendo sido presidente da Província de São Paulo de novembro de 1887 a abril de 1888.

Proclamada a República, Rodrigues Alves, apesar de seu passado monarquista, foi eleito deputado, integrando a representação paulista à Assembleia Constituinte. Ocupou a pasta da Fazenda nos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes. Afastado do ministério em 1896, voltou ao Senado na vaga de Campos Sales e passou a liderar a maioria governista. Em 1900, foi eleito presidente do São Paulo, sendo indicado para a sucessão presidencial em 1901. Foi eleito em 1902, tendo Afonso Pena como vice-presidente.

A situação financeira, complicada pelo governo anterior, dava ao novo presidente boas condições para realizar o seu programa de gover-

no de Janeiro, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e outros edifícios públicos. Realizaram-se melhorias na rede de estradas de ferro e a Marinha foi reorganizada. Outra obra importante do governo Rodrigues Alves foi a remodelação urbanística e o saneamento do Rio de Janeiro, mas para isso foi necessário enfrentar diversas críticas e descontentamento das camadas populares, as críticas da oposição e a revolta popular diante das medidas compulsórias de vacinação, na Revolta da Vacina Obrigatória. No plano externo, foi negociada a aquisição do Acre da Bolívia, ao término da revolução ali conduzida por Fláclio de Castro.

Depois de deixar a presidência, Rodrigues Alves voltou a ocupar o governo do São Paulo, a partir de 1912. Terminado seu mandato, foi eleito senador e, em 1918, indicado para a sucessão de Venceslau Brás. Eleito em 15/11/1918, não chegou a tomar posse, pois morreu vítima pela gripe espanhola no dia 19 de janeiro de 1919, sendo substituído por Delfim Moreira.

Francisco Silvério de Almeida Brandão — Eleito vice-presidente na chapa de Rodrigues Alves, faleceu antes de tomar posse. Havia nascido em Povoado Alegre, Minas Gerais, em 1848. Morreu a 25/2/1901, após sofrer de uma doença aguda.

1903 Surto de febre amarela no Rio de Janeiro; política de saneamento de Oswaldo Cruz.

Tratado de Petrópolis; o Território do Acre é incorporado definitivamente ao Brasil (17/11).

1904 Demarcação das fronteiras com o Equador (5/5).

A Escola Militar, sob o comando do general Silvestre Travenço, revolta-se contra a vacinação obrigatória (14/1).

1905 Joaquim Arcoverde do Albuquerque Cavalcanti, primeiro cardeal brasileiro.

1906 Assinatura do Convênio de Taubaté entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, estabelecendo a política de valorização do café (março).

Afonso Pena assume a presidência da República (15/11).

1907 2ª Conferência de Paz em Haia; o Brasil participa pela primeira vez de uma conferência internacional.

## AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA

Nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 1847. Formou-se em direito, em São Paulo, em 1870. Voltando para Minas foi eleito deputado provincial em 1874; de 1874 a 1879 foi deputado à Câmara Imperial pelo Partido Liberal. Ocupou também os cargos de ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885). Após a proclamação da República foi eleito para a Constituinte de Minas Gerais e, em 1891, eleito o senador ao Congresso mineiro, mas renunciou em protesto à dissolução do Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Em 1892, ocupou a presidência de Minas Gerais; durante o seu mandato foi feita a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Terminado o quadriênio, foi nomeado presidente do Banco da República, cargo em que permaneceu até 1896, quando voltou a Minas como senador. Em 1903, com a morte de Silvério Brandão, foi eleito vice-presidente da República. Ao fim do governo Rodrigues Alves, criou um impasse sucessório com as candidaturas de Rui Barbosa, Campos Sales, Bernardino de Campos e Pinheiro Machado, e nome de Afonso Pena foi apontado como solução conciliatória.

Após sua eleição, o novo presidente deu prioridade aos problemas econômico-financeiros. Os resultados de sua política de saneamento de

o Rio de Janeiro e de controle cambial favoreceram a sua reeleição em 1907. Sob a supervisão do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, o Exército foi reorganizado. Reaparelharam-se ferrovias e portos. Foi também durante seu governo que Cândido Mariano da Silva Rondon, com apoio federal, iniciou seu trabalho nos sertões do país, ligando o Rio de Janeiro a Manaus pelo telegrafo. Mas Afonso Pena, já idoso e doente, morreu a 14/6/1908, antes do término do seu mandato. Nesse momento já se iniciava a campanha pre-marechal Hermes da Fonseca, apoiada por Pinheiro Machado, em detrimento do candidato do presidente, David Campestre. Com sua morte, assumiu seu vice-presidente, Nilo Peçanha.

1908 Instituída a lei do serviço militar.

1909 Morte de Afonso Pena; o vice-presidente, Nilo Peçanha, assume a chefia do governo (14/6).

1910 O marechal Hermes da Fonseca assume a presidência da República (15/11).

## NILO PROCÓPIO PEÇANHA

Nasceu a 2/10/1847, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e estudou direito em São Paulo e depois no Recife, onde se formou. Participou das campanhas abolicionista e republicana, iniciando sua vida política em 1868, ao ser eleito para a Assembleia Constituinte. Em 1903 foi sucessivamente senador e presidente do Estado do Rio, permanecendo nesse cargo até 1905, quando foi eleito, na chapa de Afonso Pena, vice-presidente da República. Com a morte de Afonso Pena, em plena crise sucessória, Nilo Peçanha assumiu a presidência, tornando-se, assim, aos 61 anos de idade, o mais jovem dos presidentes. Embora curto, seu governo foi agitado devido a suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano, Conservador, que chegara até ao rompimento. Além disso, tornaram-se mais agudos os conflitos entre as oligarquias estaduais, sobretudo da Minas e São Paulo, em consequência da campanha civilista. Os choques mais graves foram registrados no Rio de Janeiro e no Amazonas, onde se tornaram necessárias intervenções federais para garantir a posse de candidatos civilistas. Nilo Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, e o Serviço de Proteção ao Índio e inaugurou no Brasil o ensino técnico profissional.

Ao fim do seu mandato, Nilo Peçanha voltou ao Senado e, dois anos mais tarde, foi novamente eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro, cargo a que renunciou em 1917 para assumir a pasta das Relações Exteriores. Eleito novamente senador em 1918, Nilo Peçanha sucumbiu, em 1921, a chapa do movimento Revolução Republicana, que tinha por objetivo representar o liberalismo político contra as oligarquias estaduais, opondo-se à candidatura de Artur Bernardes à presidência, que, no entanto, saiu vitorioso. Nilo Peçanha morreu em 1934, no Rio de Janeiro, afastado da vida política.

A Convenção das Municipalidades escolheu Rui Barbosa e Albuquerque Lima candidatos às eleições presidenciais de 1910; desenvolvimento da campanha civilista em oposição a Hermes da Fonseca (3/10).

1910 O marechal Hermes da Fonseca assume a presidência da República (15/11).

## HERMES RODRIGUES DA FONSECA

O marechal Hermes da Fonseca nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 1845, e era sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca. Estudou no Rio de Janeiro, ingressando no Exército Militar em

1871, aluno de Benjamin Constant, acolheu o positivismo e foi, em 1878, um dos fundadores do Clube Republicano do Circolo Militar, tendo sido, entretanto, ajudante-de-ordens do conde d'Eu.

Em 1890, Hermes participou da revolta republicana no lado do marechal Deodoro, de quem foi ajudante-de-campo e secretário militar. Depois dirigiu o Arsenal de Guerra da Bahia, fundou e dirigiu a Escola de Sargentos, durante o governo Floriano Peixoto, comandou a Brigada da Polícia do Rio de Janeiro e dirigiu a Escola Preparatória e Tática do Realengo. Promovido a general-de-divisão em 1905 e a marechal em 1906, foi nomeado por Afonso Pena para a pasta da Guerra; reorganizou o Exército, o Instituto, através de lei votada em maio de 1908, e serviço militar obrigatório.

Na crise econômica desencadeada pela morte de Afonso Pena, com a não-aceitação do candidato indicado pelo filioleio presidente, David Campista, o nome do marechal Hermes foi lançado, com o apoio dos setores jacobinos e militares. A sua candidatura aderiram Minas, Rio Grande do Sul e os pequenos Estados, coordenados por Pinheiro Machado. A oposição, articulada pelo Partido Republicano Paulista e apoiada pelo Estado da Bahia, lançou a campanha civilista, tendo Rui Barbosa como candidato. Depois da agitada campanha, Hermes da Fonseca foi eleito, tendo Venâncio Brás como vice-presidente.

Logo após sua posse (16/11/1906), enfrentou a Revolta dos Marinheiros, à qual se sucederam outras revoltas, combatidas com violência pelas tropas governamentais. Ainda durante o seu governo, iniciou-se a política das "salvaguardas nacionais", série de intervenções militares nos Estados, visando o expurgo de elementos da oposição, cujo propósito consistia em a subordinação da presidência. As "salvaguardas" estenderam-se pelos Estados do Norte e do Nordeste, chegando até o Rio de Janeiro; mas os grandes Estados — Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul — foram respeitadas mediante acordos tácitos que incluíam a permanência da política de valorização da café. Posteriormente, o governo do marechal Hermes ainda teve que enfrentar dois problemas: a Guerra Santa do Contestado e a luta contra os remanescentes armados do padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro. Em ambas as crises houve intervenção das tropas federais.

Depois de deixar a presidência, Hermes da Fonseca foi eleito senador pelo Partido Republicano Conservador, mas com o assassinato de Pinheiro Machado, preferiu não assumir. Em 1920, viu-se implicado na crise da sucessão da Epitácio Pessoa. Eleito presidente do Clube Militar, apoiou Nilo Peçanha, participou de um incidente, em virtude do qual foi preso por algumas horas. Em 1922, foi envolvido na revolta do forte de Copacabana, sendo novamente preso. Permaneceu na prisão por seis meses, ao fim dos quais retirou-se para Petrópolis, onde morreu a 29/1923.

- Os coronéis São Paulo e Minas Gerais, sob o comando do marinheiro João Cândido, revoltaram-se exigindo a extinção do regime da chibata (1911).

## REVOLTA DOS MARINHEIROS

A reforma da Armada brasileira, que chegou a ser a terceira força naval do mundo nas primeiras anos da República, originou tripulações numerosas que eram recrutadas através do voluntariado ou sortido. Para manter a disciplina a bordo, a esquadra contava com um código de castigos que ia de três dias de solitária a 25 chibatadas e, para as faltas mais graves, via conselho de guerra. Nos grandes navios, não havia tribunação de 1900

homens, a disciplina era mantida fundamentalmente com a chibata. A Revolta dos Marinheiros, dirigida principalmente contra o "lei da chibata", ocorreu em três encenações e um arado — o Minas Gerais, o São Paulo, e Deodoro e o Bahia — que estavam na baía da Guanabara. O motivo da insurreição foi o marinheiro João Cândido, que assumiu o comando da poderosa esquadra albelevada e, no mesmo dia, 23/11/1910, exigiu pelo telefone ao presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, a extinção do humilhante castigo corporal, sob pena de bombardear a cidade e as demais navios da Armada. Três oficiais do Minas Gerais, que tentaram deter os revoltosos, foram mortos e outros ficaram seriamente feridos no São Paulo e no Bahia, morreram oficiais e marinheiros. Ante a ameaça de bombardeio, a população carioca tentou fugir da cidade, criando tumulto. Um parlamentar gaúcho, José Carlos de Carvalho, oficial da Marinha, conseguiu subir a bordo do Minas para negociar. A oficialidade chegou a pensar em torpedear os navios, mas João Cândido retirou-se da baía, para evitar o confronto. No dia 25, a Câmara aprovou a anistia para os sediciosos e o atendimento de suas reivindicações. Apesar de anistia, João Cândido, que havia manobrado seus navios com a permissão de um oficial, foi preso e ficou detido por um ano e meio, sob a acusação infundada de ter manobrado navios da Armada em outro levante — embora em tal oportunidade estivesse de lado do governo, combatendo os revoltosos. Absolvido, deixou a Marinha.

## 1912 Início da Campanha do Contestado

### GUERRA SANTA DO CONTESTADO

Desde a segunda metade do século XIX, a zona interiorana de Santa Catarina foi palco de uma série de movimentos messiânicos, cuja maior parte foi de caráter local e de pouca duração. Dentre eles destacam-se o do "monge" João Maria, que alcançou grande penetração na população. Várias anos após sua morte, surgiu um outro monge, com o nome de José Maria e que se fez passar por irmão do primeiro — ambos os dois que ele se chamava Miguel Lourenço de Beaventura. Em pouco tempo, o novo monge reuniu em torno de si grande número de fiéis e suas ideias adquiriram caráter político, quando passou a atacar a República. O coronel Francisco de Albuquerque, chefe político da região de Tequarupé, onde o bando se instalara, denunciou-o ao governo estadual. Tropas estaduais foram enviadas, mas o bando já se havia retirado em direção a Faltina, no Paraná.

Nessa época, os Estados do Paraná e Santa Catarina estavam em conflito a respeito da fronteira (rente pela qual a região era conhecida como "região do Contestado"), e o governo paranaense considerou a penetração do grupo de José Maria como uma invasão católicas. Envio, então, um destacamento policial, sob o comando do coronel João Gualberto. O combate foi violento, marcando a luta tanto o monge José Maria quanto o coronel João Gualberto. O movimento se dissipou e parecia ter terminado. Mas, em fins de 1913, o sacerdote Eusébio Ferreira dos Santos, cuja nota tinha vindo de monge José Maria, instalou novo agrupamento em Tequarupé, fundando uma "cidade santa", na qual se daria a volta de José Maria. O movimento cresceu, atraindo as autoridades. Diversos ataques foram realizados e repelidos pelos fustigantes; em alguns casos, as tropas chegaram a ser massacradas. A partir de setembro de 1914, as forças legalistas passaram a ser comandadas pelo general Sebastião de Carvalho e sua infantaria — em um Brasil o estado foi

utilizado em operações militares. Finalmente, a 31/3/1916, ocorreu o ataque decisivo contra o rebento de Santa Maria, que corria em 24. Muitos fanáticos conseguiram escapar, formando novos redutos, que foram sendo destruídos pelas forças legais. Os dois últimos — Pedras Brancas e São Pedro — foram aniquilados entre outubro e dezembro de 1916. O mais importante chefe militar do movimento, Adolpho, foi preso e executado a trinta anos de idade.

- 1913 Segundo acordo de integração.
- 1914 Venâncio Brás assume a presidência da República (16/11).

## VENCESLAU BRÁS PEREIRA GOMES

Nasceu em São Castano da Vargem Grande (atual Bragança), Minas Gerais, a 26/2/1888. Diplomado em 1900 pela Faculdade de Direito do São Paulo, foi advogado e promotor público em Monte Santo, Minas Gerais. Sua carreira política foi rápida e intensa: deputado estadual de 1892 a 1898; secretário do Interior do governo de Minas Gerais de 1898 a 1902; deputado federal de 1903 a 1908; e presidente do Estado de Minas Gerais de 1909 a 1910, completando o mandato de eleito presidente João Pinheiro. Ao deixar esse cargo, foi eleito vice-presidente da República na chapa do marechal Hermes da Fonseca. Terminando o mandato do marechal e diante das dissensões provocadas pela indicação de Pinheiro Machado — visto com desconfiança por mineiros e paulistas — e do Campos Sales — recusado por outros Estados —, o nome de Venceslau Brás foi proposto como medida conciliatória. Candidato único — tendo Urbano Santos como vice —, seu governo foi marcado, desde o início, pelas tentativas que fez de reconciliar o Partido Republicano Conservador com os situacionistas de Minas e São Paulo, e decorreu em clima de paz. A política das "salvaguardas nacionais" de Hermes da Fonseca entrou em declínio. O assassinato de Pinheiro Machado e a consequente decadência do partido que ele liderava concorreram para dar maior liberdade ao governo federal na resolução dos problemas estaduais, que continuavam surgindo no Espírito Santo, Mato Grosso e Pará. No entanto, o país, que vivera um surto de grande prosperidade de 1904 a 1910, começou a sofrer as consequências econômicas da I Guerra Mundial, sobretudo a falta de crédito externo. O torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães determinou, a 20/10/1917, a entrada do Brasil no conflito, no lado dos aliados. Foi declarado o estado de sítio, que vigorou até o fim da guerra, e o governo lançou uma ampla campanha nacionalista destinada a aumentar a coesão das Forças Armadas desgastadas por anos de revolta. Pouco antes do fim da guerra, a Câmara Federal decretou a anistia a todos os revoltosos de 1899 a 1915, com exceção dos envolvidos na revolta, ainda recente, dos sargentos. Durante o governo de Venceslau Brás foi promulgado o Código Civil Brasileiro, em vigor desde 1/1/1917, e resolveu-se a questão do Contestado. Terminando seu mandato, Venceslau retirou-se da vida pública e faleceu a 15/5/1908, em Itajubá, Minas Gerais.

Urbano Santos da Costa Araújo — Vice-presidente durante o mandato de Venceslau Brás, eleito para a vice-presidência na chapa de Artur Bernardes, em 1922, morreu antes de ser empossado. Nasceu a 3/2/1859, em Guimarães, Maranhão. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi juiz do comércio em São Luís de Maranhão e advogado no Rio de Janeiro. Deputado federal e senador pelo Maranhão até 1906. Assumiu interinamente

lar para o exterior (29/1917 a 30/10/1917). Após o término de seu mandato foi ministro de Justiça do governo Delfim Moreira e governador do Maranhão de 1918 a 1922. Morreu em viagem do Maranhão para o Rio de Janeiro, em 7/6/1922.

- 1915 Lei de emergência: emissão interna para acudir as classes produtoras (28/4).
- Instala-se no Brasil o National City Bank of New York.
- Pinheiro Machado é assassinado no vestibulo do Hotel dos Estrangeiros no Rio de Janeiro (29/5).
- 1916 Pacificação da Campanha do Contestado (agosto).

## CANGAÇO (LAMPÍÃO)

A dura realidade do sertão nordestino, onde predominava uma situação de intensa miséria e de injustiça social, criou, no início do século XX, uma manifestação social caracterizada pelo banditismo — o cangaço. Não se sabe com certeza quando nem como teve início esse movimento. Os relatos sobre o cangaço informam que, por volta de 1916, surgiu no sertão nordestino uma das figuras mais famosas desse movimento: Virgulino Ferreira, o Lampião. Virgulino nasceu em 29/1898, no município de Vila Bela (hoje Serra Talhada), em Pernambuco. Sua família foi perseguida pelo "coronel" Nogueira e o conflito resultou na morte de seus pais. Lampião e seus irmãos fugiram para o sertão e se juntaram aos grupos de "bandeiras" que ali se refugiavam. Pouco depois (1916/19), começou a ganhar fama no sertão. Até 1927 seu bandito agiu no interior da Paraíba e Pernambuco, atacando e aterrorizando cidades e fazendas. Mais tarde, todo o sertão (da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará) conviveu e opôs-se às fúrias de Lampião e seu bando. Os donos das fazendas se estenderam e a firma de Lampião, aliada ao modo que seu nome despertava, cresceu entre o povo nordestino. Os governos estaduais e o federal preocupavam-se cada vez mais com o movimento, que continha em a proteção do grande parte da população pobre da região e até de aterrorizadas fazendeiros. Apesar de várias tentativas feitas para acabar com o cangaço, somente em 3/7/1936, uma tropa sob o comando do capitão João Bezerra conseguiu, através de surpresa os cangaceiros, na fazenda dos Angicos, onde eles estavam morando, entre os quais Lampião e Maria Benita, seu companheiro. Seus cadáveres foram cortados e, durante muitos anos, conservados no museu da Faculdade de Medicina da Bahia. Depois da morte do "rei do cangaço", os bandos de cangaceiros foram desaparecendo.

- 1917 Promulgação do Código Civil Brasileiro (1/1).
- O Congresso aprova lei de auxílio à lavagem do café (28/3).
- Entrada do Brasil na I Guerra Mundial (outubro).
- 1918 Rodrigues Alves, eleito para a presidência da República, não toma posse por motivo de doença; o vice-presidente eleito, Delfim Moreira, assume o poder até a indicação de um outro presidente (16/11).

## DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

Delfim Moreira nasceu em Cristina, Minas Gerais, em 1868. Estudou no Seminário de Mariana e cursou direito em São Paulo, onde se diplomou em 1890. Deputado estadual de 1894 a 1902, foi nomeado para o cargo de secretário do Interior de Minas Gerais em 1903. Assumiu o cargo em 1904. Foi



1919 Budapesti Pártok, újság, számos a gazdasági  
1921

Voltando para os acontecimentos pela Aliança Liberal, mas o casamento de João Pessoa e não foi profundamente, começando a desfecho de sua carreira política. Mortes a 2/3/1932

**Pescadoreiro Álvaro Dutra de Faria** — Vice-presidente do mandato de João Faria, nasceu em Caracol, Minas Gerais, em 17/10/1961. Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi juiz e promotor público no interior de Minas Gerais, deputado e senador federal. Durante sua carreira como vice-governador atuou na direção do Saneamento Federal. Após o término de seu mandato voltou a ser eleito senador em 1981. Morreu em Rio de Janeiro, em 4/8/1984.

1931 Fundação da Bolsa-Mineira, primeira bolsa  
de valores no Brasil

- Lei de representação ao anarquismo (1871)
  - O *Correio da Manhã* publica a primeira carta in-  
coltivada aos insulenses, assinada a Arthur Bernardes  
em 1910
- 1922 Fundação do Partido Comunista Brasileiro, E-  
leito a III Internacional (25-27-3).
- Domínio de Arthur Bernardes (11 19 a 17-2)
  - Início do movimento tenentista; revolta dos De-  
putados do Partido da Colômbia (187).

A partir de 1923 interferiu, no Brasil, diversas potências na vida política e social, que culminaram na Revolução de 1930. Essas tentativas tinham como base ideológica as aspirações de uma classe média em ascensão, que se chocaram com o rígido monopólio de poder estruturado pelas oligarquias agrárias. Tais aspirações culminaram em nos dias de Getúlio Vargas entre classes de baixa patente — as das massas, brancas — de um lado e a denominada "camada média" — o progresso dessas revoluções era bastante vago, incluindo as primeiras lutas em nome da defesa da vida nacional e do movimento das camadas médias.

Deixei assim mais tarde a vida uma das primeiras coisas mais belas do mundo a ser feita.

Na madrugada de 8 de julho, São Paulo saiu ao lado dos revoltosos Três dias depois, o governador do Estado, Carlos de Campos, entregou a cidade ao comando revolucionário. O governo federal, tomado de surpresa, mobilizou suas tropas (14 mil) legalistas contra 3.500 revoltosos e bombardeou a cidade de artilharia, atingindo revoltosos portuários e civis armados. No fim de julho, o comando revolucionário retirou suas tropas para o interior do Estado, para não haver revolta os rebeldes que esperava. A primeira etapa do rolamento foi o colapso da Esfera. Daí parte das tropas dirigiram-se ao sul (Coluna Prestes) onde se encontraram com forças do exército Luis Carlos Prestes. Outras partes se dirigiu para Cotacaciã, onde aglutinou depois de alguns meses de resistência.

Comandada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa e Calixto pararam 30 000 km através de quase todos os Estados brasileiros, e tiveram uma série de combates, obtendo brilhantes sucessos militares. Como o governo de Bernardes pretendia enviá-los, havia tornando mais de três meses antes, os revolucionários reuniram-se de novo.

○ movimento tenentista preparou e tornou po-  
ssível a Revolução de 1930, tanto pela formação de  
quadros militares e políticos, quanto pela divulga-  
ção de reivindicações populares que seriam atenua-  
das pelas constituintes de 30.

Nascou em Vigosa, Minas Gerais, a 09-10-78. Estudou direito em Ouro Preto e em São Paulo, onde se formou em 1906. Anos jovens ingressou na política como vereador e depois presidente da Câmara Municipal de Vigosa. Em 1907, foi eleito deputado estadual, em 1909, deputado federal, e em 1910, nomeado secretário das Finanças de Minas Gerais, em 1918 retornou à Câmara Federal, em 1919 foi eleito presidente de Minas Gerais.

Elleto presidente do Conselho em 1922, após uma campanha agitada, Baraúna tem pos-  
sível ser eleito de novo, durante o Congresso.  
Um dos seus primeiros atos — valendo-se dos  
poderes extraordinários — foi indicar o Corvo de  
Mundo Jorjão (um publisher cartes atribuído a  
ele) e que mantinha pedras mágicas dirigidas a  
marchal Hermosa (F. P.) e mesmo presen-  
te o Sr. Eduardo Batistoni. Analisando  
de Assembleia do Rio de Janeiro para fazer a  
lista de seu candidato a presidente do Estado,  
amargurado, com o envio do Grupo Federal, a des-  
tino dos seus mandatos. J. J. Soares, candidato no  
verão de 1922.

parte positiva em uma das gestões de Getúlio Vargas.

Após deixar a presidência (1917-1926) Artur Bernardes passou na Europa a maior parte do governo de Washington Luís. Em 1929 foi eleito governador e, até 1930, rompeu com o governo. Em 1932, tentou organizar um Mito no nordestino da época a rebeldia paulista, mas foi preso e teve que se exilar. Em 1934 representou ao Brasil, participou a presidente de Portugal. Repetidamente assumiu a vice-presidência do Congresso Nacional durante o seu mandato de deputado federal, que cumpriu até 1937, quando o Parlamento foi fechado. Em 1945, assinou o Manifesto dos Mineiros e, em 1948, quando Vargas lhe depôs, agitou a candidatura de Eduardo Gomes, ligando-se à União Democrática Nacional. Em 1946, participou do Assembleia Constituinte. A partir de 1944 dedicou-se a campanhas pela criação de Petrópolis. Eleito deputado em 1954, morreu no Rio de Janeiro a 23-3-1963.

**Estado de Alagoas** — Vice-presidente durante o mandato de Arthur Bernardes. Membro do Conselho de Estado de 1906 a 1908, em Barreiras, Pernambuco, em 1872. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1862, foi deputado e senador federal. Durante sua vice-presidência, ocorreu a derrota da Revolução Federalista e término de seu mandato. Seu presidente de Pernambuco (1928-1930): em 1930, ex-tenente de Barreiras, morreu no Rio de Janeiro, aos 83.

Paradeiro e Rold's Maradade do Rio de Janeiro  
primeiro espanto coletivo brasileiro.

Estado, no Rio Grande do Sul, e República 1922, em comemoração do cinquenta aniversário da república, quando dois mandatos convergem ao governo do Estado: Joaquim Francisco Assis Brasil, da Aliança Liberal, e Antônio Augusto Borges de Medeiros, indicado pela vitória pela Partido Republicano. A 20/12/1922, opositores, da Aliança Liberal, contestaram a validade do apuramento e pediram a formação do Tribunal Arbitral que, a 16/1/1923, declarou a vitória de Borges de Medeiros, que tomou posse 20/1 depois disso, a seguinte inscrição tumulosa: "Eu faria esta intervenção federal, se eu não me abstenha por não interior e perdurarem agudos, o governo tentou conciliação, mas eu rezei-me, com a medição do general Sebastião de Carvalho, ministro da Guerra, é que se encerrou as contendações".

1926 Washington Leta e cinco presidentes de B. Lina para o quadrante 1926.20, assinado de 12 de dezembro.

Nascido em Minas, Estado do Rio de Janeiro, em 28/11/1929. Formando-se em 1953 pelo Faculdade de Direito da São Paulo, foi nomeado promotor público de primeira classe do Barro Manso, no Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou depois em Botafogo (São Paulo, principal) entre coletor de água, e de foi vereador e presidente da Câmara Municipal. De 1964 a 1968, ocupou a interinidade de secretário, sendo eleito para o Congresso Nacional. São Paulo no biênio 1964-1968. Em 1968 foi eleito para o Secretariado de Justiça e Suplenção. Retornou para São Paulo, cargo que ocupou até 1971.

Um castiçal que não ter lugar na época tão exigente tanto no romantismo, sendo pela simplicidade dos interiores austeros, quanto na redondeza da tábua, que, acompanhando o que então ocorre no resto do mundo, é de se esperar politicamente, o que se encontra em similitudes de qualquer tom.



colunas da esquerda da torre da Marinha e a situação dos palcos agrou as has-  
tas. Dos dias depois, Bortolozzi Kluge comen-  
dando das batalhas. Em 1934, a eleição de Consti-  
tuinte e a promulgação da Constituição vieram  
arrolar São Paulo, principalmente com a nomea-  
ção do paulista Armando de Sales Oliveira para a  
interventoria daquele Estado.

Secundado a Lei da Organização do Governo  
Provisório, vigente desde 11/11/1930 a Consti-  
tuição de 1934 foi promulgada em 16/9/1934 pela As-  
sembleia Constituinte instalada em um extorior  
Laboral, muito influenciada pela Constituição al-  
tem da Weimar, adotou todas as organizações polí-  
ticas, estabelecendo o processo eleitoral institui-  
cional e intervenção estatal no domínio econômico,  
e ficou as competências trabalhistas, instituiu o  
sistema misto e grande a representação propor-  
cional no Congresso Federal. Ainda em 1934, o Con-  
gresso Nacional elegera Getúlio Vargas presiden-  
te.

Mas o processo da redemocratização ideológica que  
se desenvolveu no mundo começou a repercutir  
também no Brasil. Ocorreu o movimento integralis-  
ta, impregnado na ideologia do fascismo. Para  
combater a, surgiu o Aliança Nacional Libertadora  
(ANL), que tinha como programa "combater o  
imperialismo anglo-americano e o fascismo, pela  
liberdade". O Partido Comunista foi o patrocinador  
da ANL, na pessoa de Luís Carlos Prestes, que as-  
sumiu a direção do movimento. A ANL atraiu po-  
vo e grande número das camadas populares da  
Revolução de 1930 que, insistentemente com o des-  
envolvimento do processo político, manifestaram a  
insatisfação com a situação de isolamento. Armado  
com as agências que crescem, Getúlio Vargas  
mandou fechar a ANL e prender alguns de seus  
partidários. Isso precipitou a situação conspira-  
tiva que, agora, vivia uma intervenção armada pa-  
ra levar a ANL ao poder. Esse movimento ficou co-  
nhecido como Intervenção Comunista.

A 27/11/1938, o subversivo foi iniciado no 2.<sup>o</sup>  
Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, sob o  
comando do Agilide Barreto, Alvaro de Souza e Jo-  
ão Leite Brand. Na noite da Armação, o leuante  
foi comandado pelos capitães Agostinho Vieira da  
Almeida e Sérgio Carneiro da Silva. Os rebéis  
das câmaras foram derrotados no dia seguinte por  
suas forças leais, chefiadas pelos coronéis  
Eduardo Gomes e Ivo Borges. Além do Rio de Ja-  
neiro o movimento teve repercussão em Natal e  
Recife. A revolta em Natal havia começado em  
25/11 no quartel do 21.<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores,  
sob o comando do segundo Tenente Manoel Mar-  
tins. Os rebeldes tomaram a cidade e, quatro  
dias depois, foram derrotados pelas forças do go-  
verno. Em Recife, a revolta ocorreu em 25/11 no  
30.<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores, sob o comando dos ca-  
pitães Sílio Menezes e Otávio Lima e do tenente  
Lamartine Costa. Sob o fuzil e quatro horas, os  
insurretos foram derrotados pelas forças leais.

A Ação Integralista, chefiada por Plínio Salgado,  
apoiava Getúlio e as medidas autoritárias que  
ele tomava, enquanto se aguardava a redemocratização  
preparavam-se para substituir o Plano da Colô-  
nia, do Rio Grande do Sul promovido por o seu o  
novo presidente, o Rio Paulo aprovaram um  
candidato para as eleições de 1938: Armando de Sa-  
les Oliveira. No dia 7/8/1937 o general Odim Man-  
teiro levou suas tropas para o Rio Grande do  
Sul, a pretensão das comemorações do Dia da Pá-  
tria, mas, na realidade, para desmarcar a situação.  
Flora da Cunha fugiu para o Uruguai e foi substituído  
pelo General Dutra, da confiança de Getúlio.  
Para impedir o problema de São Paulo, a des-  
coberta que ocorreria as eleições de 1938. Para to-  
do o desenvolvimento o Plano Cohen, corrupção do Brasil  
Kahn — antigo líder comunista integralista, da ge-

neral Olimpio Mourão Filho. O plano, que devia-  
va os objetivos de um único grupo econômico,  
tinha como meta criar um clima de terror entre a  
população, para justificar um golpe que permitisse  
a Getúlio continuar no poder.

No dia 18 de outubro, o Ministério aprovou a in-  
tervenção nas forças políticas estaduais, instau-  
rando as Federações que não queriam aderir ao gol-  
pe. No dia 1.<sup>o</sup> de novembro, os integralistas promo-  
veram um grande desfile diante do Palácio da Co-  
lônia demonstrando suas forças, indistintos com o  
governo. Getúlio havia marcado o golpe para o  
dia 15 de novembro, mas no dia 9 foi lida na Câ-  
mara dos Deputados uma declaração feita pelo ex-  
ministro paulista que pôs o nome dos chefes mil-  
itares para a "legitimidade sobrevivente". O golpe li-  
nhado não ocorreu. No manhã do dia 19, o Exer-  
cito e a polícia militar covaram a Câmara e o Sena-  
do. No mesmo dia, Getúlio Vargas outorgou a  
nova Constituição, redigida em 1936 por Francisco  
de Campos. O Golpe do Estado Novo havia instau-  
do novo regime no país.

A Constituição de 19 de novembro de 1937 que-  
brou o princípio da harmonia e independência das  
três poderes, pois o presidente controlava o Judi-  
ciário e o Legislativo. Além disso, outorgou as  
partidas políticas e instituiu o regime corporativo  
sob intervenção direta do presidente. Era o des-  
envolvimento segundo os regimes totalitários entre  
outros na Europa. No entanto, não chegou, na ver-  
dade, a vigorar, pois até sua promulgação em 1948,  
Getúlio governou através da decretos-lei, esta fu-  
ção constitucional.

A 2/12/1937, Getúlio baixou um decreto fecha-  
do todos os partidos políticos, inclusive a Ação In-  
tegralista Brasileira. Esta em consequência, que-  
dou seus estatutos, tornando-se um clube ci-  
vico-cívico e pôde, como, apertar suas ativi-  
dades. Mas os integralistas ficaram irritados com  
o que consideravam uma "tração" do Getúlio, e  
que haviam apoiado até recentemente. Tendo  
Plínio Salgado como chefe nacional, alguns in-  
tegralistas mais radicais, sob o direção do Roberto  
Valverde, planejaram o ataque ao palácio do go-  
verno para matar Getúlio e tomar o poder. A  
11/4/1938, ocorreu a Revolta Integralista, o Palácio  
Quatzenberg foi invadido. A guarda do palácio re-  
sistiu ao primeiro ataque e, em seguida, o presi-  
dente e os chefes militares do dentro do palá-  
cio, contestando a luta durante cinco horas, até  
chegarem reforços enviados pelo chefe de polícia.  
Os integralistas foram derrotados devido à sua  
própria desorganização, e muitos foram fuzilados  
prisioneiros.

O desaquecimento político que o regime de Vargas vi-  
via sofria, agravado pelas vitórias políticas  
que marcaram o Estado Novo, foi agravado pela  
participação do Brasil na II Guerra Mundial. No  
entanto, esta foi terminada a guerra, os modifica-  
ções profundas pelas quais passou o mundo ociden-  
tal em contradição com o regime vigente no Brasil.  
A dor da manutenção propiciou, em mu-  
chos setores sociais brasileiros, grandes des-  
prezo da democracia. Tendo perdido o poder, Vargas se  
trocou-se em sua qualidade, tomando iniciativa  
democrática: em fevereiro, o Alto Adm-  
nistrativo marcou eleições gerais, e em abril foi ele-  
cionado e permitiu-se toda liberdade de organiza-  
ção partidária. Ao mesmo tempo, Vargas procura-  
va jogar para manter-se no poder, esperando-se um  
novo prestígio junto às massas populares, já que os  
seus maiores inimigos que haviam sido o corpo do Es-  
tado Novo iniciavam um movimento para derro-  
tá-lo. Liderados e fugiu desastrosamente o general  
Petrus Cordeiro de Góes Monteiro e Eurico Gaspar  
Dutra. Para ganhar tempo, Getúlio assinou o  
compromisso de não eleger uma nova Assem-  
bleia Constituinte que se incumbiria de criar as  
normas de um Estado democrático. A 26/6/1946  
foi decretado que o 2.<sup>o</sup> de dezembro do mesmo

ano seria o dia para a convocação da As-  
sembleia para a presidência da República e para a As-  
sembleia Constituinte. Candidatos de e briga-  
dores Eduardo Gomes, representante das forças  
da oposição, e o general Dutra, ex-ministro da  
Guerra do Estado Novo. Enquanto isso, Getúlio,  
esperando-se em clima oportuno, em sindicatos e  
na força crescente das organizações, iniciava  
um movimento contraposto, que recebeu o nome  
de "querrelha" de seu antigo "Querrelha (Ge-  
lio)". Tendo que a pressão popular poderia abo-  
lar o processo de redemocratização, os governos  
realizaram um movimento depois a presidente  
Getúlio Vargas no dia 29 de outubro daquele ano  
Vargas retirou-se para São Borja, conservando o po-  
derado de quanto mais um que governa o país.

1939 Getúlio Vargas mantém a sua neutralidade  
em face do conflito mundial, que então se iniciava  
na Europa.

1941 Acordo Brasil-Estados Unidos em troca da  
permissão da instalação de bases norte-america-  
nas em Natal, Recife, e outras, com o compro-  
misso a financiar a Companhia Siderúrgica Nacio-  
nal.

1942 O Brasil declara guerra à Alemanha e aos  
japoneses (23/6).

#### PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL

No 1908, com o início da II Guerra Mundial, o  
Brasil manteve-se neutro, mas contraindo de  
política de Getúlio de não se deixar por nenhuma  
das grandes potências e de se aproveitar das ven-  
tagens oferecidas por elas. No entanto, já se des-  
envolveu uma aproximação com os Estados Unidos  
(materializada no financiamento da Vozes Radio-  
fônicas, quando, a 7/12/1941, o Japão atacou Pearl  
Harbor, base norte-americana no Pacífico Sul).  
Nos primeiros dias de 1942, o Brasil rompo rela-  
ções com a Alemanha, Itália e Japão, e passou a  
aderir aos Estados Unidos em base do Brasil. Na-  
tal, Salvador e Recife. Nos dias 18 e 19 de agosto  
de 1942, cinco navios brasileiros (Araraquara,  
Buzard, Anilob, Beaufort, Jaguar e Arara) fi-  
ram torpedados por submarinos alemães, provo-  
cando a morte de 662 pessoas. Diante dessa agre-  
são, o Brasil, a 22/8, declarou-se em estado de bel-  
licidade contra os países agressores: Alemanha  
e Itália. Após fortificações e maior sua liberal, propo-  
sitos para uma intervenção armada no conflito,  
em 8 de março da Força Expedicionária Brasileira  
(FEB), em 29/11/1942. O primeiro elemento do  
este contingente foi de intenção preparativa e, a  
27/1944, um loteado e Transporte do primeiro co-  
mandante da FEB, com destino a Nápoles. Em 27 de  
agosto o último elemento, completando o corpo de  
20.124 homens, sob o comando do general João  
Batista Mascarenhas de Moraes, incorporado ao  
V Exército alemão, a FEB entrou em combate em  
15/9/1944, participando de várias batalhas no vo-  
lo do Po das quais destacamos a de Monte Castel-  
lo (26/11/1944), 21/2/1945, a tomada de Montebello  
(14/4/1945) e o batalha do Collietto (26-27/4/1945).  
Os brasileiros perderam, duran-  
te a campanha, 430 prazos e foram eficientes, além  
de outras vitórias da FEB. A Marinha brasileira par-  
ticipou das operações de combate aliados no Atlân-  
tico Sul e pacíficas e liberais brasileiras. A FEB,  
em missão de patrulha do Mar, chegou a afun-  
dar alguns submarinos alemães.

1943 Crade o Território de Amapá.  
1944 Crade o Território do Rio Branco, Com-  
mando, Paulo Port, Espírito e Fernando de Mendonça.

1945 Fria em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional.

Deposição do presidente Getúlio Vargas por um  
movimento militar que pôde a reconstituição  
ação do país, o ministro do Supremo Tribunal,  
João Linhares, assume interinamente a presiden-  
cia (29/10).

#### JOSÉ LINHARES

Nasceu em Botaricé, Ceará, a 29/1/1888. Bacha-  
rel em direito da juris do 2.<sup>o</sup> Prerogativa jurídica do  
Rio de Janeiro (1913), juiz de direito (1920), de-  
putado estadual (1921) e ministro do Supremo Tribu-  
nal (1937). Em 1945, assumiu a presidência do  
STF no seu dependa Getúlio Vargas. Chegou a che-  
fia da justiça de 29/10/1945 até 21/11/1945, quando  
transmitiu o cargo ao novo presidente Nereu  
de Faria e data para as eleições presidenciais e  
também para a nova Assembleia Nacional Consti-  
tuinte. Morreu em Coimbra, Minas Gerais, a  
26/1/1967.

O marechal Bortolozzi Dutra ganha as elei-  
ções presidenciais (31/10).

#### EURICO GASPAR DUTRA

Nasceu em Oitavá, Mato Grosso, a 18/5/1888. Em  
1908 ingressou na Escola Preparatória e Técnica  
do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. Em 1936 já  
como general-de-divisão, assumiu a repressão ao  
movimento comunista que eclodiu no Rio de  
Janeiro. Em 1938, foi nomeado ministro da Guerra,  
cargo que ocuparia até 1945, quando partici-  
pou da destituição de Vargas. Nas eleições pres-  
idenciais que se seguiram, concorreu pelo Partido  
Social Democrático, com o brigadeiro Eduardo Gome-  
s, da UDN, e com João Pinheiro, do PSD.

Votou com 64% dos votos — grupos, em par-  
te, de presenciamiento de Vargas. Representando-  
do aquilo — Dutra não organizou sua governa-  
ção com uma comissão executiva com o "poderoso"  
e o "trabalhista". Discutiu em presidente de  
todas as instituições, assim a elaboração de to-  
dos os projetos, inclusive da UDN, que "para ser-  
vir" o espírito à sua candidatura. A Assembleia  
Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos de  
elaboração e uma nova Carta — a Constituição de  
1946/1946. Em abril de 1946, o governo Dutra  
terminou o fechamento de todos os partidos e o  
princípio do jogo em todo o território nacional.  
Em 1947 sob o slogan de que não se tratava de  
um partido democrático, o de que curvas as inte-  
resses de uma política estrangeira, o partido na  
liberdade o Partido Comunista Brasileiro, com me-  
diada foi complementada. Um ano depois, pelo re-  
patrio das relações diplomáticas com o União Soviética.

Dutra completou a institucionalização do regi-  
me, com a formação do Conselho Nacional de Eco-  
nomia, do Tribunal Federal de Recursos e das Co-  
missões de Planejamento Regional, propôs a elabo-  
ração de um Estatuto do Partido, que não tomou  
seu posição nem pelo monopólio estatal, nem pela  
iniciativa privada. Encarregado as primeiras to-  
vins partidárias e construiu as primeiras refur-  
mistas, criou o plano do Plano Aflor, criou a Com-  
panhia Hidroelétrica do Rio Francisco e a Agência  
Federal de São Paulo. Em de Janeiro (em Dutra  
intervento, a política econômica desse período foi  
marcado de fortes críticas por parte da oposição  
que se formou no final de esse governo, e que o so-  
corra de dilatar as reformas constitucionais  
durante a guerra em uma política de exportar  
que marcou de base de economia e de regular as  
condições de desenvolvimento econômico do Brasil.

Votou em favor (31/1/1961) Outra abordagem a política, recusando as condições oferecidas para que voltasse à vida pública. Em 1964, alguns setores militares chegaram a lhe oferecer a presidência, que ele recusou sem qualquer hesitação. Morreu no Rio de Janeiro, em 10/8/1974.

1946 A Assembleia Constituinte promulga nova Constituição (16/9)

## CONSTITUIÇÃO DE 1946

Promulgada pela terceira Assembleia Constituinte, a Constituição de 16 de setembro de 1946 marca o fim da ditadura de 1937 e a volta à democracia. Ela estabelece a separação dos poderes, o direito de voto universal e o princípio da separação dos poderes. A Constituição de 1946 também estabelece a separação dos poderes, o direito de voto universal e o princípio da separação dos poderes.

- 1940 O Brasil recebe delegações diplomáticas de 11 países, em sua capital, em 1940.
- 1949 Encerramento do Plano Salto, encerrando as tentativas de reforma da moeda, a moeda é substituída pelo cruzeiro.
- 1950 Getúlio Vargas é eleito para a presidência da República.
- 1951 Criação da Universidade de São Paulo.
- 1953 João Goulart é eleito para a prefeitura de São Paulo.
- 1954 Tratado de amizade e comércio entre o Brasil e o Chile.
- 1955 O Brasil recebe delegações diplomáticas de 11 países, em sua capital, em 1955.

## JOÃO GULART FILHO

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 1912. João Goulart Filho foi um político brasileiro. Ele foi eleito para a presidência da República em 1961, mas foi deposto em 1964.

Com a morte do presidente Vargas, em 24/8/1954, Café Filho assumiu a chefia do governo. Foi o primeiro presidente da República a ser eleito diretamente pelo povo.

derrotado das eleições. Ao deixar a presidência, em 1961, ele deixou a presidência da República para o seu sucessor, João Goulart.

1966 Café Filho assume a presidência por motivo de saúde, assumindo o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (21/1).

## CARLOS CÂMERA DA LUZ

Nascido em 1894, em Três Corações, Minas Gerais. Carlos Câmara da Luz foi um político brasileiro. Ele foi eleito para a presidência da República em 1961, mas foi deposto em 1964.

O ministro da Guerra, general Teodoro Lott, encabeçou a tentativa de golpe de Estado que levou à deposição do presidente João Goulart.

## NELEU DE OLIVEIRA RAMOS

Nascido em Lagoa, Santa Catarina, em 1908. Neleu de Oliveira Ramos foi um político brasileiro. Ele foi eleito para a presidência da República em 1961, mas foi deposto em 1964.

1956 Plano de desenvolvimento econômico do Brasil, elaborado por o ministro da Fazenda, Café Filho.

## AUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Nascido em Diamantina, Minas Gerais, em 1879. Auscélino Kubitschek de Oliveira foi um político brasileiro. Ele foi eleito para a presidência da República em 1961, mas foi deposto em 1964.

Candidato ao governo do Estado de Minas Gerais, em 1950, Auscélino Kubitschek de Oliveira foi eleito governador. Ele foi deposto em 1964.

Quando a política exterior foi o eixo da política interna, Auscélino Kubitschek de Oliveira foi eleito governador. Ele foi deposto em 1964.

Quando a política exterior foi o eixo da política interna, Auscélino Kubitschek de Oliveira foi eleito governador. Ele foi deposto em 1964.

1959 Eleição de Juscelino Kubitschek para presidente da República.

## JACAREACANGA E ARAGARÇAS

Durante o governo de Juscelino Kubitschek ocorreram duas revoltas importantes: a Revolta de Jacareacanga e a Revolta de Aragarças.

O primeiro dos dois ocorreu em 1956, em Jacareacanga, no Estado de Goiás. Foi liderada por um grupo de militares.

A 21/2/1960 começou a segunda revolta, liderada pelo tenente-coronel Eurico de Figueiredo. Ela ocorreu em Aragarças, no Estado de Goiás.

- Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
- 1960 Inauguração do Brasília, que se torna a nova capital da República (21/4).
- 1961 Plano de João Goulart como presidente da República (31/1).

## JÂNIO DA SILVA QUADROS

Nascido em Curitiba, Mato Grosso, em 1912. Jânio Quadros foi um político brasileiro. Ele foi eleito para a presidência da República em 1961, mas foi deposto em 1964.

Em seu primeiro pronunciamento como chefe de Estado, Jânio Quadros afirmou que ele não queria ser presidente da República.



\* O presidente João Quadros renuncia depois de sete meses de governo. Assim, sob regime parlamentar, o vice-presidente João Goulart.

1000  
1000  
1000

Moana move fuso do seu governo. João Goulart  
diz incisivo à assembléia do Planalto Triunfal, e me-  
diante importantes forças tomadas para controlar  
a situação mas já se processa a saída uma lista  
de bastidores entre os vários grupos que apoia-  
ram o governo, e era um dilema para Goulart  
manter as forças em grandes militares e con-  
servar, de um lado, com as originais e reser-  
vadas, e de outro, com a sua, que se tornou  
a força, na qual, a autoridade presidencial, foi  
seu governo se desmantelando. A 13 de maio, o colapso

- Marcha de Família com Deus pela Liberdade (1983)
- Revolta dos Marinheiros (1968).
- Discursos de João Goulart em Antares do Clube (1963)
- Revoluções após João Goulart de governo (1963-1964)

3046

Na Rio Grande do Sul, Goulart encontrou-se com Brásio, que insistiu que seu Estado pudesse tomar Goulart através quaisquer tentativas de revolução e se dessem, seria mais sábio se li-

Maceio em Manguela, Ceará, e 20/9/1868. Em 1843, já como tenente-coronel, chegou o Estado de Pará. Lá encontrou, preparando-se para colaborar na organização da Força Expedicionária Brasileira, que acompanhava na frente de batalha. De volta ao Brasil rumamosse mais longos do instrutor do Exército do Estado-Maior Era chefe do Estado-Maior do Exército quando, a 21/9/1864, chegou ao exilar com algumas acomodações e governo Conselheiro pretendia impulsionar as suas um regime de esquerda. Depois, comert e obtendo o Alce Instituto Nacional nº 5, Castilho Branco, reformado no cargo de marechal, foi eleito presidente, no dia 11 de abril, e permaneceu quatro dias depois Durand um governo, cantando desconfianças dos diversos políticos e ameaças de mandados, rompes relações com Cuba e lançou os bases das reformas administrativas, militares, bancárias, tributárias, habilitações política e agrária. Crim; o ministro do Império como Repúblicas e o Serviço Nacional de Informação, eles ordenou a implantação do Banco Central, do Banco Nacional de Habitação, e começou o Instituto do Marechal do Capitão Em abril de 1866 foram enviados ao Congresso os projetos de nova Lei Orgânica das Partidas Políticas e do Código Eleitoral e um outubro de mesmo ano o Alce Instituição nº 2 restabeleceu as palavras positivas de revoque, detendo o governo do novo poderem um empacotamento e determinando a extinção das partidas políticas e a eleição indireta para presidente A final de 1866, o governo encaminhou ao Congresso os projetos de nova Constituição e em fevereiro de 1867 foi reformado o poder executivo criando-o e o Conselho Novo. O último ato do governo Castilho Branco foi a assinatura de lei do Regulamento Nacional Político, a 18/7/1868 pouco depois de deixar a presidência, não podendo assumir o cargo de Marechal.

**José Maria Branco** — Vice-presidente de Castello Branco, nasceu em Bocaiuva, MG, a 11/6/1901. Advogado e deputado federal, foi fundador do PSD e ministro da Fazenda do governo Kubitschek. Foi presidente da República durante três horas, devido à visita de Castello Branco a Paraguai. Morreu a 22/4/1974. *eng. 000000000000000000*

- 1955 Associação à criação do Crapireiro Novo.
- Ato Institucional nº 2 extingue antigos partidos: Instituto da Arena e do MDB (37/10).
- 1956 Adhemar de Barros é afastado do governo paulista; assume Lauro Nogueira (junho).
- 1967 Arthur da Costa e Silva assume a presidência (18/3).

## ARTHUR DA COSTA E SILVA

Nasceu em Taquara, Rio Grande do Sul, a 3/10/1902. Curso e Colégio Militar de Porto Alegre, a Escola Militar de Realengo, e especializou-se em automecânica em Fort Knox, EUA. Durante o governo Getúlio foi afastado do comando do IV Exército por ter repentinamente movimentado estudantes. Admitido no Exército em 31/3/1964, esteve encarregado da articulação da revolta no Rio de Janeiro e foi um dos signatários do Ato Institucional nº 1. Ministro da Guerra durante o governo Castello Branco, foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional em 3/10/1964. A 16/3/1967, tomou posse no mesmo tempo que entrava em vigor a nova Constituição. Apesar disso, assinou oito atos institucionais e 34 complementares, todos com o intuito de reforçar o Poder Executivo e preservar os objetivos da Revolução.

Preocupado com o retorno à legalidade, Costa e Silva confiou ao vice-presidente Pedro Aleixo a missão de elaborar uma nova Constituição. Essa Carta estava pronta para ser assinada quando o presidente foi obrigado a afastar-se do cargo, por ter assinado uma transição. Uma junta militar assumiu o governo no lugar de Pedro Aleixo e, a 3/10/1969, diante da impossibilidade de recuperação de Costa e Silva, considerou-se o mandato extinto, indicando o general Garrastazu Médici como seu sucessor. Costa e Silva faleceu a 17/12/1969. *eng. 000000000000000000*

**Pedro Aleixo** — Nasceu em Mariana, MG, a 1/8/1901. Advogado e professor de direito, foi deputado federal em 1934, presidente da Câmara dos Deputados em 1937, fundador do jornal Estado de Minas e do UDN; novamente deputado federal em 1945, foi reeleito em 1952. Participou do movimento de março de 1964 e foi líder da maioria na Câmara durante o governo Castello Branco. Como vice-presidente, renunciou ao cargo e o AI-5 o elaborou a revisão da Constituição de 1967. A 31/8/1969 foi impedido de assumir a presidência da República pela junta militar, que mais tarde considerou extinto o seu mandato. Em 1970, Pedro Aleixo afastou-se da Arma e dedicou-se à formação do Partido Democrático Republicano. Faleceu a 2/2/1970. *eng. 000000000000000000*

- Promulgação de uma nova Constituição, que substitui a de 1966 (15/3).

## CONSTITUIÇÃO DE 1967

Promulgada pelo Congresso Nacional a 24/1/1967 e em vigor a partir de 15 de março daquele ano, foi elaborada pelo ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva durante o governo Castello Branco. Nela se consignavam formulações semelhantes

à ordem estabelecida pela Revolução de 1964, como as eleições indiretas para presidente da República; também estendeu ao presidente a iniciativa de projetos de emenda à Constituição. Entretanto, verificou-se que ele não poderia sustentar tais profundas alterações; foi praticamente revogado pelo Ato Institucional nº 6, de 13/12/1968, decretado pelo presidente Costa e Silva. Este ato estaria vigente enquanto o presidente da nação julgasse necessário e estipulava que o chefe do governo podia cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição ao Congresso, após decretar-lhes o recuo. O AI-5 deu sequência a uma série de atos institucionais e complementares que passaram a constituir o núcleo da legislação revolucionária. *eng. 000000000000000000*

1960 Morte do estudante Edson Luís, pautando manifestações contra o regime (abril); Decreto e Ato Institucional nº 5; o Congresso posto em recuo; novos congressos (13/12).

1969 • O presidente Costa e Silva adoece o estado de governo; uma junta composta pelos três ministros militares assume provisoriamente o poder (31/8).

## JUNTA MILITAR QUE GOVERNOU DE 31/8 A 30/10/1969

**Augusto Hamann Renda** — Nasceu no Rio de Janeiro, a 11/6/1905. Alunos com cursos de especialização nos Estados Unidos, em 1964 era ministro da Marinha e como tal fez parte do comando supremo que governou o país até a posse do marechal Castello Branco. Ministro da Marinha no governo Costa e Silva, integrou a junta militar que assumiu o poder a 31/8/1969. Como vice-presidente no governo Médici, morreu a presidência duas vezes: cinco dias em dezembro de 1971 e uma semana em maio de 1973. *eng. 000000000000000000*

**Artur Lira Távora** — Nasceu em João Pessoa, Paraíba, a 7/11/1905. Curso a Escola Militar do Rio de Janeiro, formando-se também em direito e engenharia. Foi comandante da Escola Superior de Guerra e, em 1967, ministro da Guerra. Desde abril de 1970 é membro da Academia Brasileira de Letras. *eng. 000000000000000000*

**Stella de Souza e Melo** — Nasceu em Santa Catarina, a 28/6/1905. Curso a Escola Militar de Realengo, na arma de Aviação, e fez curso de especialização em Fort Leavenworth, nos EUA. Nomeado comandante da 4.ª Zona Aérea em 1964, três anos depois foi convidado por Costa e Silva para assumir a pasta de Aeronáutica. Recebeu o cargo de conselheiro do presidente Médici, permanecendo à frente desse ministério até 28/11/1971. *eng. 000000000000000000*

- É outorgada nova Constituição (17/10).

## CONSTITUIÇÃO DE 1969

A Constituição atualmente em vigor — ou, como a n.º 1, como foi chamada oficialmente — foi outorgada em 17/10/1969. O projeto de emenda constitucional recebeu uma revisão final do professor Carlos Medeiros Silva, que adaptou as ideias de Pedro Aleixo às normas decretadas pela junta de governo. Entre outras coisas, estabelecia que o AI-5 continuaria em vigor, assim como os decretos antes posteriormente baixados. Até julho de 1969, recebeu 21 emendas e as mais importantes foram: as de n.º 7 e 8, introduzidas pelo então presidente Geisel, referentes ao Poder Judiciário, modifica-

ram a legislação eleitoral e eliminaram a necessidade de dois terços do Congresso para aprovação de reformas constitucionais; a de novembro de 1969, que alterou a emenda n.º 2, tornando diretas as eleições para governador e vice-governador; e a emenda n.º 22, de junho de 1969, que restabeleceu o quórum de dois terços e introduziu novas mudanças na legislação eleitoral. *eng. 000000000000000000*

- O general Raulo Carrastazu Médici é eleito presidente da República para o período de 1969/74 (25/10).

## ENILDO GARRASTAZU MÉDICI

Nasceu em Bugi, Rio Grande do Sul, a 4/12/1905. Militar do currículo, foi chefe do Estado-Maior do II Exército; comandante da Academia Militar de Agulhas Negras em 1954, foi um dos primeiros a aderir ao movimento que depôs Getúlio. Em 1967 foi nomeado chefe do ENI e, em 1968, designado comandante do III Exército. *eng. 000000000000000000*

Eleito indiretamente para a presidência da República pelo Congresso Nacional, Médici tomou posse em 25/10/1969. Em seu governo atuaram para 200 milhões e mar territorial e criou o Plano de Integração Nacional, o Programa de Integração Social, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Programa Especial para o Vale do São Francisco e o Plano da Companhia Nacional de Abastecimento. *eng. 000000000000000000*

**Augusto Hamann Renda** — Ver Junta Militar que governou de 31/8 a 30/10/1969. *eng. 000000000000000000*

1970 A Câmara Federal ratificou o decreto-lei estabelecido a censura prévia em livros e periódicos (13/1).

- Início da construção do rodovias Transamazônicas (setembro).

1971 Teófilo Rômulo é condenado a morte pela Justiça Militar (18/3), por ter assassinado o arcebispo de Aeronáutica Walter Xavier de Lima. Posteriormente, o STM transformou sua pena em prisão perpétua. *eng. 000000000000000000*

- Decreto-lei estabelece o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Presidente) (8/11).

• Decreto-lei concede ao presidente da República o direito de editar decretos secretos; no mesmo dia, o presidente Médici edita o primeiro decreto secreto (17/11).

- 1972 Realizada a primeira transmissão de televisão em cores no Brasil (19/2).

- Promulgada a convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre portugueses e brasileiros (11/4).

1973 O ministro da Agricultura Cirilo Lima renuncia, por divergir de política agropecuária do governo (9/6).

• Ulysses Guimarães e Barbas Lima Sobrinho são indicados pelo MDB como candidatos da oposição à presidência e vice-presidência da República (4/8).

• A Arena homologa as candidaturas dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos à presidência e vice-presidência da República (14/9).

• O presidente Médici assina decreto declarando de utilidade pública as propriedades privadas existentes dentro da reserva xavante de São Marcos, em Mato Grosso, determinando assim a demarcação definitiva do território indígena e po-

de fim a um conflito que durava desde outubro de 1969, data da criação da reserva (23/11).

1974 O presidente Médici inaugura, em Jacareacanga, no Pará, o trecho da Transamazônica que vai de Itaituba a Humaitá, numa extensão de 1.070 km (31/1).

- Incêndio no edifício Seelbach, em São Paulo, causa a morte de 186 pessoas (1/2).
- Inaugurada a Ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói (4/3).
- Os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos assumem a presidência e o vice-presidência da República (15/3).

## ERNESTO GEISEL

Nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, a 3/8/1905. Foi o chefe do Estado-Maior em 1942, sendo nomeado, em 1948, chefe militar em Montevideo. Foi subchefe da Casa Militar da Presidência da República em 1955 e, em 1964, assumiu o cargo de chefe da Casa Militar do governo Castello Branco. Promovido a general-de-exército em 1968, foi ministro do Supremo Tribunal Militar de 1967 a 1969, e diretor da Petrobrás. *eng. 000000000000000000*

Indicado para a presidência da República em 18/9/1973, foi eleito em 15/1/1974. Durante seu governo foram criadas o ministério da Previdência Social, a Secretaria de Planejamento, os Conselhos do Desenvolvimento Econômico e Social, a Comissão de Indústria da Construção Civil e o Programa Nacional de Desenvolvimento do Nordeste; também foi decidida a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e a fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara; foi assinado o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha Ocidental e restabeleceu-se as relações diplomáticas com a China. Introduziu alterações importantes na política de paz: reformou o Poder Judiciário, alterou a organização eleitoral e revogou o AI-5, que foi substituído por salvaguardas constitucionais. *eng. 000000000000000000*

**Adalberto Pereira dos Santos** — Nasceu em Taquara, RS, a 11/4/1905, ingressando no Colégio Militar de Porto Alegre em 1918. Curso também a Escola Militar de Realengo, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e a Escola Superior de Guerra. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e integrou a FEB. General-de-exército a partir de 1945, era chefe do Estado-Maior do Exército quando da edição do AI-5, em 1968. No ano seguinte, seria nomeado ministro do Superior Tribunal Militar. *eng. 000000000000000000*

- Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social; Secretaria do Planejamento e Conselho do Desenvolvimento Econômico (1/5).
- O Brasil e a Romênia elevam à categoria de embaixada suas missões diplomáticas (8/6). O mesmo ocorre em relação às legações da Bulgária e Hungria (10/6).
- Os presidentes do Brasil e Paraguai, generais Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, assinam a ata de constituição da Companhia Hidroelétrica do Itaipu (17/6).
- Os presidentes do Brasil e Bolívia, Ernesto Geisel e Hugo Banzer, assinam o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, pelo qual a Bolívia se compromete a vender ao Brasil 340 milhões de pés cúbicos de gás diariamente, durante vinte anos (23/5).
- Sancionada a lei que determina a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1/7).
- É criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (17/7).
- O Brasil e a China restabelecem relações diplomáticas em nível de embaixada. São consagra-



do, são rompidas as relações diplomáticas com Formosa (15/6).

- É lançado o Programa de Fôlha do Desenvolvimento da Amazônia com recursos de Cr\$ 4 bilhões (35/9).
- É sancionada a lei de criação do Conselho do Desenvolvimento Social (30/10).
- É assinado o Programa de Desenvolvimento Econômico para 1978/79, no valor de Cr\$ 20,5 bilhões (18/10).

**1975** • É assinado o decreto de criação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), que contará com recursos totais de Cr\$ 2 bilhões para obras de infra-estrutura e pesquisa e Cr\$ 10 bilhões para a concessão de créditos aos agricultores (3/1).

- O Brasil concede asilo ao general português António de Spínola, após o golpe frustrado de 11 de março (18/3).
- É assinado acordo de cooperação Brasil-Albânia Ocidental, que prevê cooperação entre os dois países na área nuclear (27/6).
- O senador Wilson Campos (Arena-PI), envolvido em um escândalo de corrupção, tem seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos (1/7).
- A delegação brasileira na ONU vota a favor da resolução que qualifica o sionismo como "uma forma de racismo e discriminação racial" (15/10).
- O jornalista Vladimir Herzog, intimado a depor no DOI-CODI de São Paulo, é encontrado enforcado numa dependência desse órgão (25/10).

**1976** • O presidente Ernesto Geisel, sem base no AI-6, cassa os mandatos e suspende os direitos políticos por dez anos dos deputados Marcelo Gatto, federal, e Nelson Fabiano Sobrinho, estadual, ambos do MDB de São Paulo (5/1).

- O gen. Edmundo D'Ávila Mello é afastado do comando do II Exército, sendo nomeado o gen. Dilermando Gomes Monteiro para substituí-lo (30/1).
- O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger chega ao Brasil para tratar de uma série de assuntos a nível ministerial (19/2).
- São cassados os mandatos dos deputados federais Nadyr Rosetti e Amaury Mäller, ambos do MDB paulista (28/3).
- O deputado federal Lourenço Maciel tem seus direitos políticos suspensos por dez anos e seu mandato cassado (1/4).
- O presidente Ernesto Geisel inicia viagem a Paris (24/4).
- O presidente Ernesto Geisel parte para Londres, em viagem oficial de três dias (3/6).
- O governo obtém financiamento global de US\$ 1,64 bilhão, na Grã-Bretanha, dividido em quatro acordos com setores siderúrgico e ferroviário (5/6).
- É assinado pelo presidente Geisel o decreto-lei n.º 1.470, que estabelece a obrigatoriedade do depósito prévio no valor de Cr\$ 12 mil, para obtenção do passaporte e visto policial do saída do país (4/6).
- É inaugurada a fábrica de automóveis da Fiat na-veira, no município de Botim (15/7).
- Explode uma bomba na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro (19/8).
- Explode uma bomba no Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo; a autoria do atentado é reivindicada pela Aliança Anticomunista Brasileira (4/9).
- O presidente Ernesto Geisel inicia viagem oficial ao Japão (12/9).
- O bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, é sequestrado por membros da Aliança Anticomunista Brasileira, sendo espancado e ameaçado de morte.
- Oute atirado e bomba, realizada pela AAB, é dirigida contra a residência de Roberto Marinho, diretor do jornal O Globo (22/9).
- Um ônibus da Polícia Militar do Mato Grosso de-

lúcia e mata o padre jesuíta João Bosco Pontes Burnier, na delegacia do provedor do Ribeirão Preto (11/10).

- É formalizado com a British Petroleum o primeiro contrato de risco para a exploração do petróleo brasileiro, num investimento de US\$ 10,5 milhões (9/11).
- É cassado o mandato e suspensos os direitos políticos por dez anos, do deputado oposicionista Leonel Jolin, presidente da Assembleia Legislativa paulista, devido ao seu envolvimento no escândalo referente à malversação de verba pública (3/12).
- A AAB lança uma bomba contra a Editora Civilização Brasileira, no Rio (3/12).

**1977** • O governo federal anuncia a programação de racionalização do uso do combustível. Entre as medidas instituídas está o fechamento das postos de gasolina aos domingos, feriados e períodos noturnos.

- O presidente Ernesto Geisel cassa e cassação de mandato e a suspensão por dez anos dos direitos políticos do vereador Glênio Mathias Gomes Peres, do MDB gaúcho, que em seu discurso de posse na Câmara de Porto Alegre criticou a violação dos direitos humanos e a ausência de liberdade no país (2/2).
- O ministro da Indústria e Comércio, Heitor Pargenda Gomes, apresenta seu pedido de exoneração do cargo; Angelo Calmon de Sá é indicado para substituí-lo (8/2).
- O presidente Geisel assina a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos por dez anos do vereador Marcos Klammann, da Câmara Municipal de Porto Alegre, que, no tomar posse como substituto de Glênio Peres, afirmou a existência de torturas no país (15/2).
- O governo brasileiro recusa a ajuda militar da EUA, por considerar o relatório preparado por órgãos de governo norte-americanos sobre a situação interna do país como "uma violação do princípio de não-interferência" (5/3). Pelos mesmos motivos, decência e Acordo de Assistência Militar assinado com os Estados Unidos em 1962 (11/3).
- O presidente Ernesto Geisel baixa o Ato Complementar n.º 102, decretando o fechamento do Congresso Nacional (1/4).
- O presidente Geisel outorga a reforma do Poder Judiciário através da Emenda Constitucional n.º 7 (13/4). No dia seguinte, assina a Emenda Constitucional n.º 8 e seis decretos-leis, autorizando as reformas políticas; e firma Ato Complementar reabrindo o Congresso Nacional.
- A Cia. Ene Prospecção do Brasil, subsidiária da Ecom, assina contrato de risco com a Petrobrás, pelo qual se compromete a explorar uma área de 650 km² (28/4).
- É cassado o mandato e suspensos por dez anos os direitos políticos do deputado federal do MDB MG Marcos Tito (14/6).
- O Congresso Nacional aprova Emenda Constitucional n.º 9, que introduz o divórcio no Brasil (15/6).
- É cassado o mandato do deputado federal Alencar Furtado (MDB-PI), líder do partido na Câmara, em virtude de seu pronunciamento em programas de rádio e televisão, em horário cedido pela Justiça Eleitoral (30/6), e por ele anteriormente aprovado.
- Chega ao Brasil o presidente uruguaio Aparício Méndez (9/7).
- Desembarca em Brasília o vice-presidente da Indonésia, Lázar Kolikowski (9/7).
- O jornalista brasileiro Flávio Tavares, correspondente em Buenos Aires do O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, é detido no aeroporto de Caracas, em Montevideo, sob a acusação de espionagem (14/7).
- A escritora Rachel de Queiroz é eleita para a Academia Brasileira de Letras (4/8).

O presidente da Bolívia, gen. Hugo Banzer, inicia visita oficial ao Brasil (13/8).

- O Itamaraty comunica à Embaixada dos Estados Unidos a extinção dos acordos militares mantidos entre os dois países e a decisão de acabar com a missão naval norte-americana estacionada no Brasil (19/9).
- A polícia paulista bloqueia o campus da Universidade de São Paulo para impedir o III Encontro Nacional dos Estudantes marcado para o dia seguinte (30/9); mas a reunião é realizada na FUC, em segredo; na noite do dia 12, quando está sendo lida a ata de encontro, a polícia invade o recinto universitário; duas estudantes ficam gravemente queimadas com a explosão de bombas de gás lacrimogêneo.
- É sancionada a lei que cria o Estado do Mato Grosso do Sul (11/10).
- O presidente Ernesto Geisel assume as suas funções e ministro de Exército, general Sylvio Frota, e notação e comandante do III Exército, general Fernando Belfort Rêthlen, para substituí-lo (12/10).
- O STM aprova por unanimidade documento que pede às autoridades militares que tomem a iniciativa de mandar apurar as denúncias de tortura feitas pelos réus de justiça militar (3/11).
- A Comissão Especial da Assembleia de São Paulo acusa o secretário de Segurança, coronel Ernesto Dias, de crime de abuso de poder ao ordenar a invasão da FUC e não ouvir as demandas políticas (29/11).
- A Câmara dos Deputados aprova o projeto de lei que regulamenta o divórcio, implantado no país por emenda Constitucional de 25/8/1977 (29/11); ela está aprovada pelo Senado a 2/12 e sancionada pelo presidente Geisel a 20/12.
- Em discurso perante os líderes da Arena, o presidente Geisel promete "o fim das leis de exceção" e sua substituição por "múltiplas garantias constitucionais" (1/12).
- O presidente Geisel aponta oficialmente o general João Baptista Figueiredo como o candidato da Arena à sucessão presidencial (31/12).

**1978** • O presidente Geisel visita o México (14-18/1), o Uruguai (28-30/1) e a Alemanha Ocidental (4-8/2).

- O senador Magalhães Pinto, candidato civil à presidência da República, apresenta como seu companheiro de chapa o ex-ministro Severo Gomes (7/2).
- O presidente norte-americano Jimmy Carter visita o Brasil (29-31/3).
- O senador Teófilo Vilela apresenta o Projeto Brasil: um documento com sugestões para aprimoramento do regime brasileiro do ponto de vista político, econômico e social (5/4).
- Tem início a greve no ABC: 1.600 empregados da Sae-Socma paralisam seu trabalho (12/5); até junho o movimento vai se alastrar por São Paulo, Osasco e Campinas; a greve dos operários da indústria só terminará a 27/7.
- São comemorados os 70 anos da imigração japonesa no Brasil, com a presença do príncipe herdeiro Akishito, do Japão, e de sua esposa, Michiko (14/6).
- São confirmados vários focos de peste suína em Minas Gerais e São Paulo (18/6).
- Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Equador e Suriname assinam, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica, cujo objetivo é o desenvolvimento harmônico da região, respeitando a soberania e os programas de intercâmbio econômico dos respectivos países (3/7).
- Um incêndio destrói as instalações e parte do acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (9/7).
- A Frente Nacional de Esdemonstração lança a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência da República (22/7).

O presidente Geisel assina o decreto-lei n.º 1.632, regulamentando o artigo 182 da Constituição, e proibindo qualquer tipo de greve nos setores de bancos, transportes, comunicações, energia elétrica, petróleo, gás e demais combustíveis, água e esgoto, carga e descarga, hospitais, ambulâncias, maternidades, farmácias e drogarias (4/8).

- O senador Magalhães Pinto retira sua candidatura à presidência da República (8/8).
- Na Convenção Nacional do MDB, o general Euler Bentes e o senador Paulo Bresser são indicados candidatos à presidência e vice-presidência da República (23/8).
- Paulo Salim Maluf é eleito governador do São Paulo pelo Colégio Eleitoral do Estado (1/9).
- As lideranças do MDB e da Arena aprovam o substitutivo ao projeto da Lei Orgânica da Magistratura, que amplia as prerrogativas dos magistrados impedindo sua prisão, salvo em flagrante de crime cuja pena seja de reclusão em crime inafiançável (19/9).
- Aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de reformas políticas do presidente Ernesto Geisel por 241 votos contra 146 (20/9).
- Aprovado, por decurso de prazo, o decreto-lei 632, que proíbe greve nos serviços públicos e nas atividades consideradas de segurança nacional (3/10).
- O presidente francês Valéry Giscard d'Estaing inicia visita oficial ao Brasil (4/10).
- Promulgada a Emenda Constitucional n.º 11, que institui reformas políticas e revoga o AI-6 e todos os outros atos institucionais e complementares (12/10).
- O general João Baptista Figueiredo é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com 365 votos contra 268 dados ao general Euler Bentes Monteiro (15/10).
- A presidência da República envia ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei de Segurança Nacional, eliminando a pena de morte e a prisão perpétua (17/10).
- O juiz Márcio José de Moraes, da 7.ª Vara de Justiça Federal de São Paulo, dá ganho de causa à família de Vladimir Herzog, na ação declaratória movida contra a União, e que a responsabiliza pela morte do jornalista em dependência do DOI-CODI (27/10).
- São realizadas eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa; 46 milhões de eleitores escolheram 420 deputados federais, 22 senadores e 545 deputados estaduais (15/11).
- O Conselho Monetário Nacional aprova o pacote econômico, cujas principais medidas são: liberação em três parcelas, a última somente dias após o prazo normal, dos recursos externos congelados no Banco Central; elevação para oito anos do prazo mínimo para amortização das empréstimos em moeda estrangeira, e para dez anos dos que têm duração fixa; limitação do volume mensal de empréstimos das empresas estatais, em conjunto, no mercado internacional; corte de 50% nas aplicações do Banco do Brasil até 31 de dezembro e restrição no desconto das duplicatas (22/11).
- Aprovada, por decurso de prazo, a nova Lei de Segurança Nacional (27/11).
- O ministro da Justiça suspende a censura prévia nas emissoras de rádio e televisão (7/12).
- O presidente Ernesto Geisel assina as atas institucionais 6 e 14 para punir os responsáveis pelo caso Lufthansa (14/12).
- O Conselho Monetário Nacional edita novo plano financeiro, que abrangia desde a liberação de recursos para programas agropecuários e do abastecimento até a tributação das aplicações em Letras de Câmbio e Certificados de Depósito Bancário (20/12).
- São divulgados os resultados oficiais das eleições de 15 de novembro: A Arena obteve 10,1 milhões

- de votos para o Senado, 15 milhões para a Câmara Federal e 15,4 milhões para as Assembleias Legislativas. O MDB obteve 17,4 milhões de votos para o Senado, 14,8 milhões para a Câmara e 14,6 milhões para as Assembleias Legislativas (20/12).
- A Eletrolux compra a Light do grupo canadense Braccon Limited, por 300 milhões de dólares, cerca de 65% do total de ações da empresa (28/12).
- O presidente Geisel revoga os atos de banimento de docentes de escolas politicas fechadas por diplomatas sequestrados, e extingue a Comissão Geral de Investigações (COGI) (28/12).

#### 1979 Instala-se o Estado do Mato Grosso do Sul (1/1).

- Entre em vigor o decreto que revoga o banimento (2/1).
- O governo do Estado de Minas Gerais decreta estado de emergência devido às enchentes que inundaram 36 cidades e deixaram 55 mil desabrigados, além de 142 mortos (5/2).
- O Conselho Monetário Nacional limita em 37,5% a expansão dos empréstimos do Banco Central e bancos comerciais, e em 50% a expansão dos meios de pagamento (7/2).
- O governo federal libera 50 milhões de cruzeiros para atender as populações dos Estados do Leste brasileiro atingidas pelas enchentes (12/2); aprova um crédito de até 1,5 bilhão de cruzeiros para os mais afetados (16/2) e aumenta os descontos do imposto de renda cobrados na fonte a partir de março de 1979, aplicando essas verbas na recuperação das áreas atingidas pelas enchentes e pela seca (17/2).
- Divulgado decreto presidencial que determina morte de 35 a 40 bilhões de cruzeiros ao orçamento da União (22/2).
- É aprovada, no Congresso, a Lei Orgânica da Magistratura (7/3).
- O general João Baptista Figueiredo é escolhido presidente da República (15/3).
- O governo intervém nos sindicatos dos metalúrgicos de ABC paulista alegando que as lideranças sindicais encabeçam a greve da categoria iniciada no dia 13 (29/3).
- Edouardo Seabra Fagundes é eleito presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1/4).
- Chega ao Brasil o chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt (2/4).
- O ministro Mário Andreazza, do Interior, anuncia a instituição do FOTB para os trabalhadores rurais (6/4).
- O governo anuncia pontos de medidas econômicas, que inclui, entre outras coisas, controle rigoroso do preço e margens de lucro das empresas, inclusive estatais, e a limitação do valor dos juros no crédito a 30% do preço à vista (16/4).
- Dom Ivo Lorscheiter é eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (25/4).
- O senador Teotônio Vilas transfere-se do Aragua para o MDB (25/4); é o primeiro parlamentar a mudar de partido, valendo-se das reformas políticas que entraram em vigor em 1/1 e suspenderam a fidelidade partidária.
- Pela primeira vez na história da República uma mulher entra para o Senado (11/5): é Eunice Michiles, primeira suplente do senador João Basso de Lima (Arena-AM), que morreu no dia 10/5. Ela tomou posse em 31/5.
- Revogada a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de ABC paulista (15/5).
- É anunciada pelo presidente João Figueiredo a nova Lei da Inquilinato, que acaba com a denúncia vazia para lavagem imobiliária (16/5).
- O presidente da República encaminha ao Congresso Nacional projeto que revoga o decreto-lei 223/67 e 477/69, além dos artigos 28 e 29 da

- Lei 5540/69, todos referentes à vida universitária (21/5).
- O Conselho Monetário Nacional aprova o "ano agrícola", composto de dezessete medidas econômicas destinadas a beneficiar pequenos e médios produtores (23/5).
- Realiza-se, em Salvador, o XXXI Encontro Nacional de Estudantes, que tem como principal objetivo a reconstrução da UNE (26/5).
- Morre o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general José Maria de Andrade Garça (3/6); para substituí-lo é indicado o general Samuel Alves Correa (5/6).
- Doença da circular o vespertino *Notícia A Noite* (6/6).
- É destituído o governador do Mato Grosso do Sul Harry Amorim (12/6).
- Doença da circular o jornal paulista *Último Hora* (10/6).
- O governo brasileiro retira seu embaixador em Madagáscar e rompe relações diplomáticas com o regime de Betsimisaraka (25/6).
- O presidente João Figueiredo envia ao Congresso Nacional o projeto da anistia (27/6).
- Marcelo Miranda, prefeito do Campo Grande, indicado para governar o Mato Grosso do Sul (27/6).
- A recém-criada Comissão Nacional da Energia atende pela primeira vez o Conselho de Importação do petróleo em 900 mil barris diários (11/7).
- O ministro César Cals, das Minas e Energia, anuncia o fechamento das postas de gasolina nos estados (28/7).
- Chega ao Brasil o primeiro-ministro espanhol Adolfo Suárez (4/8).
- É anunciada a decisão de extinguir o depósito compulsório para viagens ao exterior, a partir de 11/1/80 (8/8).
- O ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, renuncia (10/8).
- Doilam Netto é nomeado para a Secretaria de Planejamento e Amáury Balthus assume a pasta de Agricultura (14/8).
- O presidente João Figueiredo ordena a lei de anistia nos termos em que foi aprovada pelo Congresso Nacional (28/8).
- Chega ao Brasil o presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing (28/8).
- Desembarca em São Paulo, após exílio de quinze anos, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (6/9); posteriormente retoma o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-deputado federal Márcio Moreira Alves (15/9), e o dirigente comunista Gregório Bezerra (29/9).
- O presidente da Pura, Francisco Moraes Bernardes, inicia visita oficial ao Brasil (15/10).
- O ministro da Saúde, Mário Augusto de Castro Lima, pede demissão do cargo e é substituído por Waldyr Mendes Arcoverde (24/10).
- Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos entram em greve (29/10); no dia seguinte, greve entre a polícia e um grupo de piquete em frente à fábrica Sylvania, no bairro de Santo Amaro, em um morto do operário Santo Dias da Silva.
- O presidente Figueiredo sanciona a lei sobre corrupção eleitoral dos salários, aprovada pelo Congresso Nacional a 26/10 (30/10).
- Regulamentada a Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 23/8 (1/11).
- O presidente João Figueiredo visita a Venezuela (6-8/11).
- O Congresso Nacional aprova a Lei da Reforma Partidária, que extingue a Arena e o MDB e estabelece condições para a criação de novos partidos (21-22/11). (Ver o quadro *Reforma Partidária*.)
- Em visita a Florianópolis, SC, o presidente João Figueiredo é insultado e ofendido por populares (30/11); em consequência, este estudantes são

com base na Lei de Segurança Nacional, acusados de envolvimento nas manifestações (2/12). O presidente Figueiredo anuncia as medidas econômicas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional: desvalorização do cruzeiro em 30%, eliminação dos incentivos à exportação, dos depósitos prévios de importação, dos subsídios de crédito à indústria e das isenções para importação de máquinas (7/12).

#### REFORMA PARTIDÁRIA

A 19 de outubro de 1978, o governo federal enviou ao Congresso Nacional projeto que propunha nova redação para a Lei Orgânica dos partidos políticos (n.º 5 082, de 21 de julho de 1971). A Comissão Mista encarregada de estudá-la, cujo relator era o senador arenista Adenir Juarez, recebeu 519 propostas de alteração, mas aceitou apenas 79, que não chegaram a modificar o projeto original em sua essência. Este substitutivo foi votado na madrugada de 22 de novembro, em meio a uma tumultuada sessão do Congresso Nacional, recebendo 270 votos a favor e 202 contra. A subseqüente, instituída no artigo 5.º, foi votada em separado e rejeitada por 211 votos contra 187. Dessa forma, foram extintos a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), criando-se condições para a formação de novos partidos.

A Arena — criada para apoiar o governo e ser sua base de sustentação parlamentar — e o MDB — de oposição — passaram para substituir os partidos existentes até 1965. Esses partidos, organizados a partir de 1946, foram institucionalizados, em âmbito nacional, pela Constituição de 1946. Essa teve ao todo: PSD — Partido Social Democrático; PTB — Partido Trabalhista Brasileiro; PDC — Partido Democrata; Cristão; UDN — União Democrática Nacional; PL — Partido Libertador; PST — Partido Social Trabalhista; PTN — Partido Trabalhista Nacional; PSP — Partido Social Progressista; MTR — Movimento Trabalhista Renovador; PEP — Partido de Regeneração Popular; PEB — Partido Socialista Brasileiro; PRE — Partido Rural Trabalhista; PR — Partido Republicano. Com a edição do Ato Institucional n.º 2, a 27/10/1965, todos foram extintos. Através do Ato Complementar n.º 4, de 30/11/1965, foi determinado que eles seriam substituídos por duas novas agremiações que, inicialmente, teriam caráter provisório. Mas, com o tempo elas foram se estruturando e, dois anos depois, Arena e MDB já eram partidos definitivos.

A 20/12/1978, o presidente Figueiredo sancionou a nova Lei Orgânica dos Partidos — que recebeu o número 6767 — com alguns votos, sendo o principal deles o que restabeleceu a sublegenda para as eleições municipais e de senador. A partir daí, novos partidos se organizaram:

- PSD — Partido Democrático Social: sucedâneo da Arena, tem bancada majoritária no Congresso e é presidido pelo senador José Sarney.
- PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro: formado inicialmente por parlamentares do antigo MDB. A 14/2/1982, incorporou o Partido Popular (PP), que era presidido pelo senador Raimundo Neves e que tinha o deputado Magalhães Pinto como presidente de honra. Uma vez aprovada e incorporada, Ulysses Guimarães permaneceu na presidência do partido e Tancredi Neves assumiu a primeira vice-presidência; desmanchando Magalhães Pinto passou para o PSD.
- PT — Partido dos Trabalhadores: presidido pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva, o LULA.
- PTB — Partido Trabalhista Brasileiro: uma ala do antigo da grande disputa entre os ex-deputados

de Ivo Vargas e o ex-governador gaúcho Leonel Brizola; em maio de 1980, o TSE decidiu que a sigla pertencia a Ivo Vargas, presidente do partido.

FDT — Partido Democrático Trabalhista: fundado por Leonel Brizola e seus correligionários após a saída da sigla PTB para Ivo Vargas.

#### 1980 Segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ano de 1979 fechou com um índice inflacionário da ordem de 77,2% (3/1).

- A Comissão Nacional da Energia decide acabar com a produção e venda de gasolina em um litro e meio (8/1).
- Morre, em Brasília, o ministro da Justiça Patrício Portela (6/1); seu sucessor é o deputado federal do PSD mineiro, Ibrahim Abi-Akel (9/1).
- O general José Ferra de Rocha sucede ao general Samuel Alves Correa na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (17/1).
- O ministro da Fazenda, Carlos Ristchbieter, pede exoneração do cargo (18/1), sendo substituído pelo presidente do Banco Central, Ernane Galvães (17/1); Carlos Galvão Lenger assume a presidência do Banco Central (21/1).
- O presidente da Nuclebrás, Paulo Magalhães Batista, anuncia a contratação da quarta usina nuclear brasileira (28/1).
- O presidente Figueiredo cria o GETAT — Grupo Executivo das Turmas de Arqueação-Teatral — com o objetivo de promover a reforma agrícola nos Estados de Goiás, Maranhão e Pará, numa área total de 200 mil km² (1/2).
- Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente da Guiné, Seku Turé (4/2).
- A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores — Anfavea — assume os 704 grupos do Conselho Alameda Prado, sob intervenção federal desde o dia 11/2/1979 (7/2).
- O Tribunal Superior Eleitoral regulamentou a Lei da Reforma Partidária (15/2).
- O Comitê Olímpico Brasileiro decide que o Brasil participará das Olimpíadas de Moscou, não atendendo ao boicote pedido pelo presidente norte-americano Jimmy Carter (2/3).
- O professor e cientista Albert Sabin, descobridor da vacina contra a poliomielite, acusa o governo Medici de ter manipulado dados referentes às condições de saúde no país entre 1960 e 1973, em especial os relacionados com surtos epidemiológicos (4/3); essas declarações acabam por fazer com que Sabin deixe a assessoria gratuita que vinha prestando ao governo no combate à poliomielite (16/3).
- O presidente Figueiredo espela no presidente uruguaio Aparício Méndez pela libertação da brasileira Flávia Schilling, presa há sete anos e quatro meses naquele país (6/3); sua libertação ocorrerá a 14/4.
- Escândalo financeiro do ator Jorge Salgado, diretor de operações da Corretores Nery Carvalho, onde a venda na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de uma só vez, 65 milhões de ações preferenciais ao portador da Cia. Vale do Rio Doce; esse negócio foi feito fora das normas da Bolsa (11/3).
- O ministro do Trabalho, Marilho Mendes, anuncia a nova lei da política salarial, que institui o reajuste salarial (14/3).
- O papa João Paulo II anuncia, em Roma, a beatificação do padre José de Anchieta (20/3).
- Os metalúrgicos de ABC e de outras quinze cidades do interior paulista entram em greve (1/4); o Tribunal Regional do Trabalho decreta a ilegalidade do movimento (14/4) e o ministro do Trabalho determina a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André (17/4); uma liderança sindical não presa, entre eles Luís Inácio da Silva, e Lúlia (18/4); a greve em Santo André termina a 5/6 e em São Bernardo permanece até 11/6.



O presidente João Figueiredo inicia visita oficial ao Paraguai (8/4); são devidos ao governo paraguai a esposa, o chio e outros objetos pessoais do marechal Solano López, além de outras relíquias históricas conquistadas pelo Brasil durante a Guerra do Paraguai (11/4).

O embaixador do Brasil na Bolívia, Geraldo Buitrago do Nascimento e Silva, chega a Brasília após passar 61 dias como refém do grupo terrorista M-19, que tomou a representação da República Dominicana em Bogotá (27/4).

Na disputa entre Ivete Vargas e Leonel Brizola pela sigla PTB — Partido Trabalhista Brasileiro — Ivete vence sob a justificativa de que cumpriu primeiro as exigências da legislação partidária (6/5); Brizola e seus correligionários fundam novo partido, o Democrático Trabalhista — PDT (26/5).

O presidente Figueiredo visita oficialmente a Argentina (14—17/5).

Luís Carlos Prestes é afastado da secretaria geral do proscriuído Partido Comunista Brasileiro e Glicerio Dias é designado o novo secretário (19/5).

O presidente Figueiredo desapropria uma extensão de 23.600 hectares entre Iguaçu e Curitiba, no litoral sul do Estado de São Paulo, para a instalação de duas usinas nucleares (4/6); posteriormente, é assinado decreto determinando que sejam criadas estações nucleares ao redor de todas as usinas nucleares a serem instaladas no país, com o objetivo de "estabelecer um mecanismo para o acompanhamento preciso das características do meio ambiente" (29/7).

O presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, realiza visita oficial ao Brasil (16/6).

O papa João Paulo II inicia visita de dois dias ao Brasil (30/6).

O governo federal encerra as comemorações dadas a sete das nove centenas de televisão da Condumín Diários Associados, devido aos problemas financeiros que a Rede Tupi da Televisão de São Paulo e do Rio de Janeiro enfrenta (10/7); o presidente das Diários Associados, senador João Calmon, renuncia e é substituído por Martinho de Luna Alencar (21/7); dois dias depois, o governo divulga os editais de concorrência para a exploração das emissoras de TV, encerrando o processo (22/7).

Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente do México, José López Portillo (29/7).

Aprovado por decreto do presidente o novo Estatuto dos Estrangeiros (5/8), que será sancionado pelo presidente da República a 20/8.

Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente argentino, general Jorge Rafael Videla (18—23/8).

No Rio de Janeiro, duas bombas de alto teor explosivo, enviadas à sede da OAB e ao gabinete do vereador Antônio Carlos, do PMDB, na Câmara dos Vereadores, provocam a morte da funcionária da OAB, Lyda Monteiro da Silva, e ferimentos em seis pessoas (27/8).

Por decisão do Comitê de Patrimônio Mundial, da Unesco, a cidade histórica mineira de Ouro Preto passa a ser considerada patrimônio mundial (2/9).

Aprovada emenda constitucional, do deputado Anísio de Sousa (PDS-GO), que proíbe os mandatos dos atuais vereadores e prefeitos e adia para 1992 as eleições de novembro de 1990 (4/9).

É divulgado o Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde (Prev-Saúde), que pretende implantar e implementar consultórios médicos e odontológicos e leitos hospitalares (22/9).

Em Fortaleza, CE, José Sales da Oliveira recebe liberdade condicional (9/10); ele era o último preso político a permanecer em reclusão depois da decretação da anistia.

O presidente João Figueiredo realiza visita oficial ao Chile (3 a 10/10).

É assinado decreto de expulsão do padre italiano Vito Miracchino (15/10), com base no Estatuto dos Estrangeiros; a expulsão deve-se à recusa do padre em celebrar missas em ação de graças pela passagem do aniversário da Independência; Miracchino retorna à Itália (31/10).

Realiza-se, em Piracicaba, SP, o XXIII Congresso da UNE (13 a 17/10).

Ronald James Wattson é preso no Rio de Janeiro como suspeito de ter enviado, em outubro de 1980, duas cartas-bombas a primeira, dirigida a OAB, provocou a morte de Lyda Monteiro da Silva; e a segunda, enviada para a Senab, não chegou a explodir (21/10); ele será libertado a 4/11 por insuficiência de provas.

O governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, é exonerado e substituído pelo senador Pedro Pedrossian (29/10).

Aprovada emenda que restabelece eleições diretas para governadores e acaba com os senadores indiretos, respeitando suas atuais mandatos (13/11).

Aprovada, por decisão do presidente, o projeto de lei que altera o salário mínimo e reajusta o salário de determinação que quem ganha até três salários mínimos receberá 110% do INPC; de dois a quinze 80%; de quinze a vinte, 50%; daí em diante, as negociações se farão diretamente entre empregado e empregador (14/11).

O ex-presidente Jânio Quadros filia-se ao PT (15/11).

Realiza-se, em Brasília, o I Congresso Nacional da PDS (28/11); o senador José Sarney é confirmado na presidência do partido.

Pela primeira vez desde 1963, uma delegação de parlamentares brasileiros, chefiada pelo deputado Flávio Marinho, vai a Moscou em visita oficial (8/12).

O juiz da 5.ª Vara Federal de São Paulo responsabiliza a União pela morte do operário Marcos Fiel Filho nas dependências da DO-COD paulista, em 17/1/1976, e a condena a indenizar sua família (17/12).

O presidente Figueiredo encerra o ministério-chefe da Comunicação Social, Said Farhat, e extingue a Secretaria de Comunicação Social (Soccom) (18/12).

1981 São criadas as secretarias de Relações Públicas e de Imprensa vinculadas ao Gabinete Civil da Presidência da República (7/1).

O primeiro-ministro canadense Pierre Elliott Trudeau visita o Brasil (13 a 14/1).

O Banco Central determina a intervenção no São Luiz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que teria praticado irregularidades de ordem de Cr\$ 730 milhões, levando a falência paulista do Deutsche Bank, um dos maiores bancos do mundo (14/1).

Tem início a segunda etapa do IX Recenseamento Geral do país: o Censo Agropecuário (19/1).

Após intervenção do Banco Central na Tiepp S.A. Corretora de Câmbio e Títulos, descobre-se a existência de um grande volume de documentos que formavam o Cofin 2 da empresa (19/1) assim como de documentos que comprovam que a corretora movimentava capitais no mercado paralelo de dólares e mantinha uma conta no Morgan Guaranty Bank de Nova Iorque (26/1); no mês seguinte, o proprietário, José Maria Tiepp, é incluído por estelionato, apropriação indébita, falsificação de bande ou quadrilha e fraude financeira (17/2).

O presidente João Figueiredo visita a França (3 a 10/1) e Portugal (1 a 4/2).

Luís Inácio da Silva — ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do São Bernardo do Campo — e mais dois sindicalistas são julgados por "intelectualmente greve" no ABC paulista, em 1980, pela 2.ª Auditoria Militar de São Paulo (26/2); dois sindicalistas e mais condenados a penas que

variam de dois a três anos de prisão; como não compareceram ao julgamento são presos em seguida para ouvir a sentença e obter recursos.

Após onze anos de tentativas, a Funai consegue o primeiro contato pacífico com os índios aruaque, que vivem às margens dos rios Iriri e Xingó, no Pará (6/3).

O Nordeste entra no terceiro ano da pior seca do século (10/3).

O PTB realiza sua primeira Convenção Nacional, elegendo Ivete Vargas presidente do partido (19/4).

Dois bombas explodem durante show comemorativo do dia 1.º de Maio, no centro das convenções Bicentário, no Rio de Janeiro; a primeira, dentro de um carro Puma, fere gravemente o capitão Wilson Machado e mata o sargento Guilherme do Rosário, ambos ocupantes do carro; a segunda bomba explode dentro da casa de força do centro das convenções sem acarretar danos (30/4); é instaurado inquérito policial militar (IPM) para apurar responsabilidades (2/5).

O presidente Figueiredo visita a Alemanha Ocidental (16 a 19/5).

O PP realiza sua Convenção Nacional confirmando o deputado Magalhães Pinto na presidência de honra e o senador Tancredo Neves na presidência do partido (7/6).

O presidente Figueiredo visita o Peru (24 a 26/6).

O ex-presidente Jânio Quadros designa-se do PTB (25/6).

O I Exército divulga relatório do conclusão do IPM do Bicentário; de acordo com ele, o capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário teriam sido vítimas de uma bomba colocada no Puma, entre a porta e o assento do carona, provavelmente por grupos interessados em ocupar agentes em órgãos militares de segurança (30/6); o IPM é remetido à Justiça Militar (2/7) e o promotor Jorge Dodoro, da 3.ª Auditoria do Exército, pede seu arquivamento por achar que não há indícios que culpem qualquer pessoa (17/7); no entanto, o juiz Edmundo Franco de Oliveira devolve os autos ao I Exército pedindo pronunciamento das autoridades militares sobre dividas levantadas pelo coronel Dickson Malgou Graci, ex-diretor administrativo e financeiro do Bicentário (24/7); o I Exército devolve os autos à 3.ª Auditoria com informações suplementares que em nada alteram as conclusões do IPM (26/7).

O PDT realiza sua Convenção Nacional, confirmando Leonel Brizola na presidência do partido (12 a 13/7).

O presidente Figueiredo assina decreto definindo os critérios para privatização ou desativação de empresas estatais: serão privatizadas as empresas criadas pela iniciativa privada e posteriormente estatizadas; as criadas pelo poder público, mas que tenham similares privadas em condi-

ções de substituição; as que não sejam indispensáveis à atuação de outras estatais ou cuja atuação importe em desequilíbrio ou injusta competição com empresas privadas nacionais; sejam criadas as empresas estatais de interesse da segurança nacional, as que explorem atividades monopolistas do Estado, as que operem infra-estrutura econômica ou social básica ou que produzam insumos de importância estratégica (15/7).

O presidente João Figueiredo internar-se no Hospital Naval Marechal Dias, no Rio de Janeiro, para submeter-se a uma cirurgia nos olhos (18/7); é operado pelo cirurgião Ivo Filanguy, que desmonta o canal lacrimal do olho esquerdo e corrige os palpebras inferiores e superiores de ambos os olhos, retirando bolhas da gordura nasas acumuladas; ao deixar o hospital o presidente volta a Brasília e entra em período de repouso na Granja do Turco (24/7).

A imprensa começa a dar as primeiras notícias sobre irregularidades ocorridas na agência do Banco do Brasil na cidade de Floresta, Pernambuco (18/7); nos meses seguintes, crescerá o número de implicações na "catedral da maldade", como passou a ser conhecido o caso de desvio de Cr\$ 1 bilhão, teoricamente destinado a financiar o plantio de mandioca — cultura bastante inadequada à região.

Forte grande alagão na plantação de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Estados do sul com uma intensidade não registrada desde 1975; estima-se que 12 milhões de acres de café estejam perdidos para a safra de 1982 (20/7).

O juiz da 3.ª Auditoria do Exército, Edmundo Franco de Oliveira, manda arquivar a primeira parte do IPM do Bicentário — relativa à bomba no Puma — mas determina que sejam extraídas as peças relativas à explosão na casa de força para serem enviadas ao promotor geral da Justiça Militar, Milton Monahan da Costa (5/8), que após examinar o pedido e os autos manda arquivar a segunda parte do IPM (18/8); mas o corregedor geral da Justiça Militar, Celso de Jesus Lúcio Ferreira, pede ao STM o desarquivamento do IPM (24/8).

O general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil, renuncia (6/8); ele é substituído pelo advogado João Leão de Alencar, ex-chefe da Casa Civil do governo Médici (12/8).

O Brasil recebe a visita oficial do presidente da Venezuela, Luis Herrera Campesino (10 a 13/8).

Chega ao Congresso o projeto que transforma o Território de Rondônia em Estado, a partir de janeiro de 1982 (17/8).

Aprovado o projeto do governo que altera o novo Estatuto dos Estrangeiros (19/8).

Realiza-se em Praia Grande, litoral paulista, o I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat (21 a 23/8).

## GOVERNOS BRASILEIROS

### CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

(criadas a partir de 1532)

Principais do Brasil — Alcaide da Capitania de Pernambuco — Fernando Álvares de Andrade  
Ceará — Antônio Carlos de Sousa  
Rio Grande — João de Barros  
Paraná — Paulo Lopes de Sousa  
Pernambuco — Duarte Coelho  
Bahia de Todos os Santos — Francisco Pereira Coutinho  
Bahia — Jorge de Figueiredo Correia  
Piauí — João de Sousa  
Rio de Janeiro — Vasco Fernandes Coutinho  
São Paulo — Paulo de Góes  
São Vicente — Martin Afonso de Sousa  
Santa Catarina — Paulo Lopes de Sousa  
Sergipe — Paulo Lopes de Sousa

### GOVERNADORES GERAIS

(1649—1714)

Nome	Exatidão
Yoré de Sousa (1)	07/01/1548 a 01/05/1583
Duarte de Costa	01/05/1583 a 23/07/1586
Mom de Sá	23/07/1586 a 07/03/1570
Luís de Brito de Almeida (2)	07/03/1570 a 10/12/1572
Antônio da Silveira (3)	10/12/1572 a 12/04/1577
Luís de Brito de Almeida	12/04/1577 a 17/06/1580
Leandro de Vasconcelos	17/06/1580 a 09/05/1583
Martim Távora Barreto (5)	09/05/1583 a 09/05/1587
D. Antônio Barreto (6)	09/05/1587 a 09/05/1593
Orlando de Sousa (8)	